

COLEÇÃO DOS GRANDES TEMAS SOCIAIS

Fazem parte desta coleção as seguintes obras de Mário Ferreira dos Santos:

- 1) Tratado de Economia I vol.
- 2) Tratado de Economia II vol.
- 3) Filosofia e História da Cultura I vol.
- 4) Filosofia e História da Cultura II vol.
- 5) Filosofia e História da Cultura III vol.
- 6) Análise de Temas Sociais I vol.
- 7) Análise de Temas Sociais II vol.
- 8) Análise de Temas Sociais III vol.
- 9) O Problema Social

MÁRIO FERREIRA DOS SANTOS

O PROBLEMA SOCIAL

IX VOLUME
da Coleção Problemas Sociais

LIVRARIA E EDITORA LOGOS LTDA.
Rua 15 de Novembro, 137, — 8.º Andar — Telefone: 35-6080
SÃO PAULO — BRASIL

1.^a edição junho de 1962
2.^a edição, março de 1964

ADVERTÊNCIA AO LEITOR

Sem dúvida, para a Filosofia, o vocabulário é de máxima importância e, sobretudo, o elemento etimológico da composição dos termos. Como, na ortografia atual, são dispensadas certas consoantes (mudas, entretanto, na linguagem de hoje), nós as conservamos apenas quando contribuem para apontar étimos que facilitem a melhor compreensão da formação histórica do termo empregado, e apenas quando julgamos conveniente chamar a atenção do leitor para eles. Fazemos esta observação somente para evitar a estranheza que possa causar a conservação de tal grafia.

MARIO FERREIRA DOS SANTOS

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Este livro foi composto e impresso para a Livraria e Editora LOGOS Ltda., na Gráfica e Editora MINOX Ltda., à av. Conceição, 645 —
SAO PAULO

ÍNDICE

O Socialismo e Política	11
Análise Decadialéctica do Marxismo	31
Os Factóres Emergentes e Predisponentes	59
Análise Decadialéctica	65
Postulados Concretos sobre o Desenvolvimento do Homem na História	75
O Acto Humano	78
O Campo Social	79
O Campo Psicológico	80
No Campo Caracterológico	82
A Tensão Cultural	84
Lições da História	85
Das Utopias	91
Das Idéias Liberais	92
O Marxismo	95
O Laborismo	98
Da Propriedade	99
Do Princípio de Nacionalidade	99
O Factor Único	102
Fundamentos Éticos da Concepção Concreta	105
Análise Filosófica do Capitalismo	112
O Estado	119
Oferta e Procura	120
Accionarato Obreiro	121
Colonialismo	123
Da Previsão Económica	127
O Dirigismo	127
A Cooperação	135

Capital, Trabalho e Natureza	137
A Cooperação dos Factôres	139
O Papel da Técnica	140
Nossa Situação	146
A Humanização do Trabalho	147
O Homem é Um Fim e Não um Meio	148
O Que se Deve Entender Por Democracia	149
Administração Neotécnica	150
Espírito Paleotécnico	152
O Médo ao Grandioso	155
Aos Homens de Responsabilidade do Brasil	157
Análise Geral de Nossa Economia	161
O Momento que Passa	170
Formas Cooperacionais	189
Para Finalizar	192
As Positividades dos Ciclos Culturais	195
As Quatro Verdades	201
A Sublimação das Polaridades Inevitáveis	207
A Grande Decisão	217

SOCIALISMO E POLÍTICA (1)

Não é de hoje que a má política (isto é , a arte de conquistar o poder e de conservá-lo, com todo o seu cortejo de oportunismos, misérias, infâmias, indecências, processos escusos, etc.), tem sido um dos maiores males na luta pela emancipação humana. A política, como método de acção dos socialistas, é um método indirecto, mediato, o qual exige a acção de intermediários. Como sempre sucede, o meio acaba tornando-se mais importante que o fim, pois tende a substituí-lo, e a luta emancipadora, tendente para um ideal final, acaba por eudeusar os meios, como acontece na Rússia, onde se diviniza o Estado Soviético.

Todos os partidos políticos terminam, fatalmente, mais dia menos dia, em se preocuparem mais com os meios do que com os fins.

Esta a razão por que os libertários combatem a política, e julgam-na o processo mais falso de luta pela emancipação social. Nunca, pela política, se consegue atingir os fins desejados e, quando se consegue alguma coisa, é sempre **apesar** da política.

Dizem, hoje, os políticos, que combater a política é fazer obra fascista. Mas esquecem que quem desmoraliza a acção política não é a campanha anti-política, mas sim a **acção dos políticos!** O espectáculo dos parlamentos, a falta de dignidade dos chamados indevidamente "representantes do povo", sua subserviência a interesses inconfessáveis, sua ac-

(1) Continuação da crítica libertária ao socialismo, iniciada no III vol. de «Análise de Temas Sociais».

ção mentirosa, seu prometer desmedido, sua traição constante aos princípios, tudo isso, em suma, é que desmoraliza a política. São os políticos que fazem obra fascista, porque aquela só actua para desmoralizar a si mesma, pela simples razão que leva dentro de si o próprio veneno que a mata, porque encerra, em sua essência, o vírus do domínio, da vitória fácil, da mentira, da intriga.

Com o desenvolvimento da técnica, da ciência da administração, com a possibilidade que há de se congregarem numa sociedade humana as forças de produção e de consumo para uma obra homogênea (queremos referir-nos, é lógico, a uma sociedade cooperacional), a política é algo de anacrônico, de impróprio, de emperrante, de obstaculizador. Em suma, estaria bem num museu de curiosidades.

Numa sociedade capitalista, a política só pode favorecer ao fascismo, ao cesarismo, porque não é o meio apropriado para as transformações de índole social, as quais devem ser feitas pela acção congregada das próprias organizações populares, por livre iniciativa.

Querer chamar de política essa acção, é falsear o seu sentido verdadeiro e prático. Política é uma arte intermediária, de métodos intermediários e indirectos, com a finalidade de obter o poder e de conservá-lo. Querem dar-lhe um conceito puro e científico, é apenas separá-la da realidade prática, da **praxis**.

A luta contra a política é uma luta de moralização social. A transformação social é obra de todos, a todos compete, e todos precisam empregar os maiores esforços para conseguir realizá-la. A política tende para o menor número, para um grupo de privilegiados. E o mesmo fenómeno, que se dá com a organização burocrática, em que o burocrata cada vez mais se burocratiza, o político cada vez mais se politiquiza.

Enquanto o socialismo usar a arma da política estará fazendo o papel das classes dominantes, estará servindo-as, di-

zem os libertários. Se os socialistas querem socialismo, é necessário, desde já, começar a fazê-lo, socializando seus actos e sua acção. No terreno político, que é sempre o de um número reduzido, e de alheados da produção, não se faz obra socialista. Faz-se apenas obra política.

A crise do socialismo moderno é producto da sua acção política, proclamam os anarquistas. Há socialistas em todo o mundo, aos milhões; mas, socialismo, onde está?

Há o poder do Estado hipertrofiado, há a nacionalização das empresas, há a centralização burocrática, a comissariocracia, a tecnocracia, o dirigismo, mas, socialismo onde está? Há operários asalariados, há productores oprimidos, há sacrificios sem conta; mas, socialismo onde está?

Em suma, socialismo político é política sem socialismo, e nada mais.

Por isso os libertários consideram que um dos erros mais desastrosos, que têm perturbado a acção dos socialistas do mundo inteiro, é o aproveitamento dos meios eleitorais e políticos em sua acção. Muitas são as razões que oferecem os partidários dos meios eleitoralistas na luta emancipadora dos oprimidos. Podemos sintetizá-los aqui:

a) oferece uma tribuna de propaganda para os ideais socialistas;

b) as imunidades parlamentares garantem uma propaganda mais firme dentro da ordem burguesa;

c) permite conhecer o apoio popular de um partido pela votação, e de seus progressos ou regressos na confiança e no prestígio popular.

São esses os três argumentos principais dos eleitoralistas. Parecem poderosos e eficientes, mas os libertários se negam a separar a teoria da prática, pois é na prática que vamos encontrar o melhor fundamento das teorias, e a força da teoria, quando ela é aplicável, com eficiência, na prática.

Por princípio são êles anti-partidários, porque consideram o partidarismo, que sempre se inicia vacilante, tender, finalmente, a tornar-se exigente, opressivo, e criar abismos no movimento das classes oprimidas.

Para a burguesia, nada melhor que a luta partidária e eleitorista dos partidos operários. Ela sabe perfeitamente que, por êsses meios, o proletariado se afasta cada vez mais de sua verdadeira luta, e adia, continuamente, o dia da renovação social, que há séculos vem sendo desejada.

As razões, que apontam os libertários em defesa de sua atitude, são a seguintes:

Quem estudar detidamente a história dos partidos socialistas, verificará, como uma constante em todo o seu desenvolvimento, êste facto inegável: todo partido socialista que, por estas ou aquelas razões, não participa da luta eleitoral, critica, continuamente, os partidos, que dessa luta se aproveitam, de se terem desviado de seus verdadeiros princípios, de se terem tornado colaboracionistas, de se terem perdido nos meios e esquecido os fins, de incluírem “traidores” em suas fileiras, de se terem verificado em número ascendente o dos que se afastam dos princípios ideológicos, para empreenderem acordos, conchavos e combinações, que têm servido apenas para desvirtuar a verdadeira luta dos trabalhadores. Leia-se, por exemplo, tôda a literatura de polémica do marxismo, e vemos nela, quando os marxistas não ocupam postos de eleição, criticarem sempre os outros partidos políticos do proletariado de servirem de apoio à burguesia, de colaborarem vergonhosamente, de se afastarem, freqüentemente, dos seus princípios ideológicos. E quando os marxistas se aproveitam dêsses mesmos cargos eleitorais, serem continuamente acusados, pelos que não participam do poder, dos mesmos erros e desvios, que se verificam tão trágicamente na história dos partidos populares.

Não podemos compreender que a repetição dêsse facto, repetição teimosa e constante, não sirva para abrir os olhos

de muita gente, dizem os anarquistas. Por um empirismo simplista, por uma incompreensão categórica da realidade, julgam muitos que tais factos sucedem “apenas porque os representantes do povo não eram bastante puros”, e erraram por factores de ordem “puramente subjectiva”. Ora, tal explicação não deve estar nos lábios de um verdadeiro socialista. Isto não é explicar, mas apenas querer iludir a própria verdade; isto é, mistificar a massa sob a ingênua afirmação de “que êles erraram porque eram êles, mas nós seremos diferentes”.

E quando sobem “êsses puros” ao poder, tornam-se iguais, em tudo e por tudo, aos antigos “traidores”, que foram tão terrivelmente acusados.

Se tais factos, que se repetem constantemente, não abrem os olhos de muitos, é que a cegueira partidária esconde a realidade e a verdadeira significação degenerativa que existe na luta eleitoral e política. E não é só. Não são apenas os “representantes do povo” os acusados de desvio, mas as próprias bases populares dos partidos eleitoralistas, que são acusadas de inércia, de desvios graves e perigosos, de se impressionarem pelo liderismo, de exaltarem indevidamente a figura de “chefes salvadores”, de permitirem que os “traidores se instalem no meio da massa”, para afastá-la do seu verdadeiro caminho de renovação e de transformação social.

Portanto, a degenerescência que se observa, não só contamina a cúpula dos partidos eleitoralistas do proletariado, como também a própria base. É isto o que lemos constantemente na literatura de polémica dos socialistas, é essa queixa secular que paira nas páginas dos autores sinceros e leais, é essa explicação, cheia de angústias e de acusações violentas, que sempre fazem os que ainda não usam o sistema eleitoral contra os que o usam e dêle abusam.

Portanto, ante a repetição sociológica dos factos, devem-se procurar as verdadeiras causas objectivas que levam a

tais desvios, sem deixar de lado as razões de carácter subjectivo, que, isoladas, nada explicam, e servem apenas para lançar uma nuvem de fumaça aos olhos do proletariado.

A corrupção, que se verifica teimosamente nos partidos populares, que usam da luta partidária e eleitoralista, tem causas mais reais e mais objectivas do que julgam muitos, e é fácil explicá-las. E assim a explicam os libertários:

A luta política, dentro dos quadros legais do capitalismo, é uma luta essencialmente burguesa e não proletária. Com a base económica e financeira, dominada pela burguesia, e por seus testas de ferro, a acção dos representantes operários cinge-se às cadeias férreas das leis burguesas. Não é possível romper essa barreira e, na armadilha dos parlamentos, caem os mais puros e ingênuos lutadores das grandes reivindicações proletárias.

A luta política é uma luta burguesa e não proletária.

O carácter de contemporização, que é inerente ao movimento político, força o aprazamento, cria impecilhos a toda incitação à actividade, provoca a inércia, convence da impossibilidade de vencer o emaranhado das leis burguesas, feitas inteligentemente para criar obstáculos à acção mais rápida, pois a burguesia sabe, conscientemente, e por instinto, que toda acção lenta lhe é sempre mais eficaz que a acção rápida, por desenvolver um profundo desejo de passividade, de inércia pelo retardamento, que tem profundas influências psicológicas.

Os adiamentos das resoluções, o adiamento contínuo, a demora das informações oficiais, tudo isso é "ducha de água fria" na incitação e no calor que vibra e aquece os elementos lutadores, e a pouco e pouco, a burguesia sabe que o ambiente parlamentar, a lentidão de suas resoluções, o clima parasitário que se forma, o afastamento dos representantes do povo da produção e do contacto com os com-

panheiros, criam uma degenerescência na acção que se desgasta, que se amortece e, em pouco tempo, se vê o espectáculo constante do movimento socialista: os representantes socialistas acham-se em choque crescente com as massas.

Enquanto estas lhes pedem acção, elles respondem que não podem ir tão depressa como elas desejam. E é natural, posteriormente, que busquem justificar a inércia que aos poucos se vai apossando d'elles. E ao explicá-la ante as massas, transmitem a essas o espirito de inércia e, nestas, despertam a própria inércia, esse desejo de passividade, essa marcha e impulso para o nada, que há em potência em todos os homens e do qual não estão alheias as próprias massas.

Sabe a burguesia que as reformas têm de se processar na sociedade. Ela sabe perfeitamente que a ordem, por ela instituída, é pouco justa, e que não corresponde aos desejos dos oprimidos, empolgados pelas esperanças de se libertarem das cadeias.

Por mais que seus doutrinadores, filósofos e cientistas, procurem por todos os meios criar filosofias e doutrinas, que assegurem a irreabilidade da vida objectiva, a superioridade de uma concepção idealista e espiritualista do mundo, a afirmação de que a História é apenas um suceder de factos, e que o regime capitalista mercantil, fundado no lucro a todo o custo, é o que melhor corresponde aos desejos e aos estímulos humanos, a burguesia sabe, e isso o confessa intimamente, que tudo é passageiro, que a sua situação como classe dominante é a repetição sociológica de outras classes, que dominaram e cederam o lugar a formas mais evoluídas.

Ela sabe que não poderá deter a marcha dos acontecimentos, mas sabe, também, que poderá, pelo menos, retardá-la. As reformas e as transformações da sociedade serão inevitáveis. Elas sobrevirão, mas é possível retardá-

-ias. E a política é a grande arma burguesa de retardamento.

E prosseguem os libertários em seus argumentos:

Se as reformas sociais se processassem facilmente, se a acção directa das massas, acção immediata, sem intermediários, sem políticos, se processasse a fazer reformas, essas sobreviveriam rápidas, umas após outras, de tal forma, que a sequência dos acontecimentos teria um ritmo mais veloz, e a transformação completa da sociedade se processaria num lapso de tempo muito menor.

Ante essa imprescriptibilidade dos acontecimentos, a burguesia usa do meio mais hábil e mais sagaz criado pelo espírito humano: a política, a acção indirecta, mediata, o intermediário. Desta forma, prêsno no emaranhado das leis, no ritmo lento dos parlamentos, todos os entusiasmos se esfriam, e as massas, ante a realidade dos factos, ficam aguardando nas eleições seguintes uma vitória mais completa, a eleição de outras "esperanças", para que elas realizem os seus desejos.

Sabe também a burguesia que a melhor forma de desmoralizar um partido é elevá-lo a uma posição de mando. Os mandatários nunca podem realizar, nem uma parcela mínima do que prometem. Para obterem maior número de votos, são obrigados a fazer promessas, muitas das quais sabem perfeitamente que não podem cumprir. São obrigados a oferecer às massas um futuro que não lhes está nas mãos. Guindados ao poder, sob entusiasmo e esperanças, suas realizações são apenas migalhas do que cai da mesa de banquete da burguesia. E, sobrevém a desmoralização do partido! São também os representantes do povo, dos operários, que traem, os Laval, os Millerand, que entram a fazer parte dos conchavos políticos, e que se embruteceem na vida parlamentar, que são empolgados pelos prazeres fáceis das grandes capitais e da vida parasitária dos mandatários do povo, das conversas fúteis dos cafés dos parlamentos,

dos jantares opíparos e do exemplo pernicioso de todos os salafrários que os cercam, e que lhes oferecem as possibilidades de ganhos desonestos, que contribuem para os reflexos do movimento socialista.

E êsses "traidores" são os que desmoralizam depois os partidos!

E nas eleições seguintes, o eleitorado simpatizante, desanimado com a acção dos "representantes", vota noutros partidos, acredita em novas "esperanças", assim o tempo passa.

Veja-se o exemplo de toda a história do socialismo eleitoralista. Sobem partidos socialistas, e nada de socialismo. Na eleição seguinte, sobem os conservadores, e tudo fica como estava, ou pior. E a grande ingenuidade das massas, mistificadas por seus falsos defensores, é explorada, magnificamente, para que tudo corra em proveito dos dominadores, alegam os libertários. E prosseguem:

Essa a grande habilidade e sagacidade dos burgueses para iludirem as massas. Eles, quando é conveniente, vestem-se das côres vermelhas, mandam seus representantes para os partidos de esquerda, usam também frases e palavras de ordem revolucionárias, pregam "a luta pacífica das urnas", a "grande arma do cidadão", a "alavanca da História", e vão contribuir para, de cambulhada com os partidos operários, criar a maior confusão no meio dos trabalhadores.

A política serve para isso: os ambiciosos de mando, os que desejam fazer carreira política, os que querem sobressair-se pela posição social, vão procurar os meios operários e os partidos políticos dos trabalhadores.

Quantos políticos reaccionários de hoje começaram a criar nome nos comícios operários, ao lado dos partidos de esquerda, pregando idéias rubras, passando até pelas delegacias de polícia, para, depois de guindados ao poder, fa-

zerem cisões dentro dos partidos ou aderirem a outros, e de degrau em degrau, chegar até a adesão, na meia idade, aos partidos conservadores.

A maioria dos políticos conservadores foram, em sua juventude, políticos socialistas! E prosseguem os libertários:

Atentem para esses factos os trabalhadores e os oprimidos do mundo.

É necessário de uma vez por todas ter memória.

É preciso conhecer o passado e procurar no passado os reaccionários do presente. Grande é a colheita que os burgueses têm feito nos partidos políticos dos trabalhadores.

Ora, todo homem, no mundo, tem um desejo de mandar, um impulso de domínio e um impulso de obediência e de passividade. Essa parte activa do homem, se levada para o terreno da política, se na política encontrar seu campo de acção e de desenvolvimento, logo se viciará na forma de mandonismo. A luta indirecta, a acção indirecta, gera a forma viciosa do impulso de acção: o mandonismo, o liderismo, o autoritarismo, o politiquismo.

A acção directa deixa que o impulso activo do homem se manifeste com toda a sua pureza, sem desvios que o viciam, e leva-o à acção verdadeiramente socialista, ao desejo de erguer os irmãos da passividade para a acção; da inércia para a rebeldia. Ela é criadora, porque transforma cada um num ser responsável de acção socialista.

Por isso, a política é a arma mais amada pela burguesia. A burguesia inteligente do mundo inteiro não combate os partidos políticos operários senão aparentemente. Ataca-os, acusando-os de revolucionários e exigentes, para iludirem as massas, para fazer a essas acreditarem que realmente eles são revolucionários. Mas a burguesia inteli-

gente sabe perfeitamente que esses partidos são os melhores guardiães de seus tescuros, porque, ao darem às massas uma ilusão de conquistas, ajudam também a desmoralizar o socialismo e a apresentar aos olhos do povo o regime capitalista como algo de imprescriptível e sólido, como algo de eterno.

E que melhor para tal que os "parlamentos", onde se debatem todas as idéias e se aumenta a confusão do povo? Que melhor que as campanhas políticas, essas "adoráveis dormideiras", esse ópio das multidões, que lhes dão a suave e doce ilusão de que estão realizando socialismo e construindo o seu amanhã, através de pedacinhos de papéis, postos religiosamente nas urnas silenciosas?

A burguesia sabe que os partidos operários são seu melhor aliado, o aliado silencioso, o aliado indirecto. Com suas agitações eleitorais, eles dão vazão às forças do proletariado, aos seus desejos de rebeldia. É uma forma de desviar esses impulsos, tão perigosos, para fins muito mais interessantes aos senhores do mundo. Uma campanha política custa muito dinheiro e muito trabalho. Toda a carga activa das massas, prestes a explodir, é canalizada, habilmente, para a campanha eleitoral. Distribuição de manifestos, pregação de cartazes, aliciamento de eleitores, comícios eleitorais, trabalho, trabalho, trabalho, que se gasta, esforços inauditos, perdidos. Mas se esse esforço fosse empregado para uma acção directa das massas, para a educação socialista dos oprimidos, para ensinar-lhes os meios práticos de luta, e de organização económica e para uma vida socialista, seriam mais úteis. É preciso mostrar, exclamam os libertários, que o caminho do socialismo não é um caminho de rosas, mas um caminho de lutas, de grandes sacrificios, de lágrimas, de dores, de ingentes esforços.

Toda essa carga activa, que se concentra nas multidões exploradas, não deve ser aproveitada, mas desviada. Não deve ter seu curso natural, directo, mas indirecto, desviado pelos políticos, pela luta política.

Depois, o caminho das urnas é mais fácil, menos trabalhoso. Toda a inércia, todos os impulsos de passividade, que estão dentro do homem, predispõem a receber de boa vontade tudo quanto signifique o menor esforço. A campanha política tem essa miraculosa eficácia. Desperta a passividade, ao desviar os impulsos de acção para os meios, em vez dos fins.

O homem prefere acreditar que a luta eleitoral é mais eficiente, porque o dispensa de uma acção mais trabalhosa. A crítica libertária vai ainda mais longe, e os argumentos poderiam encher volumes e volumes. Mas, em síntese, os libertários chamam a atenção para os socialistas que ainda se iludem com as lutas políticas, que se dispam de suas couraças ideológicas e da ganga bruta de suas mistificações doutrinárias, que esqueçam um pouco a teoria, e olhem os factos que se desenrolam; verão sempre, em toda a parte, a política servir de arma para os dominadores, para os poderosos, e que, como arma, provou uma eficiência muito superior à das religiões. Hoje o clero é pôsto um pouco de lado, porque a sua eficiência na conservação da ordem existente, é secundária, e a política é melhor usada, porque é uma arma mais segura. E o clero tanto compreendeu isso, dizem os libertários, que, para não desaparecer, fêz-se também político, e até socialista.

Assim, sintetizando:

A luta pelos meios é a acção indirecta;

a luta pelos fins é a acção directa.

Os socialistas libertários preferem esta última, e a justificam. A primeira é um desvio do verdadeiro impulso humano de acção que, no oprimido, se manifesta num impulso de rebeldia.

A segunda são os impulsos, realizando-se plenamente, plenamente conscientes e criadores, com todo o seu carácter de iniciativa. O primeiro cria massas e conserva-as co-

mo tal, isto é, como massas de manobras, como multidões obedientes aos gestos e às palavras de ordem dos líderes, chefes, etc. A segunda desenvolve no homem a capacidade criadora, porque não tira das massas o espírito de iniciativa, e modela indivíduos, pessoas.

Analiseemos mais este ponto tão importante para a compreensão dos porquês das táticas dos socialistas libertários. Afirmam que muitas vezes são obrigados a penetrar no terreno da filosofia e da Ciência, na explicação dessas duas formas de tática, porque a Ciência e a Filosofia vêm em seu abono e justificam poderosamente o acerto de suas opiniões.

Há, na Biologia, um fenómeno que não se observa na Mecânica. É o da "incitação". Todo ser vivo é incitável, isto é, uma força exterior não produz uma acção à acção impulsionadora, como, por exemplo, uma bola de bilhar, impulsionada contra outra, transmite à segunda, no início, a mesma força que ela tem. No ser vivo, a incitação pode mais do que a força que o impulsiona.

Nesse fenómeno biológico da incitação, collocam os libertários uma das bases da ética. É uma comprovação do valor, da eficiência dos impulsos éticos. O homem é um animal ético e, por ser ético, é que é homem. É o homem um ser, como biológico, sujeito à incitação, e esta, na verdade, é um aproveitamento de energias guardadas, que podem brotar a um impulso e superar esse impulso.

Quando Kropotkine fundamentou o apoio-mútuo como base da sociabilidade dos seres vivos, verificável até nos animais de rapina, em certas circunstâncias, fundamentou ele a ética num facto de economia animal e até biológico. Mas Kropotkine ainda não havia visto tudo. É que, pela incitação, pode o homem ser levado a mais do que normalmente pode realizar.

Nos próprios animais se verifica o poder da incitação, como nos cães, cavalos, animais de carga. A incitação po-

de levá-los a ir além de si mesmos. E o que se verifica, sobretudo, nos cães e animais de corrida. Todo o ser vivo, sendo suscetível de um aumento de suas reacções, é por isso incitável. O brio, por exemplo, quando explorado nos cavalos de corrida, realiza verdadeiros milagres, e não poucas vezes se tem visto esses animais realizarem muitíssimo além de suas próprias possibilidades, chegando até à morte violenta, após um esforço inaudito.

Tais factos, que o mundo animal nos mostra, é mais evidente entre os homens. Quem não fez ainda dessas experiências junto às crianças, aos jovens, aos homens em suas lutas, em seus combates, na guerra? Quem desconhece, por exemplo, o poder de incitação das palavras nos comícios, nos combates, etc.?

É nessa potencialidade do homem, que eles colocam também um valor ético e fundamentam a ética. O homem pode ser incitado ao bem como ao mal, pode realizar além de seus impulsos naturais, e pode realizar muito mais, e mais intensamente, aquilo para o qual tem tendências naturais. Tais factos são tão comecinhos na vida quotidiana, que não necessitam provas, porque cada um as encontra facilmente.

As condições materiais podem gerar determinada consciência. O marxismo, em sua interpretação, não está errado, mas não contém toda a verdade. Além da formação dessa consciência, que é um reflexo das situações de ordem material, a incitação pode levar a formar uma consciência potencialmente maior, e pode actualizar-se em actos que superam as causas, porque podem congregiar forças latentes e despertar outras. Não é o homem um ser automático, mas um ser biológico, cujas reacções não são apenas as físicas.

Se bem estudada a História, verifica-se, facilmente, que os momentos de indignação moral levam os oprimidos a gestos mais decisivos, que as simples razões de ordem puramente material.

Não se explica a revolução francesa apenas pelas condições materiais da época, mas pela indignação ética provocada pela vida dissoluta da corte de Luís XVI, pelos escândalos que corriam, ("colar da rainha" e outros). A comuna de Paris nasceu, também, da indignação ética que provocou, no povo parisiense, a traição das forças governamentais da França, a traição e a covardia dos políticos, dos chefes militares, etc. A ameaça de Paris ser invadida pelas tropas de Bismarck indignaram o povo da capital francesa. Não que se negue a influência dos factores materiais. Eles predispoem as condições para a indignação ética e para a incitação à luta. As condições materiais são causas predisponentes. (Usamos a expressão causa como praxica, em sentido puramente libertário).

As condições morais, éticas, são as causas emergentes. Sem uma indignação e uma incitação conseqüente, nenhum povo é arrastado a gestos decisivos.

Esta é uma das bases biológicas da ética, no sentido que os socialistas libertários a concebem.

É muito comum ouvir-se entre os socialistas autoritários, aqueles que julgam que o socialismo só será realizado através de uma organização autoritária, dizerem que o socialismo, que acredita na realização de uma sociedade melhor pela iniciativa das próprias organizações administrativas de homens livres, reunidos segundo suas afinidades e federados numa conjugação que será a própria sociedade humana, não tem ele o menor fundamento científico nem filosófico em suas afirmações.

E dizem mais: dizem que o socialismo libertário é apenas criação de alguns filósofos ou sentimentalistas em disponibilidade, que, um dia, sem a menor apreciação dos factos e da História, puseram-se a sonhar com um mundo melhor, e o construíram, através desses sonhos e sobre esses sonhos, a ideologia que tem a mesma firmeza que os castelos construídos no ar.

Contudo, respondem os libertários, devemos frisar um facto perfeitamente observável por qualquer um. É este: enquanto os socialistas libertários estudam e conhecem a obra dos autoritários, estes, num alarde de ignorância palmar, nada conhecem do pensamento libertário e, do alto de sua auto-suficiência, proclamam a inanidade das doutrinas libertárias. Não é outra coisa o que vemos nas obras de Engels, de Marx, de Lenine, de Plekhanov, e muitos outros autores autoritários.

Convém dizer de antemão que o socialismo libertário, em seus aspectos mais gerais, não é o producto de locubrações de filósofos, não nasceu em gabinetes, nem em longas e profundas análises de factos sociológicos ou históricos ou filosóficos. Absolutamente não. Nasce de uma indignação moral, de um desejo de justiça, de uma revolta à opressão, de um anseio de liberdade e de dignidade humana. Naturalmente, que tais expressões causem sorrisos aos autoritários. São excessivamente jocosas para eles, porque as não entendem, não as vivem, não crêem nelas." Mas os libertários prosseguem: "o socialismo libertário é velho como o homem, e sempre, em todas as épocas, teve suas manifestações mais diversas, consoante as condições técnicas e históricas da vida humana. Sempre que houve opressão, houve alguém que contra ela se rebelou, houve quem não achou justificável a opressão e que não devia ser substituída por outra, nem tampouco que o caminho da liberdade fôsse o mesmo caminho da ditadura.

Ora, nem todos os escravos se rebelam contra a escravidão. Também há escravos que querem apenas mudar de senhor. Não foram esses os que construíram a opinião libertária. Libertária foi a opinião dos que, revoltados contra a opressão, quiseram destruí-la, e não substituí-la; quiseram marchar pelo caminho da liberdade, acreditando só poder torna prática a liberdade pela prática da própria liberdade.

Dessa forma, libertarismo é uma opinião universal, de todos os oprimidos ou revoltados contra a opressão, e que desejam destruí-la e não substituí-la, e que não acreditam gere a liberdade outra coisa senão liberdade, e não crêem seja a opressão a mãe da liberdade."

Examinemos este ponto: pode a liberdade gerar a opressão? Não!, respondem os libertários.

Por quê? Por uma razão muito simples: a liberdade é liberdade, e onde há liberdade, não pode haver opressão. Se a opressão se instala, onde há liberdade, é porque ela sobrevém de forças, que não são libertárias, mas opressivas.

Imaginemos uma sociedade humana, livre, libertária, isto é, onde não se instituiu a autoridade política, a autoridade investida pela força. Como nasceria a opressão? Só poderia nascer se alguém resolvesse não manter a liberdade e, para tanto, tivesse força para atentar contra ela. Por si, a liberdade não é geradora da opressão, mas só esta pode gerar o seu semelhante. E como, agora, conceber-se que ela gere a liberdade? Só esta pode gerar o igual a si.

Estamos, aqui, por enquanto, num terreno apenas de conceitos, mas a análise da História nos provará que a opressão só gera opressão; e a liberdade, liberdade.

Mas, voltando ao tema do início: o socialismo libertário nasceu nas lutas dos escravos, que não quiseram ser escravos, que anelavam ser homens livres e não pretendiam escravizar outros.

No decorrer do tempo, segundo as condições históricas, tomou os diversos aspectos que conhecemos, através das doutrinas libertárias e anárquicas.

Mas, concluir daí que o libertarismo não tenha quaisquer fundamentos na Filosofia e na Ciência, é uma palmar ignorância dos factos. E como argumento final, os libertários acrescentam:

O socialismo libertário, impregnado de sua indignação moral, de sua revolta contra a opressão, nasceu como movimento espontâneo de anseio de justiça, mas o desenvolvimento da cultura humana permitiu que a contribuição de todas as ciências viesse corroborar aquilo que foi producto de um desejo de liberdade. Com o socialismo libertário, a prática precedeu, em tudo, à teoria. Essa só posteriormente podia ser construída e, cada dia que passa, cada uma das novas conquistas do conhecimento só têm servido para corroborar as suas teses.

* * *

Sem nos collocarmos na posição dos socialistas democráticos, — que por sua vez desejam alcançar ao Capitalista Único, o Estado, por meios eleitoralistas, no campo político, e por nacionalizações e encampações estatais (a multiplicação de autarquias), no campo econômico, — temos que dizer que o anarquismo merece a sua crítica. Na época actual, os raros e dispersos grupos anarquistas têm os olhos voltados para o século XIX, e vêem a actualidade com os esquemas daquele século. Para eles, ainda apenas estamos na paleotécnica, e dela não saímos nem sairemos. Não procurando bucar o verdadeiro conteúdo de suas idéias, permanecem no conteúdo histórico do século dezanove. Por isso, muitas das suas palavras soam ôcas aos ouvidos dos homens de hoje. Ademais, é preciso reconhecer que o aspecto utópico, que se revela no anarquismo, não é um defeito dessa posição, que é mais uma atitude revolucionária que uma filosofia ou uma doutrina. O utópico é o que lhe dá um calor e uma vida, que o tornam permanente e perdurável, e sob esse aspecto, pode dizer-se que o anarquismo é, em seu conteúdo, um invariante na História, e não um mero accidente histórico, como muitos pensam.

O não compreender que o utópico é um ideal, uma meta de perfeição a guiar e a exigir sempre mais dos homens, enquanto a realidade actualizada deve ser vista como tal, le-

va a muitos anarquistas (façamos uma excepção a Malatesta, a Proudhon, a Fabbri, pelo menos) a julgarem que a utopia possa deixar de ser o que é — um ideal inalcançável a desafiar o homem eternamente para que conheça superações — e possa tornar-se numa immediata realidade.

Por outro lado, é preciso reconhecer que os anarquistas são, no movimento socialista, os mais seguros e coerentes, pois abominam todo e qualquer oportunismo e, pelo carácter acentuadamente ético de sua doutrina, são de uma rara nobreza e dignidade que os torna admiráveis. Faremos, no entanto, uma anotação, que seria para muitos dispensáveis: não se deve julgar o anarquismo pela caricatura. Na verdade, os socialistas de outras escolas pouco ou nada sabem de anarquismo. E ainda acrescentaremos que o terrorismo, empregado em algumas ocasiões, é mais uma excrescência do movimento, pois em suas linhas e atitudes, o anarquismo é contra o emprêgo da violência. Se alguns de seus seguidores a usaram, em certos momentos, deve-se mais ao desespero que propriamente a uma decorrência lógica dos postulados fundamentais.

Em suma, o socialismo está em crise, imerso na crise do mundo moderno.

ANÁLISE DECADIALÉCTICA DO MARXISMO

Na análise decadialéctica do marxismo, que procederemos a seguir, prescindiremos do estudo da dialéctica marxista, que já realizamos em nosso livro "Lógica e Dialéctica", já publicado.

Tem sido o marxismo, como doutrina, exposto em milhares de livros, com maior ou menor proficiência, e a exposição sucinta que dêle temos feito é suficiente para se conhecer suas bases. Com prática, os factos, que se desenrolam no mundo, desde seu surgimento até os dias de hoje, são um manancial de proveitosas lições. Como o marxismo se considera uma doutrina de acção e não a separa de sua parte teórica, é claro que não deve ser estudado apenas teóricamente, o que não resistiria a uma rigorosa análise filosófica, mas como teoria e prática, indissolúvelmente unidas. Desta maneira, como esta doutrina vincula-se à acção, deve esta justificá-la ou refutá-la.

A acção do marxismo, sob todos os aspectos, é um categórico desmentido à teoria. Os factos são eloquentes e, por maiores malabarismos teóricos, e por todo o bizantinismo de suas justificativas, não conseguem seus partidários dissipar a realidade que atesta decisivamente contra ela.

Mas, trata-se agora de analisar esta doutrina decadialécticamente, e o faremos seguindo as seis providências, cujas normas tivemos ocasião de estudar em nosso trabalho acima citado.

Fentadialécticamente, o marxismo pode ser colocado sob os seguintes planos:

Como **unidade**, temos a doutrina marxista, que por suas estreitas relações com os movimentos de reivindicação popular, constitui um facto social de determinado período histórico, o qual nos revela a sua acção, a sua prática, a sua **práxis**.

Como **totalidade**, teòricamente, está incluída no pensamento socialista do século XIX, e como facto actual pertence à totalidade do período romântico, ante o qual o marxismo se opõe, filiando-se, dêste modo, à reacção anti-romântica, cujos exageros, naquele período, motivaram, no socialismo, uma dicotomização bem nítida, entre socialismo romântico, condoreiro, profundamente afectivo e irracional, e as correntes socialistas intelectualistas, racionalistas-empiristas, pragmáticas, positivistas, etc., entre as quais encontramos o marxismo, que, no entanto, se distingue das outras por peculiaridades que já tivemos oportunidade de estudar e analisar. Os movimentos libertários, como os da escola anarquista, quer individualistas, comunistas, anarquistas, etc., todos, em suas linhas gerais, foram poderosamente influenciados pelo arracionalismo e pelo patetismo romântico, sem que tal apreciação deixe de reconhecer o lado positivo e racional que há nessas doutrinas, cujo estudo analítico não faremos neste livro.

Como **série**, teòricamente considerado, o marxismo se inclui no pensamento social dêsse período, que se conjuga ao sistema do pensamento ético-social do ocidente, sem negar suas origens mais remotas; como prática e facto social, está imerso na chamada "era industrial", cuja técnica, formas e relações de produção têm uma grande influência, não só na gestação dessa doutrina, como na sua comovisão histórica.

Como **sistema**, conforme vimos, teòricamente, inclui-se no pensamento ético-filosófico ocidental, e como acção e prática está imerso em nossa cultura, cujos esquemas são importantes para compreendê-lo e senti-lo, pois a vontade

de potência, o legítimo *mehrwollen* do fáustico, (o querer-mais "nietzscheano"), influi decisivamente no papel messiânico emprestado ao proletariado. A vontade de dominar exteriormente, extrovertidamente do fáustico, é de vector extensivo, e exteriorizante, ao inverso da vontade de potência hindu, que se manifesta por uma forma específica da vontade de dominar introvertida, de vector intensista e interiorizante.

É uma actividade que se extraverte, enquanto a hindu é uma actividade que se introverte, pois a simples e primária apreciação de que o hindu é meramente um nihilista passivo é uma das muitas maneiras caricaturais de entender o "**homo religiosus**" hindu, cuja actividade se manifesta por uma marcha continuada e estrênuo pelos caminhos interiores, em busca dos mesmos princípios que o homem fáustico quer descobrir, desvendar através do domínio das coisas.

Como **universo**, o marxismo pertence, teòricamente, à nossa cultura, como veremos, e como prática à nossa era, pois muitos dos seus postulados ultrapassam o campo dos esquemas da nossa cultura, e são encontrados no movimento social cristão, mas com analogias e correspondências noutras culturas e eras.

Feita esta colocação pentadialéctica, a análise correspondente se impõe. Mas não podemos deixar de considerar ainda fresca a memória do leitor sobre o que tratamos nos capítulos anteriores, sobretudo no referente à Técnica, à História e à Economia, que foram fartos de acontecimentos, que muito nos auxiliam a compreender a gestação da unidade doutrinária do marxismo.

Desta forma, a análise pentadialéctica não precisa mais processar-se, de plano para plano, mas pode perfeitamente ser empreendida através da reciprocidade dêsses planos, que nos oferecem inúmeras sugestões e aspectos que merecem especial destaque.

A reacção aos excessos do filosofismo racionalista e idealista, e do escolasticismo, gerou a chamada filosofia moderna (e empregamos escolasticismo para nos referirmos à forma viciosa que a escolástica tomou depois da reforma, após as grandes figuras desses momentos de fluxo escolástico, em que surgiram Suarez, Banez, Pereira, Fonseca, e os grandes comentadores de Tomás de Aquino, como Cayetano e João de São Tomás).

Uma sequência de filósofos menores, que não estavam à altura destes mestres da escolástica, como foram Santo Anselmo, Santo Alberto Magno, São Tomás, São Boaventura e Duns Scot, etc., sequência, repetimos, de comentadores e epígonos menores, que caíram num bizantinismo de subtilidades dialécticas, puseram em descrédito, ante muitas consciências, a obra monumental realizada por aqueles gigantes da filosofia.

Esse período de refluxo, que surge em dias do Renascimento, salvo muitas e notáveis excepções, deu a impressão aos filósofos seculares dessa época, que a escolástica era **aquilo**. Os grandes autores deixaram de ser lidos, com excepção apenas de alguns estudiosos, até dentro da Igreja, e a chusma de obras menores dos epígonos inundou o mercado, e fez assento na biblioteca de muitos autodidatas, aos quais lhes faltava a disciplina suficiente e sobretudo a suspicácia necessária para que buscassem os textos e não se ativessem às especiosas subtilidades de uma dialéctica até certo ponto duvidosa.

Os anos, que precederam e se seguiram à reforma, sabemos todos, foram anos decisivos na História do mundo. O desenvolvimento, no campo social do capitalismo, as tendências individualistas, que procuravam romper as formas fechadas da economia predominante na Idade Média, pre-dispuseram condições que facilitariam novas investigações e novos estudos, sobretudo no campo aberto aos estudos científicos, cujos métodos vamos encontrá-los implícitos na

obra de grandes autores cristãos, como Duns Scot, que inclui vivamente Ockam, e Galileu, através do Cardeal Nicolau de Cusa.

As convulsões, que trouxe a Reforma, a influência da descoberta das Américas, e o conhecimento de inúmeras formas sociais mais livres e mais harmoniosas, conhecidas no novo continente, e a cooperação dos factores emergentes e predisponentes desse período histórico, favoreceram o surto das utopias do renascimento, da construção ficcional de muitos modos de vida e de organização de povos, que autores desse período preconizavam como as melhores para o homem, como a "Utopia" de Morus, a "Cidade do Sol" de Campanella, e tantos outros, como vimos.

Há, na história do ocidente, factos de magna importância, que são estudados com menor extensidade e intensidade, a não ser por alguns interessados, e bem raros, mas que tiveram um relevante papel no decurso desses séculos, que antecedem ao século XVIII e XIX, que merecem ser salientados aqui. O movimento dos **cátaros**, na Provença, a **bulgomovitzo**, na Bulgária, nos revelam a criação de muitas sociedades sob base realmente socialista, que perduraram por muito tempo, destruídas, não por corrupção interna, mas por acção de factores extrínsecos, como foi a destruição dos albigenses pelas tropas de Simon de Monfort, e a **bulgomovitzo** pelas tropas turcas vitoriosas.

A história dessas experiências sociais é importantíssima, pois esses movimentos, apesar de destruídos, deixaram raízes em certas sociedades secretas, que se espalharam pelo ocidente, e foram influir, de maneira evidente, nas corporações da Idade Média, em certos movimentos religiosos, e até na acção da Reforma. Por outro lado, a invasão árabe no Egipto, e a penetração de elementos pitagóricos no sul da Europa, e sua influência nas sociedades secretas desse período, são de uma importância tal, que sentimos não nos ser possível analisar neste livro, mas que tiveram um papel preponderante na formação dos principais esquemas teó-

ricos do socialismo, que surgiu, balbuciante a princípio, em movimentos esparsos, como o de Gandes e outros, e actuou sobre as utopias do Renascimento, auxiliou o movimento da reforma, influiu na formação da maçonaria, sob seus aspectos ocidentais, cooperou na formação de muitas sociedades secretas, e estruturou as bases para a formação mais sólida do socialismo, o que só poderia ser possível, como o foi, pelo menos nos termos como se apresentou em fins do século XVIII, e em princípios e no decorrer do século XIX até os nossos dias.

Ao período de refluxo da escolástica, sobreveio o de fluxo, durante a Reforma, graças à acção dos portugueses e espanhóis, cujo papel, na Europa, foi extraordinário, podendo dizer-se que o século XVI, e o próprio século XVII são de tal forma influidos por eles, que se pode chamar a essa época, sobretudo, de genuinamente espanhola.

Mas, esse fluxo da escolástica teve um sucedâneo no refluxo escolasticista, que provocou a reacção da filosofia moderna, que se pode considerar, em grande parte, como surgindo de Descartes.

Este, pelo seu valor e papel na história da filosofia, apesar de discípulo dos jesuítas de la Flèche, certamente não conhecera o texto dos escolásticos e talvez conhecesse São Tomás de segunda mão, o que não é de duvidar, ante as afirmativas que faz em suas obras. Descartes precipita, com o seu método, e também com as suas apreciações filosóficas, um racionalismo abstracto, que é inversão do racionalismo-empirista de São Tomás, que segue a linha aristotélica. Matemático, vivendo com intensidade as abstracções de segundo grau, próprias dessa disciplina, construiu o racionalismo moderno abstracto, cujos estragos foram grandes para a Filosofia, e provocou, como consequência de suas análises, de um lado o abstractismo materialista e de outro o abstractismo idealista.

A obra de Wolff, que pretendia fazer uma síntese da escolástica, para dela partir para novas investigações, teve grande influência sobre Leibnitz e o idealismo alemão, representado por Schelling, Fichte e Hegel.

Este último, cuja análise fizemos em "Lógica e Dialéctica", afasta-se do pensamento idealista abstracto, e tenta, e realiza, um idealismo concreto, que preferimos chamar de real-idealismo, apesar das más interpretações que sofreu, através do hegelianismo, tanto de direita como de esquerda, que foram duas maneiras abstractas de desdobrar o seu pensamento concreto.

Os excessos do idealismo, para o qual tanto contribuiu Descartes, cujos máximos representantes são Leibnitz, Wolff, Schelling e Fichte, decorriam do afastamento da genuína escolástica, que Wolff não conhecera em sua pureza, e que falsificara lamentavelmente até. Basta que se veja, na obra de Wolff, as confusões que faz quanto ao pensamento de Suarez, Tomás de Aquino e Duns Scot, atribuindo-lhes o que é peculiar a um ou outro, e fazendo uma síntese que, em grande parte, falsifica a obra desses genuínos representantes do pensamento escolástico.

E dessa maneira, os "colombos retardados" da filosofia surgiram, como ainda surgem em nossos dias. E o que já havia sido analisado, estudado com carinho, segurança e proficiência, passou a apresentar-se como "novidades" no pensamento filosófico, com todo o primarismo, com toda a deficiência típica que iria caracterizar, desde então, o pensamento ocidental, salvo raras excepções, com grave prejuízo das grandes conquistas do pensamento humano.

Como consequência da desordem no pensamento que sobreveio então, após a grande síntese de Tomás de Aquino e as monumentais contribuições de Duns Scot e Suarez, tivemos o abstractismo-racionalista, o abstractismo-empirista, e o abstractismo-idealista a disputarem entre si as

partes de uma Filosofia que já conhecera uma **integração**, digna de melhor estudo e genuinamente dialéctica.

Por mais importantes que sejam as lutas travadas na filosofia escolástica, entre tomistas (epígonos de Tomás de Aquino) e escotistas (epígonos de Duns Scot), etc., essas divergências em nada afectam o edifício da escolástica, que é de uma solidez extraordinária. E ademais, somos de opinião, e em futuros trabalhos nossos o provaremos, que há uma perfeita identidade dialéctica de vistas entre essas posições doutrinárias, o que, neste momento, nos é impossível fazer.

O excesso do racionalismo cartesiano, ao gerar o abstractismo idealista, gerou a crítica de Hume e a crítica de Kant, cujo valor é inegável, apesar de certas fraquezas que se encontram nesses autores e, também, no último, sem desmerecer-lhe o vulto, mas que são decorrentes de um desconhecimento dos estudos anteriores. A filosofia moderna revela um conhecimento que pára em Aristóteles. Toda filosofia medieval e a escolástica merecem um sorriso de superioridade (o que não deixa de ser ridicularmente trágico, quando se estuda a Filosofia, como se deve estudá-la) pelos modernos, cujo conhecimento se funda, na maior parte das vezes, na obra de Wolff, ou de alguns manuais de segunda categoria, como se fundava Kant, o que se pode verificar pelos textos que usava em suas aulas (o de Meier, por exemplo).

Mas Kant, no entanto, ao criticar os excessos do idealismo, dos quais não pôde evitar a si mesmo de nêles cair, tem um papel de inegável valor, pois permitiria a realização hegeliana, digna de melhores estudos e análises.

Mas o idealismo abstractista prosseguiu através dos hegelianos de direita, enquanto os de esquerda seguiram o rumo do empirológico, como Marx, que nestes se fundou, para, depois, dêles se diferenciar.

Os excessos idealistas, que perduraram em fins do século XVIII e princípios do século XIX, provocaram a reacção positivista e a materialista que, fundadas nas grandes conquistas da Ciência, criaram ante os olhos dos estudiosos uma extrema valorização da Ciência, já que se considerava como filosofia apenas aquelas formas excessivamente abstractistas, que se conheciam então.

Como não e pode separar da realidade social tôdas as coordenadas históricas que a formam, a análise filosófica, que ora fazemos, embora sirva de meio para uma melhor compreensão do marxismo, sob certos ângulos, seria insuficiente se não se considerassem os outros factores, que influíram na sua gestação, como são os factores económicos, técnicos e os históricos-sociais em suma.

O que já estudamos, em páginas anteriores, nos dá amplo elemento para compreender que o romantismo, nos temas sociais, tinha seus fundamentos numa visão idealista demasiadamente estreita. Se os anseios de liberdade, que tanto vulto tiveram no decorrer do Renascimento, nos mostram os factores emergentes, é imprescindível que se observem os factores predisponentes histórico-sociais, que tiveram, por sua vez, o papel de precipitarem o romântico e sua forma viciosa, o romantismo, que, levados para o campo social, geraram aquêles ímpetos rubros de que a barricada é um verdadeiro símbolo. O socialismo apresentava, assim, um matiz romântico, que oferecia uma côr irreal ante o espírito positivista da ciência, o que Marx compreendeu, e foi de uma importância capital para o destino do socialismo.

O socialismo não podia ser um movimento em torno de frases, que, se correspondiam a conteúdos psicológicos reais, pela falta de um método mais sólido, de uma análise fria, levava a tomadas de posição românticas, fora da realidade, a esforços inúteis das massas revoltas, a derrotas facilmente evitáveis, etc. Estructurar a luta pela emancipação do

trabalhador, que se julgava com direito de estruturar uma nova sociedade, deveria tomar um matiz consentâneo e congruente com a sua época, em que a Ciência ditava suas normas de acção, e oferecia tantos frutos que a tornavam poderosa.

Ademais, a História contava que as classes se sucediam, e os estudos de hoje nos podem mostrar melhor ainda, numa sucessão que vinha das classes sacerdotais, às aristocráticas e, finalmente, às dos mercadores, industriais, fornecedores ou genericamente burgueses, na linguagem ocidental. O malôgro, que se verificava em suas tentativas de resolver o problema humano e o sacrifício da última e quarta classe, a dos servidores, a dos trabalhadores (os *sudras* da cultura hindu), davam agora o papel salvador ao proletariado. E o messianismo judaico de Marx, messianismo que impregna por sua vez toda a nossa era, e até antes dela, encontrava, no proletariado, a "última esperança" de uma salvação terrena.

O marxismo não é, portanto, como teoria e prática, como doutrina e como movimento, uma criação apenas do espírito de Marx, mas, realmente, uma estruturação que este fez, fundado em factos, e num conjunto de coordenadas, que facilitaram a formação da sua realidade.

O movimento socialista, dando-se numa época como a nossa, tinha fatalmente que incorporar as conquistas do conhecimento humano. Se comete erros de base, funda-se, no entanto, em certos alicerces sólidos.

O socialismo, como possibilidade e realização, é um precipitado inevitável de nossa época. No entanto, os males, que conhece, advêm não de sua necessidade e inevitabilidade históricas, mas da junção de certos postulados, que o tornaram frágeis, sob vários aspectos, pois está corroído dos mesmos males, das mesmas formas viciosas que outros movimentos, e que os levaram a malogros, que enchem de decepções e de amargura as páginas da História.

Os ideais socialistas encontram, nos exemplos do cristianismo primitivo e em muitas comunidades religiosas ortodoxas ou heterodoxas, heréticas ou não, exemplos de realizações sociais, sob base comunitária, que não eram desconhecidas dos povos ocidentais.

Poder-se-ia fazer um apanhado de frases genuinamente revolucionárias, ataques enérgicos ao capital, à propriedade, ao dinheiro, ao Estado, encontradiços na obra dos primeiros padres da Igreja.

A fase civilizada de nossa cultura ocidental, com a ampliação da indústria, do comércio e das finanças, o deperecimento moral da nobreza, corroída pelo luxo, a ascensão das chamadas classes burguesas, a formação dos Estados nacionais, a formação do proletariado, já separado de suas corporações, em que os mestres se haviam tornado capitalistas, favorecendo, assim, a formação dos sindicatos operários, que surgiram como resposta aos sindicatos patronais, tudo isso contribuiu à formação do socialismo, a par de muitos outros factores.

O marxismo, desejando estruturar-se como uma doutrina científica do operariado, tinha uma alta finalidade, mas pecava de origem por uma contradição interna, que o levou, como a muitas outras doutrinas, a conhecer, desde cedo, já em dias de Marx, as formas viciosas das quais não se livra mais, até cair, de degrau em degrau, numa derrota final, que não poderá de modo algum evitar, por mais que os seus partidários, por fanatismo, não queiram reconhecer, e que contribuem para alcançá-la, imprescritivelmente.

Estamos, agora, em face da segunda providência da análise decadaléctica: a estruturação dialéctica do próprio marxismo.

Está o marxismo minado por contradições internas, das quais não pode mais separar-se, e sua acção corrosiva e corruptora, só tende a crescer.

Senão vejamos:

1) o marxismo aceitou e construiu uma dialéctica, que julgou ser hegeliana, como o afirmaram Marx e Engels. Essa dialéctica, pouco usada pelos próprios marxistas, foi no entanto, suficiente para estabelecer interpretações viciosas, cujos frutos estão aí. A primeira e fundamental contradição opositiva do marxismo está na sua própria dialéctica, que o nega.

Mas essa acção seria inócua, se permanecesse apenas no terreno doutrinário. Sucede, porém, que ela actua na prática, o que é de magna importância.

Permanecendo no campo da alteridade, e quase só, o marxismo afirma que a antítese sobrevém à tese, opondo-se àquela.

Tal aceitação leva os marxistas a admitirem que a gestação do contrário se dá inevitavelmente. Ora, tal *generatio* mereceria um estudo todo especial, o que não o fazem devidamente os marxistas.

Se passarmos os olhos pela história da filosofia, vemos que a lei da alternância nela subsiste, e que as diversas doutrinas, sobretudo na filosofia moderna, são adaptações às condições adversas, e reacções que correspondem a excessos, por sua vez geradoras de excessos. A um excesso idealista sobrevém um outro objectivista; a um excesso racionalista sobrevém um outro empirista, a uma valorização do Múltiplo, uma valorização extrema do Um, a um Heráclito sobrevém um Parmênides, etc.

Mas, que se observa na História, segundo outros aspectos? A um movimento de vector excessivamente exagerado, sobrevém outro de um vector contrário, excessivamente exagerado. Pode, de um movimento, surgir seu contrário, como surgiu da filosofia de Duns Scot o ockamismo, ou do racionalismo cartesiano o abstractismo materialista. Mas nem o ockamismo é escotismo, nem o abstractismo materia-

lista ou o abstractismo idealista podem chamar-se de cartesianos, pelo simples facto de nêle terem origem ou impulso inicial.

São novas posições que surgem, embora constituídas com velhos materiais, que têm uma forma com aspecto qualitativo diferente das partes constitutivas.

A macieira não é apenas o desenvolvimento da semente de maçã. A semente de maçã, para gestar-se em arbusto, precisa da cooperação dos factores predisponentes, e de toda ordem cósmica, para ser tal. A macieira não é uma forma actual, que sobrevém de uma forma virtual, como se a semente de maçã contivesse latentemente a macieira. O modo de *ser actual* da semente tem a possibilidade de se tornar uma macieira, contém o modo de *ser virtual* da macieira, mas esta não é apenas um desdobramento daquela, mas exige a incorporação de inúmeros elementos do mundo exterior, que com ela cooperam, para que surja a emergência "macieira", que se actualizará. Dêste modo, a semente de maçã contém em si os factores emergentes, mas exige, necessita e precisa da cooperação dos factores predisponentes, cuja coordenação permitirá a formação da macieira, que, como forma, é um composto, não só da semente ou do que continha a semente de maçã, mas da reciproca actividade dos factores predisponentes que, ao permitir a actualização de uma *forma corporis* (o arbusto, por exemplo), já facilita a penetração de radículas, etc., o que permitirá a incorporação de outros elementos do mundo exterior, e assim sucessivamente, até formar a macieira. Portanto, a passagem da potência para o acto, que é fundamental da filosofia aristotélica e da escolástica, se dá dialécticamente, e em campos muito amplos, e não apenas num só, como pensaria o marxista ao admitir que, de uma forma, se desdobra o seu contrário, sem considerar (por abstrair, portanto) a cooperação de outros factores.

Só um pensamento abstracto, e que seria dialéctico apenas no nome, poderia levar o marxista a pensar que, da di-

tadura do proletariado (outra ficção e utopia, que a realidade desmentiu, pois o que vimos foi a ditadura de um grupo, sobre um partido, que a exerceu sobre o Estado e sobre a população) seria capaz de gestar a liberdade, que é imprescindível para que surja socialismo, como não o pode deixar de reconhecer, como imprescindível, quem realmente se considere socialista.

Consequentemente, o excesso de ditadura marxista não gestou nem o deperecimento do Estado, pois processou o inverso numa acentuação monopolizadora totalitária de poder, nem o menor resquício de liberdade, que o perdeu totalmente, a qual nem os próprios dirigentes soviéticos, que vivem, para usar uma velha e batidíssima figura de retórica, com a espada de Dâmocles a ameaçar-lhes a cabeça.

A dialéctica marxista, com a sua visão parcial da realidade (o devir), contribuiu, assim, para que, vitoriosos, realizassem eles uma brutalidade crescente, levando-os aos excessos das depurações, à formação da polícia mais brutal da História, e, enfim, a um total esmagamento de todas as liberdades.

Consequentemente, o marxismo, em sua aplicação prática, desmentiu categoricamente tudo quanto numa construção abstractista e utópica havia construído. É na prática o inverso do que foi na teoria. Dessa forma, a sua dialéctica revelou que o marxismo geraria o seu contrário, o anti-marxismo, não como um desenvolvimento da própria doutrina, mas como um movimento de oposição, à semelhança dos que acima estudamos. Ninguém pode negar, e os próprios marxistas intimamente concordam, que não é possível dar a menor liberdade aos povos submetidos à ditadura vermelha, pois estes logo manifestariam o seu anti-marxismo, como vimos nos movimentos ocorridos na Alemanha Oriental, que não podem, em absoluto, ser atribuídos à acção de estrangeiros, como se quis fazer. E a razão é simples. Não é possível que os factores predisponentes

gestem por si mesmos algo, sem que se dê a cooperação dos factores emergentes. Pode-se ensinar uma língua a um animal, e ele não a aprenderá, pois nem o papagaio a aprende, embora repita palavras e frases humanas.

No entanto, a um homem é isso possível. Não basta predispor, é preciso que a emergência corresponda à possível reciprocidade dos factores.

Não poderiam os trabalhadores alemães e soviéticos aceitar uma provocação, se não houvesse factores emergentes, porque provocações de toda espécie fazem-nas os marxistas nos países capitalistas e não encontram eco, senão quando há motivos reais suficientes. É admirável que, sendo os marxistas tão realistas, queiram ocultar esta verdade, desejando explicar as "desordens" dos trabalhadores revoltados, como meros productos de provocações estranhas, e não como uma explosão das próprias massas. Podemos admitir que elas se tenham dado. Mas se o trabalhador está num regime, que perfeitamente o ampara, como poderia aceitar tais provocações? Sabe ou deveria saber o marxista que os factores ideais não ressoam sem que lhes correspondam factores reais, que favoreçam tal ressonância.

Os factores ideais, quando não encontram fundamento nos reais, soam como utopias ou meras palavras, que provocam apenas riso e não explosões, que exigiram tanques do "exército do povo" para sufocar.

É fácil ver-se, assim, que a dialéctica marxista os leva a erros palmares como sempre os levou. O que os mantém ainda, e não será por muito tempo, são as reminiscências da velha prédica socialista, que predis põem a muitos trabalhadores a verem, na Rússia, uma realização do povo trabalhador. Mas, cada dia que passa, a descrença aumenta aos olhos dos mais cultos e conhecedores dos factos que já se desenrolam. Se há, no entanto, alguns literatos pedantes, ambiciosos de mando, que são marxistas, ou alguns egresos da burguesia, que adotam tal doutrina, se deve tal facto

mais ao ressentimento e à sofisticação do que à sinceridade, embora se possa admitir, e nós o fazemos, que há entre eles muitos elementos sinceros e puros, que mereceriam estar em outro lugar.

Desta forma, a dialéctica marxista actua para corromper a própria doutrina.

O que o marxismo gesta é o que já estava implícito no marxismo. A sua dialéctica, por abstractistas, e, portanto, pouco dialéctica, levou a um erro de conseqüências terríveis, pois eles não podem continuar aplicando a brutalidade organizada opressiva, nem podem afrouxá-la. Uma ou outra os levará à derrota final, imprescriptivelmente, inevitavelmente.

2) O segundo aspecto contraditório do marxismo está em sua posição filosófica.

Como vimos em nosso livro citado, tanto Marx, Engels, Lenine e Stálin, como os outros marxistas, têm uma visão deformada e primária da Filosofia. Colocam-se na mesma posição frágil dos positivistas e de toda a reacção anti-metafísica do século XIX.

Para todos eles, tanto de uma côr como de outra, Metafísica é sinónimo de idealismo, e é apenas aquela de que Wolff falava, e que Kant combateu, etc. O idealismo alemão cooperou muito para essa visão, e o que pensavam ser escolástica, era apenas escolasticismo.

Dessa maneira, o século XIX, que foi eminentemente anti-metafísico, influenciou fortemente em todo o movimento socialista, que é predominante e quase totalmente materialista, julgando que a Metafísica fôsse apenas um campo de meras distinções conceptuais, de jôgo de palavras, ou da construcção de ficções, sem qualquer fundamento na realidade.

A ignorância palmar que predominou quanto à obra metafísica de um São Tomás ou de um Duns Scot, levou-os

a um abandono total das obras do período medieval e do Renascimento, com prejuízos imensamente grandes para a filosofia moderna e contemporânea, onde os "colombos retardados" proliferam, defendendo idéias melhor expostas há muitos séculos, e outras já refutadas com antecedência de séculos.

O marxismo, por exemplo, seguindo as linhas do cientismo do século XIX, com algumas tinturas hegelianas, lidas apressada e descuidadamente (vejam-se os cadernos de dialéctica de Lenine, em suas análises primárias sobre a "Grande Lógica" de Hegel, e o seu "Materialismo e empiriocritismo"), construiu uma visão materialista, que apesar dos esforços para não se confundir com o materialismo vulgar de um Moleschott ou de um Vogt, não pôde evitar entregar-se a todas as aporias que daí resultam. E vemos, palmarmente, os efeitos dessa herança, na polémica que se trava entre os marxistas dissidentes, que mutuamente se acusam de falsificadores da doutrina, não poupando até o próprio Engels, que já é acusado de ingenuidade...

O marxismo, filosoficamente, é uma doutrina materialista. Ora, a tese fundamental do materialismo marxista é a prioridade do objecto sobre o sujeito. Na verdade, o que o marxismo quereria dizer é que há a anterioridade do mundo exterior ao homem, que é uma criação posterior àquela, que adveio a ela. Dessa forma, sendo o homem producto de uma longa evolução da animalidade, a espécie (a *rationalistas* dos escolásticos) fica reduzida à animalidade.

O homem é um animal, mas um animal que se diferenciou. E essa diferença não a nega o marxismo. Mas, afirma-a como mera conseqüência da evolução animal, sem qualquer intervenção de qualquer providência extra-terrena. Os marxistas desconhecem o que seja providência divina. Têm de tal termo uma visão caricatural. Combatem-na pelo modelo que dela fazem, e não compreendem que, se o homem surgiu, se acaso veio da animalidade, como um ser que se diferenciou, tal não poderia ser apenas uma obra do

acaso, mas do desenvolvimento da própria ordem cósmica, que já continha, portanto, essa possibilidade. Aquê **ver para diante (pro e videre)** indica uma **providência**, que actua na ordem cósmica, pois, do contrário, teria surgido do nada, o que o marxismo não irá de forma alguma admitir.

Neste caso, a ordem cósmica **providenciou** que surgesse o homem, pois se êle surgiu, foi uma possibilidade dessa ordem. Portanto, houve um momento em que o homem não era ainda actual, mas estava em potência. Ora, tal potência indica uma possibilidade, um dar-se do homem dentro da ordem cósmica, uma **videncia pro**.

Responderia, acaso, o marxista que essa ordem cósmica é mera realização de per-si; isto é, surgiu também do nada. Não, essa ordem é intrínseca ao cosmos, dirá. De qualquer forma, há de convir que essa ordem, que se dá no cosmos, ou surgiu do acaso ou é eternamente preexistente e eternamente subsistente, ou idêntica ao próprio cosmos. Se aceita a primeira posição, cai em tôdas as aporias intrínsecas à concepção do acaso, já suficientemente refutada. Se aceita a eviternidade e a subsistência, reconhece que há, no cosmos, uma ordem criadora de tôdas as coisas, e não evitará, pelo menos, a queda no **deísmo**, embora não no **teísmo cristão**, com o perigo de tornar-se **panteísta**, ou admitirá que é idêntica, que se pode combinar com a segunda, e não se salvará do mesmo modo.

Dessa maneira, o materialismo marxista é deísta de qualquer modo, pois se vê obrigado a dar à matéria um poder infinito de criar tôdas as coisas que existem, existiram ou existirão, a não ser que aceite um outro ser mais poderoso e abandone o seu monismo materialista. De uma forma ou outra, o marxismo é supinamente metafísico, pois faz uma afirmação categórica sobre o **de** que não tem experiência suficiente.

Como sabe o marxista que é assim? Por lhe ser evidente? Mas basta a subjectividade da evidência para afirmar uma verdade? Não será apenas uma convicção?

Não podemos discutir as bases do materialismo aqui. Nós o fazemos em outros trabalhos. Mas o que se pode dizer, e o queremos fazer com justiça, é que Marx não tomou propriamente uma posição genuinamente materialista, mas apenas uma posição empirista no referente ao conhecimento e na gestação da inteligência humana. Esta é um producto do mundo exterior; isto é, afirma a anterioridade do ser sobre o conhecer, e nisto o marxismo, que não o sabe, nada mais afirma que um dos pontos que é patrimônio de toda a escolástica.

Para a escolástica, o homem é criatura, e, portanto, foi criado. E como todo ser criado, é posterior ao que o cria, ao Ser que o antecede. Ademais, quanto ao conhecimento, deveriam os marxistas saber que Aristóteles e São Tomás aceitavam que "*nihil est in intellectu quod non prius fuerit in sensu*", ou seja, "*nada há no intelecto que primeiramente não tenha estado nos sentidos*", o que é uma afirmação empirista.

Por escolher uma visão materialista, o marxismo juntou o seu destino ao destino do materialismo, a mais fraca posição que se conhece na Filosofia.

Mas, o mais importante é o que gesta aqui um ponto ético capital. O marxismo, por desvalorizar totalmente o homem, por reduzir a espécie ao gênero (a racionalidade à animalidade, e esta, fatalmente, pelo mesmo reductivismo, ao físico-químico) reduz o homem a uma coisa, e não a uma pessoa. Daí o desrespeito total à pessoa humana, que o leva a outros desrespeitos. O marxismo termina por negar valor a tudo quanto o homem elevou até então. E no seu afã destrutivo, julga que, para ser socialista, precisa destruir até as mais caras conquistas da racionalidade e da afectividade humanas sobre a animalidade. Dessa forma, combateu a família, combateu a Moral, combateu a Religião, combateu a Filosofia e, na verdade, não encontrou em que dar coerência ao seu movimento. Em vez da força dada pe-

la coerência, acabou por obter uma coerência conquistada pela força. E a falta de um princípio ético mais profundo ao marxismo, se pode vivamente interessar aos egressos, aos mórbidos, aos doentes, aos ressentidos, a todos os que não podem submeter-se a uma auto-disciplina, nem conhecer certas victórias por si, não lhes deu a força que julga ter. Na verdade, o que dá força ao marxismo, fora da Rússia, são ainda os ideais socialistas (no fundo genuinamente cristãos), enquanto nos países dominados pelo seu poder, essa coesão é obtida pela força policial, como os factos o comprovam cabalmente.

Vê-se, assim, embora em linhas gerais, que a própria filosofia marxista contribui para levá-lo à corrupção mais extrema, a qual não pode ser negada, em face da própria história do partido bolchevista, que, fundado nas afirmações de seus sequazes, é o movimento que apresentou maior número de traidores que qualquer outro na História, e os bolchevistas mataram mais companheiros do que inimigos ideológicos.

Submetendo-se ao destino do materialismo, o marxismo condenou o seu futuro.

E as constantes mudanças de posição, como nos mostra a história do movimento bolchevista na Rússia, que depois de combater a família, e propor uma camaradagem entre os sexos, termina por construir uma triada para o povo, como é a actual "Pátria, Família e Estado", este último substituindo Deus, repetindo ridiculamente o "Deus, Pátria e Família", provocaram os risos dos adversários.

As restrições contra o divórcio e a defesa dos bons costumes atingem hoje, na Rússia, uma ferocidade inaudita. As contravenções ao código de moral soviética chegam aos extremos de dar penas pesadíssimas aos namorados que se beijam em plena rua. Um moral, levada aos extremos, depois de ter sido ridicularizada por tanto tempo.

3) A contradição funcional é importantíssima. O autoritarismo fundamental da concepção marxista faz crescer os abusos de poder. Não são os adversários que os relatam. São eles mesmos. Leiam-se os relatórios de Stálin, e os últimos de Malenkov, Kruchev, que nos contam, em linhas gerais, o que ali se passava e passa. O princípio autoritário, inerente ao marxismo, levou-o ao excesso de poder que não pode afrouxar nem manter. Uma brutalidade leva a outra brutalidade e, nessa seqüência, vivem milhões de seres humanos sujeitos a todas as lutas internas, que gozaram naturalmente o autoritarismo.

É o absolutismo autoritário um dos factores mais importantes para levar todas as formas humanas às formas viciosas. Toda doutrina absolutamente autoritária está fadada ao malôgro final, porque o autoritarismo, por seu carácter absolutista, tende ao vicioso e à destruição final. Toda a história prova essa afirmativa, que ora fazemos. Nenhuma idéa, nenhuma organização, que se tornou autoritária, sobreviveu ao próprio autoritarismo. Os abusos, que dela decorrem, destroem, mais dia menos dia, qualquer construção.

O autoritarismo marxista é uma contradição interna do marxismo, não como teoria, pois o marxismo é intrinsecamente autoritário, mas como factor de decomposição.

E as formas viciosas decorrem desse espírito autoritário, do qual não se livra mais e que o destruirá, afinal.

4) Outra contradição destructiva encontramos no decurso da história. O marxismo não pode evitar de ser histórico e passar com a História. Os factos sucedem e dentro de uma seqüência que não o fortalece. As victórias obtidas são uma marcha apressada para a derrota final, como as de Hitler o aproximaram cada vez mais da derrota.

Os progressos obtidos pela técnica permitiram que os países neotecnizados pudessem conhecer uma melhoria de vida do trabalhador, vedada à Rússia paleotecnizada. Stá-

lin queixava-se de ser o produção russa a mais cara do mundo, e de o país precisar manter-se afastado dos outros, com as fronteiras fechadas, porque não podia competir, em preços, com a produção dos países capitalistas.

Se os marxistas realmente desejassem a paz, poderiam negociar com os outros povos. Mas como vender o que produzem, se é tão caro? Têm de viver de restrições de toda espécie, como sucede com todo país industrialmente mal desenvolvido.

Os países neotecnizados, como o são os Estados Unidos, Suécia, Holanda, Dinamarca, Noruega, etc., não conhecem movimentos marxistas ponderáveis. E, no entanto, nesses países, deveriam ter eclodido movimentos mais ferozes, segundo a norma marxista. Neste ponto, fazem êstes os maiores malabarismos intelectuais para explicar os factos. Não podem, porém, negar estas observações:

a) que o proletariado dêesses países vive num padrão de vida muitas vezes superior ao do russo;

b) que nesses países a capacidade de produção, **per capita**, é maior que a dos trabalhadores russos;

c) que o proletariado dêesses países encontra meios fáceis de resolver os problemas económicos, e penetrar na produção, da qual a pouco e pouco se assenhoreiam, por formas cooperacionais.

Ora, tais factos são evidentes. A mentalidade soviética é paleotécnica. Apesar de Lenine ter lutado pela electrificação do país, e os bolchevistas terem feito muito neste sector, não foram capazes de aproveitar as lições que a neotécnica e a biotécnica oferecem. Ao contrário, paleotecnizaram a produção, que sofre a pesada carga de uma super-burocratização, de que tanto Stálin e Kruchev têm se queixado, através de seus relatórios.

Desta maneira, o processo histórico e a técnica mostram o marxismo como uma filosofia para o proletariado da pa-

leotécnica, como o socialismo chamado utópico também o foi, e as utopias do Renascimento o foram para a eotécnica. O marxismo encontra, assim, na história, a sua própria contradição.

5) Outra contradição é a de ordem político-administrativa. Quando Lenine pedia ao proletariado que administrasse, que errasse, mas administrasse e (isso antes da revolução de Outubro), fazia êle uma afirmação que não se enquadrava no verdadeiro espírito da doutrina marxista, pois a direcção **devia** caber ao partido, como depois se verificou. Poucos dias após a revolução, quando o proletariado se apoderou das fábricas, propuseram Lenine e Trotsky o prato de lentilhas. Em troca da administração das fábricas, dar-lhe-ia o direito de greve.

Sabia muito bem Lenine e seus sequazes que, sem o poder económico, os bolchevistas não guiariam o movimento socialista. O poder económico nas mãos do Estado, e a liquidação posterior dos remanescentes socialistas adversos, com o aproveitamento do desinteresse dos anarquistas pela política, o aniquilamento dos socialistas revolucionários, e dominando a máquina do Estado, teriam, além do poder político, o económico, pois só o primeiro seria precário. E sucedeu o que era inevitável dentro da concepção marxista. Ludibriaram as massas com o prato de lentilhas do direito de greve em troca da administração, que foi burocratizada nas mãos do Estado. Vitoriosos, como o foram, o direito de greve foi imediatamente liquidado, e o poder absoluto dos bolchevistas instalou-se na Rússia.

Mas tudo isso traria, como trouxe, uma consequência:

a) a burocratização levaria ao encarecimento da produção;

b) o proletariado, sem a administração, brutalizou-se nas garras do estado policiaco;

c) a produção, apesar dos ímpetos estacanovistas, não baixou de custo, porque o próprio trabalhador tinha um papel cada vez inferior, o que lhe diminuía o estímulo;

d) ademais, a **plus-valia** paga ao capitalista passou a ser paga, em dôbro ou em triplo, ao Estado;

e) caiu o proletariado perdido às mãos dos poderosos, sem ter possibilidade de organizar-se em defesa, pois os sindicatos e os soviets perderam o poder, passando as leis, ordens e regras a serem estatuidas de cima para baixo.

Desta forma os marxistas, na Rússia, semearam ventos, e colheram tempestades, como Marx semeou dragões e colheu pulgas...

6) A organização paleotécnica da Rússia, o autoritarismo, etc. em suma, tudo quanto estudamos acima, levará o povo russo, para sair da situação em que se encontra, a fazer a revolução. Só pela revolução se libertará da opressão em que vive, e o marxismo passará para a história como mais um exemplo do malôgro das doutrinas autoritárias.

Assim como a nobreza fez a revolução para libertar-se do domínio do clero, a burguesia para libertar-se da nobreza, o proletariado para libertar-se da burguesia, instalando um regime de césares, terá de fazer a revolução para libertar-se dos seus "libertadores".

Dizia Nietzsche que é do destino dos alemães salvar o que está perdido. Dizia que Lutero salvara a Igreja, que deveria canonizá-lo, pois graças à sua acção, ela renasceu. Marx, também, salvou a burguesia, cuja situação ter-se-ia tornado inevitável em dias da paleotécnica, se não tivesse surgido entre os socialistas a acção dissolvente e divisionista dos marxistas, poderia afirmar qualquer dos seus adversários.

Sua dialéctica levou-o, fundado em parcos factos da História, a construir uma visão falsa da própria alteridade,

único campo onde trabalha a dialéctica marxista, mesmo havendo muitos outros que ela esquece ou desconhece.

* * *

O marxismo gera internamente uma luta sem quartel pelo poder.

É o que se verifica nos quadros do mais rudimentar partido comunista, em qualquer país. Esse espírito exige a desconfiança constante e a constante instabilidade dos dirigentes, ameaçados sempre de denúncias, e por sua vez dos próprios membros menores, sempre ameaçados. Nem Stálin sentiu-se seguro, nem Kruchev, nem seus substitutos. E o fim daquele um tanto prematuro, ainda põe dúvidas, e bem fundadas, sobre a verdadeira causa de sua morte, que parece ter obedecido mais a um plano premeditado que a uma simples doença.

Aqui há lugar para uma pausa e comentário. Stálin não podia modificar a orientação soviética. Ele era suficientemente inteligente para saber que um ditador, quando concede certas liberdades, cai fragorosamente. Morto, a Rússia poderia dar um outro passo, sem tal perigo. A morte de Stálin era necessária.

Sucedee, porém, que a táctica de Malenkov, e companheiros, também não trouxe grandes benefícios, e se viu forçado a guinadas de todo modo, com depurações constantes e sangrentas. Kruchev continua, e será continuado por outro, e assim até ao fim.

Os bolchevistas não podem permanecer na brutalidade desenfreada, nem podem empregar a liberdade. Perdoem-nos a profecia, mas assistirá a humanidade a mais feroz carnificina que conheceu a História. Os russos aprendem há séculos a matar, brutalizar. Os discípulos, em breve, mostrarão aos mestres quanto aprenderam. Não se pense que tal seja impossível, pelo facto de o Estado soviético dis-

por de tanta força, como a policial, a militar, etc. Tudo isso ruirá fragorosamente, mais cedo do que se pensa ou se espera.

O autoritarismo bolchevista provoca o anti-marxismo, fortalece-o. As forças contrárias crescem constantemente e, internamente, as forças de desagregação são estimuladas. No fundo de si mesmo, todo russo, até Kruchev, desejaria que tudo fôsse diferente... Esse desejo já existe. Se a Rússia abrisse as fronteiras, e deixasse sair do país quem o quisesse, talvez ficassem apenas os senhores do Kremlin, e nesse "talvez" há muito ainda de dúvida. As fugas constantes, os milhares que morrem nas fronteiras, enfrentando os guardas, para alcançar um mundo onde possam respirar livremente, são um atestado insofismável. Um estrangeiro, ao visitar a Rússia, sem faro psicológico, pode não perceber tal coisa ao primeiro relance. Pode, com espírito de turista, embriagar-se até com belezas que o novo regime tenha realizado. Seria ingênuo acreditar que em quarenta e tantos anos nada se tivesse feito na Rússia.

O turista não vai às favelas, à miséria dos bairros. E muito menos na Rússia, onde há lugares proibidos em todos os cantos.

Mas todos esses argumentos seriam fracos e desinteressantes, em face do que o marxismo inevitavelmente é **ab ovo**: autoritarismo, absolutismo.

Pode ter a Rússia tudo o que quiser, mas não tem socialismo, nem marcha para o socialismo. O socialismo só seria implantado à custa do regime bolchevista, por meio de uma grande revolução popular, que extirpasse do país os dirigentes.

O marxismo não é uma doutrina socialista conseqüente. O socialismo implica liberdade, e a liberdade é uma perfeição que só se torna praticamente real com a própria prática. A opressão não é escola de liberdade; esta só pode surgir por oposição àquela.

O ciclo dialético da alteridade leva-nos, **marxisticamente**, a considerar:

Tese: o socialismo romântico, sincero, cheio de brio, e já genuinamente solidificado por ideais e práticas mais seguras;

Antítese: o socialismo autoritário, prussiano, de Marx, cuja prática está atestando o que é;

Síntese: será um socialismo democrático cooperacional, que realiza, como já o fazem, embora em parte, os 800 milhões de cooperacionistas do mundo.

Estes constroem o que até então era considerado impossível, sem a intervenção do Estado, e pela exclusiva ação dos próprios trabalhadores, como verificamos em países como Suécia, Noruega, Islândia, Holanda, Dinamarca, Suíça, Inglaterra, Estados Unidos, Canadá e até entre nós.

Tais afirmativas, naturalmente, levam desde logo a muitas objeções por parte dos marxistas. Com seu tecnicismo verbal, desejariam demonstrar que tal é impossível. Mas trinta anos atrás também era impossível. E nessa época os cooperacionistas eram apenas uns 50 milhões. Afirmavam os marxistas que a cooperação organizada pelos trabalhadores e pelas classes populares não poderia construir, por exemplo, a exploração do petróleo, estradas de ferro, navegação, grandes indústrias, etc. As duas dezenas de companhias de petróleo, formadas em bases cooperativas, e de propriedade de trabalhadores, existentes nos Estados Unidos, com sua frota de petroleiros, etc., as estradas de ferro construídas na Bélgica e na Suécia, as grandes companhias de navegação sueca e islandesas, etc., demonstram à saciedade que os marxistas são teimosamente maus profetas.

São os marxistas os maiores inimigos do cooperacionismo. Para os líderes, é preciso que as massas populares não creiam em si mesmas, não confiem em sua força de organização, não realizem obras que melhorem suas condi-

ções econômicas, não aprendam a administrar por si a si mesmas. Elas precisam confiar na onisciência dos líderes, dos grandes iluminados da auto-suficiência, dos ideólogos sistemáticos de ciência infusa, que se julgam senhores do conhecimento e falam em tom dogmático, como se conhecessem todos os mistérios da natureza e da vida humana.

* * *

Impõe-se, contudo, sermos justos com os marxistas. Teoricamente erraram e a prática os desmentiu. Mas, na verdade, as condições históricas não permitiam nem permitem outra solução. No fundo, foram pilhados numa armadilha, que bem gostariam de safar-se. Não o conseguem, nem conseguirão. O que pretendem fazer não podem realizar, por melhor boa vontade que tenham. A "férrea necessidade" também os prendeu em suas malhas, e muitas das atitudes que tomam não são as desejadas, mas são aquelas que as circunstâncias permitem.

Dentro de si, qualquer marxista sincero, e cômico da realidade, dará plena razão às nossas palavras.

OS FACTORES EMERGENTES E PREDISPOONENTES

Os factores emergentes, como vimos, são os internos; e os predisponentes, os externos.

O homem é, emergentemente, **corpo** (factores bionômicos) e **psiquismo** (factores psicológicos). Mas o homem vive na natureza (factores ecológicos) e numa sociedade humana, sem a qual ele não surgiria (factores histórico-sociais).

Os emergentes, ante a acção predisponencial dos exteriores, actualizam-se de determinadas formas. Assim, o meio ambiente tem seu papel na emergência.

Não é difícil encontrar, no socialismo, suas raízes emergentes, nem tampouco compreender o papel que os factores predisponentes exercem na actualização de suas formas.

O socialismo da eotécnica é diferente do que corresponde à paleotécnica. Aquêles tem características que lhe são dadas pelo **artesanato**; êste, pelo **salariato** do período paleotécnico. Um socialismo de Fourier, de Owen e de Proudhon, em parte, é eotécnico. Tem a revolta romântica do artesão, que, subitamente, é superado (não em tudo, é certo) pela grande indústria, que aos poucos lhe arranca os clientes. Tem de proletarizar-se, e revolta-se. Ou está ameaçado a proletarizar-se, e revolta-se. Os factores predisponentes actuam e permitem a emergência de uma revolta, que se adapta às condições ambientais. Não se poderia esperar outra coisa.

Mas, nesse socialismo eotécnico, os fundamentos do socialismo são invariantes.

A inversão vai dar-se nos marxistas. Estes surgem em plena paleotécnica, são os socialistas da grande concentração capitalista.

O capitalismo toma o rumo das grandes unidades da centralização constante. O marxismo viu nisso o climax do progresso e uma lição da organização social futura. A sociedade tem de ser centralizada, monopólio de poder, monopólio de produção, monopólio, em suma, econômico, político, e ideológico.

Os factores predisponentes foram aqui importantes. Mas, assim como os factores histórico-sociais, para se constituírem, precisam dos emergentes, em sua conjunção e reciprocidade, em cooperação com os ecológicos, o histórico-social influiu sobre Marx, de tal modo, que não poderia ele ter outra visão. Era tudo evidente a seus olhos, tão cheios do século XIX, sobretudo se se considerar que a sua insuficiente cultura filosófica não lhe permitia ver além dos factos, nem ter uma visão global justa, por faltar-lhe uma sólida análise dialéctica.

Por isso, tendeu sempre a acentuar o valor do factor econômico, realmente preponderante e decisivo na época como é ainda hoje. Realmente, nesse período, a predisposição econômica era decisiva, mas isso correspondia ao histórico-social e ao espírito da época, de domínio utilitário, sem fé, que acreditava apenas na Ciência e que precisava resolver os problemas econômicos, únicos, onde ainda julgavam ser possível uma salvação para os homens.

Naturalmente que, desde esse momento, a emergência, numa adequação com a predisposição, dava a concluir, precipitadamente, que o factor econômico fôsse sempre o decisivo. (É verdade que Marx e Engels, em seus últimos anos de vida rejeitaram esse absolutismo. Mas os epígonos continuam afirmando-o dogmáticamente. O factor econô-

mico é por eles, assim, retirado, abstractamente, da concreção em que se dá. Em alguns marxistas, naturalmente os de menor porte, esse factor é único. Os outros nem são factores...).

Ora, o ser humano, sendo corpo, é sempre biológico e, conseqüentemente, fisiológico. Um biologista poderia querer reduzir, e alguns o fazem, toda a superestrutura humana à Biologia, como procede o biologismo; um fisiologista poderia reduzir à Fisiologia, como o fazem os adeptos do fisiologismo.

Mas o homem é também psiquismo, e um psicólogo poderia reduzi-lo à Psicologia, e eis o psicologismo. El como o homem existe na natureza, e é natureza, um fisico-químico poderia querer explicar totalmente o homem pela Físico-química, e teríamos o materialismo vulgar. Como o homem é histórico-social, vive em sociedade, e dela depende para surgir e perdurar, sofrendo dela suas influências, não faltam as reduções do historicismo, as do economismo, etc

Ora, desde os escolásticos, a alma é a forma do corpo. A natureza e a sociedade são inseparáveis. O homem é um todo dentro de uma concreção. O que se chama factores biológicos não tem uma precisão absoluta, porque, no homem, o bionômico e o anímico estão fundidos. O que nos aparece, ora aqui, ora ali, é a predominância d'este ou daquele, não se pode, porém, negar a interactuação do biológico e do psíquico, cujas ressonâncias são mútuas. Podemos não perceber isto ou aquilo, mas o nosso psiquismo percebe. A psicologia de profundidade nos mostra que o que pertence ao inconsciente e ao subconsciente, segundo suas classificações mais usuais, que são apenas graus de intensidade da vida psíquica, é muito mais rico do que pensaria a consciência vigilante, antes dos exames procedidos. Portanto, sabemos que há muito de inconsciente e de subconsciente num simples acto que praticamos; julgado apenas movido por isto ou por aquilo.

Assim, como os factores não têm uma nítida separação, não há senão distinções que fazemos **com fundamento in re**, como diria um escolástico, isto é, com fundamento na coisa, mas apenas distinções, que não são separações reais-físicas sob todos os aspectos, pois a sociedade, que parece estranha, fora de nós, vive em nós, com muito maior influência e eficácia do que se poderia pensar.

O factor económico, por exemplo, não pode ser nitidamente separado, real-fisicamente, mas apenas apontado, e distinguido em sua concreção com os outros.

E explicar tudo quanto se dá na sociedade apenas pela acção decisiva dêsse factor, seria dar uma explicação pouco dialéctica, por abstracta. Ora, em cada acto humano, há sempre o económico ou a sua presença, como há o biológico, o psicológico e o social. A cooperação das intensidades e extensões dêsses factores explicam os factos históricos, pois do contrário não poderíamos compreender como um povo, em certas circunstâncias, actua dêsse modo, e outro, em circunstâncias semelhantes, actua diferentemente. Há povos que aceitam desafios, e povos que não o aceitam. Há povos que reagem, e outros que não reagem aos ataques estranhos. Há povos que se deixam vencer pela natureza, e outros que vencem a natureza. E entre os indivíduos as diferenças são ainda maiores. Os estudos de Spengler e de Toynbee sobre a história, que analisamos em nossa "Filosofia e História da Cultura", nos colocam ante factos, que só uma visão dialéctica e cooperacional dos factores de emergência e de predisposição, como propomos, pode explicar.

O estudo mais pormenorizado dêsses factores, que ora fazemos apenas em suas linhas gerais, está esparso em nossas obras, onde os estudamos sob vários aspectos desde "Lógica e Dialéctica".

Marx viu, nessa época, o que outros, antes dêle, já haviam visto: o homem estava empolgado pelo económico. Os problemas económicos avultavam. Como naturalmente a

filosofia anterior, dominada pelos abstractistas, idealistas, pelo abstractismo materialista vulgar, pelo abstractismo-racionalista, que eram formas viciosas, provenientes da concreção escolástica, e como o económico não era mais salientado pelos filósofos de então, que até o desprezavam, Marx, espírito rebelde e em constante opposição, acentuou, tanto quanto podia, como êle mesmo o confessa, com o intuito de salientar vivamente o que os outros desconsideravam.

Marx, embora não fôsse descobridor do factor económico, teve um papel inegavelmente positivo e de grande valor, ao ressaltá-lo, até com exagêro, em contraposição ao abstractismo na filosofia que o havia desprezado.

Marx foi um exemplo de sua mesma teoria. Seus exageros foram por êle vividos de tal modo que ao visualizar uma situação histórica, fundado em documentos de parcial valor, construiu uma cosmovisão totalmente paleotécnica, e julgou que as soluções sociais seriam, por sua vez, paleotécnicas. O proletariado seria apenas o herdeiro do capitalismo. Eram as formas de produção do capitalismo que **geravam** o socialismo. E de tal modo, que as relações de produção se tornavam dispares daquelas, o que dava um conteúdo novo, enquanto permaneciam formas velhas. A revolução seria inevitável, porque o capitalismo era obrigado a socializar a produção. Marx olhava apenas o aspecto da ordem das coisas e não queria ver mais nada.

Ora, o socialismo eotécnico, de forma alguma consideraria a oficina burguesa como exemplo de uma oficina socialista, nem admitiria que a forma de produção burguesa fôsse socialista, pois a técnica levava o trabalhador a uma brutalização tal que seria hediondo aceitá-la.

Opunha-se ao capitalismo. Marx, não; considerava-o um passo à frente, um progresso. O capitalismo criava maravilhas.

O próprio Marx intitula o seu livro máximo de "Capital", porque é sobre o capitalismo, forma viciosa do domínio do capital, que ele quer falar.

Viu nas grandes chaminés, que empestavam as cidades, naquelas florestas de canos espetando o céu, um progresso. As imundas cidades de carvão e fuligem eram um progresso ante as limpas cidades da eotécnica, conhecidas nos países nórdicos. Para ele, o capitalismo era o gestor do socialismo. Ainda o diferente gestava o diferente, o tigre gestava pombas...

Colocado nesse ângulo, o marxismo estrutura-se como uma filosofia do proletariado da paleotécnica.

Marx nunca pensou devidamente nas grandes revoluções técnicas; não pensou que elas poderiam ter um outro papel, importantíssimo, na formação de novos ângulos e perspectivas. Enquanto o "utopista" Proudhon previa o fascismo, Marx não; enquanto Kropotkine, em cuja obra "Campos, fábricas e oficinas" colocava os aspectos da Técnica, que serviriam de base a Patrick Geddes e a Mumford posteriormente, e, actualmente, ao movimento de humanização do trabalho, Marx não previa essa transformação. Marx era paleotécnica apenas, e só.

Nem uma visão clara das possibilidades revolucionárias da Técnica, nem sequer do papel que ela exercera na transformação das sociedades do passado.

ANÁLISE DECADIALÉCTICA

Com a colocação dos diversos aspectos mais importantes do marxismo, por nós já salientados nas páginas que antecederem, podemos fazer agora uma análise decadialéctica, segundo os dez planos, bem como da maneira abstracta de visualizar os temas, não só sociais como filosóficos, económicos, etc.

Analizado o marxismo no **campo do sujeito e do objecto**, deve ser examinado como doutrina e como prática, como obra de Marx, e de seus seguidores.

Se actualizamos o subjectivo, a pessoa de Marx se torna importante para a explicação da sua doutrina. Esta está marcada pelas peculiaridades do seu espírito. A marca pessoal é demasiadamente evidente: messianismo judaico, ressentimento individual, perseguições e desprezo dos dominadores de então. Marx, antes de ser marxista, opunha-se, politicamente, àqueles a quem houvera solicitado um cargo, que não obtivera por ser judeu, apesar de casado com mulher da pequena nobreza alemã. Os estudos filosóficos de Marx, e a influência que sobre ele teve Engels, que era um industrial e economista, explicam-nos muito dessa notável simbiose, que terminou por Engels fazer mais Filosofia que Economia, e Marx mais Economia que Filosofia.

Filosoficamente, influenciado pelo hegelianismo de esquerda, que actualizara da obra de Hegel o aspecto objectivo, assistindo à luta que era travada entre os dois grupos, que disputavam entre si a verdadeira exegese do hegelianis-

mo, colocado do lado dos esquerdistas, o aspecto materialista teria que ser finalmente acentuado, pois virtualizaria, naturalmente, tudo quanto fôsse de subjectivo em Hegel, que fazia parte da concreção hegeliana, que é uma síntese de objectividade e subjectividade. A influência positivista, que se manifestava vivamente na Ciência (o que não deve ser simplesmente confundido com o positivismo de Comte), levava Marx a tender para a objectividade. Mas todo tender objectivo, como já vimos na "Psicologia" e "Lógica e Dialéctica", tem sempre uma raiz num interesse **páthico**, genuinamente afectivo. Marx era afectivamente objectivo e exagerava esse aspecto, virtualizando tanto quanto possível a subjectividade, no intuito de alcançar aquela precisão que a Ciência buscava e adquiria ao afastar-se do subjectivo. Somos objectivos também por paixão, e Marx o era, por paixão, porque não se libertou da influência axioantropológica, dos valores que o homem empresta à filosofia prática, que só nos estudos altamente especulativos é possível evitar. E estes Marx não os realizou por tê-los desprezado, o que se deve à sua ignorância sobre eles.

A Alemanha, que sempre chega tarde na História, era estimulada, por seus homens públicos (a era bismarckiana se construía), a industrializar-se, a fim de competir com as grandes regiões industrializadas da Inglaterra e da França.

Todo o subjectivismo alemão (e que se revela tão simbolicamente no expressionismo em sua arte) tinha que ser pôsto em quarentena. Era preciso ser objectivo, preciso, prático, eficiente. Era preciso superar estágios, avançar, acompanhar o progresso económico dos outros povos, competir com eles, e vencê-los.

Naturalmente que a luta entre as tendências objectivas e subjectivas na Alemanha tinham de ser mais agudas que em qualquer outra parte. Marx sentiu a luta e, homem de luta, engajou-se do lado objectivo, com toda a paixão. O exagêro era inevitável. Por outro lado, o socialismo, que se processava nos países latinos, tinha um cunho altamente

subjectivo e, por isso, era supinamente romântico, sem que desprezemos o invariante que o estrutura, nem os fundamentos seguros que o sustentam.

A princípio, Marx, neófito no socialismo, tinha os olhos voltados para o além-Reno. Mas trazia sua alma hegeliana de esquerda já estruturada. Ao manter contacto com os revolucionários latinos, sentiu que havia muita exteriorização de paixão por parte destes. Seu rompimento com Proudhon, que tanto admirara, e que o desprezara, levou-o, de vez, a cair numa visão objectiva do socialismo e a actualizar, conseqüentemente, os aspectos do objecto, esquecendo a importância do subjectivo, ao qual virtualizou, e que terminaria por tornar-se o ponto fraco do marxismo. Esta acentuação leva-lo-ia a desprezar o homem, enquanto pessoa, e o marxismo caracteriza-se por frieza ao tratar o ser humano, que passa a ser apenas uma coisa que organiza coisas, mas que por estas é modelado.

Daí a concluir que a objectividade gesta a subjectividade era apenas um passo; a teoria do conhecimento marxista não poderia deixar de cair num empirismo abstractista, embora fundando-se nas mesmas teses aristotélicotomistas da raiz empírica do conhecimento. Mas a não aceitação de um papel activo (o *intellectus agens*, por exemplo, dos tomistas) levou-o a transformar o subjectivo num mero epifenômeno, ou seja, uma cópia, caindo, conseqüentemente, em todos os defeitos do nominalismo, como todo materialismo, já refutado com séculos de antecedência.

É verdade que Marx, no tempo da "Ideologia alemã", obra pouco lida e conhecida dos marxistas, tinha uma visão prouthoniana, e aceitava a interactuação do objectivo e do subjectivo na formação do conhecimento. Mas o calor da sua paixão objectivadora, levou-o a esquecer estas teses e até o quadro da estrutura (da infraestrutura e da superestrutura) foi finalmente modificado, permanecendo a infraestrutura como meramente objectiva, e a subjectivi-

dade colocada exclusivamente na superestrutura. Esta passou a ser apenas um epifenômeno daquela, assim como a trepidação de um motor é apenas um epifenômeno do seu funcionamento.

Dessa maneira, o marxismo caiu no abismo nominalista, e conseqüentemente, teria que gestar todos os erros que posteriormente vieram adicionar-se a êste. (Um pequeno erro, no início, gesta grandes erros posteriores, diziam os escolásticos).

Por isso, na Economia, o valor de uso, que é subjectivo, é reduzido ao valor de troca. Marx não vê mais o antinômico que se dá entre ambos, como vimos na análise da teoria do valor. Só se produz o que é útil; conseqüentemente, conclui que a utilidade já está contida no valor de troca, o que o leva a construir uma teoria abstracta do valor.

O excesso do objectivismo marxista impele a falsificar o próprio conhecimento, no receio de cair nas teses idealistas. No entanto, como já vimos, em nossos trabalhos anteriores, o idealismo tinha sua positividade, também, ao afirmar que o mundo objectivo é modelado pelo sujeito.

O mundo exterior, que não deve ser confundido com o objectivo, existe independentemente de nós. Mas o conhecimento, que dêle temos, depende do sujeito. (*Cognitio enim secundum quod cognitum est in cognoscente*). O conhecimento se verifica do modo como o conhecido está no que o conhece, afirma São Tomás. E prossegue: O conhecido está no que o conhece, segundo seja seu modo natural de ser (o cão conhece caninamente, o homem humanamente; isto é, racionalmente também), pelo qual o conhecimento se adapta ao modo natural de ser do cognoscente. "Portanto, se o modo de ser de um objecto de conhecimento é de ordem superior ao modo natural de ser do que conhece, seu conhecimento está necessariamente acima da natureza de tal cognoscente" (*Summa Theologica* I, 12 a 4).

Vemos aqui colocado, dialécticamente, o factor emergente do conhecimento ao lado do predisponente. O sujeito conhece segundo pode conhecer. Nossos esquemas permitem conheçamos segundo nossa *assimilatio* (assimilação) a êles. A criança conhece na proporção de seus esquemas. Mais esquemas, mais conhecimento. A tese idealista, aqui, é positiva. O conhecimento está condicionado ao cognoscente. Mas o cognoscente adquire esquemas pela experiência, que o torna apto a conhecer mais. Esta é a tese empirista.

São Tomás é dialéctico, assim, quanto ao conhecimento. Marx só vê a acção da experiência, e esquece que sem a emergência não haveria conhecimento, sem o que é capaz de conhecer, e que realiza o acto de conhecer. O sujeito é constituído de modo a conhecer. E conhece, segundo o seu modo natural de ser. Dessa forma, a posição empirista e a racionalista apriorista são sintetizadas num empirismo racionalista, que é o de São Tomás.

Marx, acentuando o aspecto objectivo, virtualiza a acção subjectiva. É verdade que êle termina por aceitar uma positividade também idealista, ao reconhecer o papel que a ideologia exerce no conhecimento, o papel que a subjectividade posteriormente impõe, como na cosmovisão das classes, etc., que êle, na verdade, compreendeu e tangeu em parte, o que já estava bem delineado, explicitamente, nos estudos sobre o conhecimento, que São Tomás, Duns Scot e Suarez haviam feito, como o mostramos em nosso "Teoria do Conhecimento".

Citamos ainda São Tomás no mesmo tópico: "Portanto, o natural para nosso entendimento é conhecer as coisas que não têm ser senão na matéria, já que a nossa alma, pela qual conhecemos, é forma de uma matéria. Mas a alma tem duas faculdades cognoscitivas. Uma, que é acto de algum órgão corpóreo, pelo que sua actividade natural é conhecer as coisas, segundo o modo de ser que têm na ma-

téria individual, e por isto os sentidos unicamente conhecem o singular. A outra é o entendimento, que não é acto de nenhum órgão corpóreo, e por isso o conatural (**natural com**) do entendimento é conhecer as naturezas que têm ser em uma matéria individual, mas abstraídas dela pela acção do entendimento. Por essa acção, com o entendimento, podemos conhecer as coisas em seu ser universal, ao qual não podem alcançar os nossos sentidos”.

Esta segunda acção do conhecimento, o marxismo a considera como os nominalistas a consideram. O universal é apenas o que têm de comum os entes. Mas esquecem-se que os esquemas concretos estão também nas coisas, sem uma presença material. Esta maçã é maçã e não outra coisa.

E por quê? Porque nela há um relacionamento físico-químico-biológico que a torna maçã e não outra coisa. Mas esse relacionamento é um relacionamento que não é qualquer outro. É este. E não sendo este, a maçã não é maçã, seria outra coisa. Portanto, é o esquema concreto que dá a tensão maçã, com sua forma maçã, algo que se repele, nesta e naquela e naquel'outra maçã, e só nas maçãs. Mas não está nesta maçã materialmente, pois, do contrário, como teria ubiquidade para estar naquela? Logo o **arithmos**, o número pitagórico no bom sentido, o **arithmos** plethos de que falava Pitágoras, que dá a forma maçã, algo que não é matéria, é uma fórmula que não é apenas uma abstracção do homem (excesso da tese subjectivista, que não pôde evitar Marx), mas é algo que se dá aqui, ali e acolá, simultaneamente. É uma forma, um **eidos**, no sentido platónico, um **arithmos**, no pitagórico, que não é matéria, do contrário não teria ubiquidade, não poderia estar simultaneamente em tantos lugares.

Não é o mero **flatus vocis** dos nominalistas, apenas uma palavra, mas um esquema concreto, que cresce com (**concretum** vem de **concreccionar**, crescer com, também em

sentido aumentativo), a matéria que compõe esta ou aquela maçã. Mas essa forma não se actualiza nesta e naquela maçã, sem a presença dos factores predisponentes, que a facilitam, pois uma maçã não surgiria na Lua, como a Lua é hoje.

Logo, essa forma maçã (esse **eidos**, esse **arithmos**, essa forma, o nome pouco importa) é um esquema concreto, real, portanto, não com as características da matéria, mas ubíqua, que é uma possibilidade dentro do ser (**impossibilium** da escolástica, que se torna um **effectibilium** neste planeta), e em certas condições, se actualiza em maçã.

Podemos não saber qual é o esquema concreto da maçã; pode a ciência ainda não saber como ele é; mas sabe que ele é, que ele se dá aqui, ali, acolá. Captamos dele, segundo nossas possibilidades, segundo a possibilidade do cognoscente, o que ele é, uma **quidditas**, o seu **quid**, o seu **o que**, que as coisas na sua intrinsecidade repetem (imitam).

É uma universalidade para nós, adquirida **post rem**, depois da experiência (como o querem os nominalistas), mas que está **in re**, na coisa, na maçã, (como o afirmam os conceptualistas), e que tinha um modo de ser **ante rem**, no Ser (como o afirmariam os realistas), pois era uma possibilidade que se efetuou. Dessa forma, o pensamento tomista é dialéctico. As formas estão antes da coisa no Ser, pois do contrário viriam do nada (tese realista), dão-se nas coisas, em esquemas concretos (tese dos conceptualistas), e são conhecidas, por nós, **post rem**, depois da experiência (tese dos nominalistas). Dessa forma, o realismo de São Tomás é mais dialéctico que o nominalismo marxista, que é abstracto.

O que conhecemos das coisas, as **quidditates**, são condicionadas pelo cognoscente. Conhecemos o cognoscível, e ampliamos o conhecimento à proporção que ampliamos os nossos esquemas de conhecimento. Que são os aparelhos

da ciência, microscópios, etc., senão uma ampliação dos nossos esquemas, ou que reduzem aos nossos esquemas o que se dá além da capacidade cognoscitiva do cognoscente?

Portanto, uma visão meramente objectiva do conhecimento é uma visão abstracta.

Os marxistas, quando transformam o aparelho cognoscitivo do homem numa mera máquina fotográfica, caem na mesma posição nominalista ou na maneira brutal de ver dos materialistas vulgares, com quem Marx se preocupava tanto em não ser confundido.

E assim como Kant, querendo combater o idealismo, não pôde impedir de nele cair, Marx não pôde impedir de cair no materialismo vulgar, e ao semear dragões colheu pulgas, que se escarrapacharam, sugando, tanto quanto possível, o sangue do nominalismo até inflar ao extremo.

E tudo isso era uma decorrência natural da sua posição **subjectivamente** objectiva, da sua paixão (**subjectiva**) ao objectivo, que o levou a não poder conter os exageros, e a precipitar no exagêro os seus epígonos mais "marxistas" que êle.

Analisemos dialécticamente em outros campos.

As actualizações e virtualizações que o marxismo procedeu permitiram as modalidades abstractistas de que está cheia essa doutrina, e que encontra, na prática, um desmentido constante.

Por que os marxistas, na prática, tiveram de ser diferentes do que foram na teoria?

A simples evidenciação dessa diferença é suficiente para, desde logo, mostrar que havia alguma coisa que não estava perfeitamente entrosada, perfeitamente adequada. Em vez de procurar o ponto frágil, os marxistas preferiram cair num bizantinismo de interpretações subtis das frases de Marx, procurando, sempre, justificar os erros, que eram

apenas erros porque partiam de posições previamente falsas.

Basta que se observem as obras dos autores marxistas que estão sempre apontando os erros cometidos, como monotonamente o fazem Engels, Lenine e outros, com excepção dos actuais dominadores, porque êstes nunca erram, pois descobriram uma solução ideal para as atitudes: "as condições históricas exigiam tal atitude...".

A posição filosófica do marxismo, sua maneira de ver a História, leva-o a actualizar apenas os aspectos extensistas e a virtualizar o intensista, a actualizar as possibilidades **reais** ou não, que se coadunam com a sua maneira de ver os factos, e a virtualizar tudo o mais, razão por que os acontecimentos, que não seguem a regra marxista, desmentem-no constantemente. A redução do mundo a uma cosmovisão simplista, leva os marxistas a verem só os aspectos que estão de acôrdo com a teoria, daí actualizarem supinamente o factor económico, sem considerar o que coopera na formação do mesmo, e que actua conjuntamente com êle.

Uma análise da filosofia e da economia marxistas, como fizemos, nos mostra à saciedade quanto os outros campos da análise decialéctica oferecem exemplos de má apreciação, como seja o campo das oposições da razão, das suas antinomias, que os marxistas não captam, o das oposições da intuição, o que há de desconhecimento, etc, etc., que não poderíamos examinar aqui, onde pretendemos, apenas, dar uma visão ampla dessa doutrina, dentro do socialismo em geral, sem entrar em pormenores, que implicam citações de passagens, a fim de justificar as afirmativas que teríamos de fazer.

A análise dialéctica da dialéctica marxista já a fizemos em nossos livros anteriores e cremos, portanto, que o estudo dos aspectos, que acabamos de realizar, é suficiente para justificar nossa crítica, cujo **intuito não é atacar, mas**

apenas mostrar o que há de positivo, a par do que há de abstracto em uma doutrina, que é defendida por seus sequazes, como a mais objectiva, a mais realista, a mais perfeita que o cérebro humano já foi capaz de construir, e até insuperável, perene, eterna. Por isso, não é de admirar que os marxistas afirmem, com cândida convicção, que depois dêles não há mais caminho para a Filosofia, que se reduz, dessa forma, apenas a repetir o que Marx disse. O marxismo assim tende a parar o pensamento, e a acabar com a sua própria dialéctica, pois não admite nenhuma contradição em si mesmo. Não se alterará, não será substituído.

Como fecho final, a própria posição marxista é o desmentido mais cabal a si mesma. O marxismo, não admitindo sua superação, nega a sua própria dialéctica.

Podem os marxistas fazer os maiores esgares, levantar a voz, blasfemos e revoltados, arguir os mais subtis e bizantinos argumentos, mas o marxismo, negando a sua superação, nega-se a si mesmo.

E se a aceitar, deverá reconhecer que foi uma filosofia aplicável ao proletariado da paleotécnica, mas insubsistente e superada para a neotécnica, e ainda mais para a biotécnica. Podem afirmar que Stálin ou Kruchev superaram Marx. Bem, isto já é outra coisa.

E aqui, ante tal afirmação, os dissidentes, os não-estalinistas, os não-kruchevistas, passam a vociferar uns contra os outros. E quando marxistas vociferam é melhor fechar os ouvidos. O desaforo substitui a análise serena, segura e filosoficamente bem fundada. É o que podemos esperar, quanto a nós, quando certos marxistas fanatizados leiam este livro, e não quanto aqueles que honestamente aceitam a sua doutrina. Estes meditarão sobre as nossas palavras, e se forem socialistas sinceros e equilibrados, não de bem compreendê-las.

POSTULADOS CONCRETOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO HOMEM NA HISTÓRIA

Depois do que escrevemos nos volumes que antecederam a este, sobre tema tão importante como o da História e dos problemas sociais, que agitam a época em que vivemos, podemos, agora, fazer a colheita do que foi realizado, do que foi examinado, e estabelecer algumas sugestões, que poderão ser úteis aos que desejam contribuir com seu esforço por uma solução mais humana dos problemas sociais, mas uma solução fundada na realidade concreta, que permita traçar um rumo, que corresponda melhor ao que de mais justo há no ser humano.

É mister, assim, estabelecer algumas premissas, que foram demonstradas com a apoditicidade desejada, e que servirão de ponto de partida para que delas possamos tirar as conclusões justas.

Ficou devidamente demonstrado que o ser humano participa de um conjunto de perfeições que são gradativas, aquelas tomadas **in divisibili**, que não podem ser virtualizadas, sob pena de nos afastarmos da concreção que deve estar patente ante os olhos daqueles que pretendem estudar com fundamentos e seriedade os problemas sociais.

1) É abstractismo vicioso, como vimos, ver o homem apenas como o resultado de factores:

- a) ou biológicos
- b) ou fisiológicos

c) ou psicológicos

d) ou ecológicos, incluindo-se tudo o que constitui o circunscripto de sua existência, no ambiente em que vive

e) ou histórico-sociais, incluindo-se, aqui, apenas os factôres culturoológicos.

O homem não é apenas isso ou aquilo, mas o resultado da cooperação gradativa e da harmonia de todos êsses factôres. A sua realidade concreta funda as raízes em tôdas as esferas e campos de cada um dêsses ramos, que constituem o objecto de estudo de tantas disciplinas.

2) Não há factôres predominantes sempre, mas algumas vêzes (*non semper sed aliquando*). E tal é verdade porque tais factôres, sendo contingentes, e ademais accidentais, e de intensidade variada, sua actuação é correspondentemente relativa. Dêsse modo, um factor, que é predominante nuns, pode não ser em outros, e o que hoje predomina e marca a direcção da actividade de uns pode não predominar amanhã e, conseqüentemente, não marcar a direcção de seus actos.

3) O ser humano é heterogêneo e revela, tipológica e caracterologicamente, uma variedade imensa de tipos e sub-tipos, todos tomados dinamicamente, com as variações correspondentes aos covariantes, que actuam para modificar a direcção, o vector.

4) Dentro da heterogeneidade humana, é possível a classificação em tipos, segundo as semelhanças e a participação de determinadas perfeições, que nos explicam a origem próxima da diversidade humana e, conseqüentemente, da intencionalidade.

5) O ser humano distingue-se especificamente dos animais. É um ser capaz de criação cultural, portanto de estabelecer novos modos de vida e de adaptação ao ambiente circunscriptivo, em que vive, inclusive o histórico.

6) O ser humano caracteriza-se, ainda, por sua capacidade de recusa (de dizer *não*). Essa recusa é, pois, positiva, e consiste em negar determinada atribuição a um sujeito; ou seja, recusar uma determinada atribuição a um sujeito; ou seja, recusar uma determinada atribuição.

7) É o ser humano capaz não só de estabelecer hierarquias de valores, como também de escolher entre valores, preferindo êstes e preterindo aquêles, sendo essa capacidade de actuação variante.

8) Contém em si o ser humano, em graus potenciais, a possibilidade de realizar tudo quanto humanamente é possível, distinguindo-se os diversos indivíduos por possuírem, virtualmente, maior poder que outros, para tais actualizações.

9) Transformando a si mesmo em objecto de especulação, pode o ser humano interrogar sobre o seu destino e estabelecer planos de actividade futura; ou seja, providenciar projectivamente o seu futuro.

10) É ele capaz de dominar, contínua e progressivamente, as coisas, de construir instrumentos para exercer esse domínio pela ampliação de suas forças e de sua capacidade, conseguindo, assim, submeter as coisas à sua vontade, dispor cada vez mais do meio circunscriptivo, construindo a Técnica e a Ciência, por cuja combinação é capaz de exercer o domínio sobre o meio ambiente e adaptá-lo aos seus interesses.

11) Por sua capacidade selectiva, por sua capacidade estimativa, pode empreender actos que frustrem a contingente imprescriptibilidade de certos factos naturais, pondo as leis cósmicas a seu serviço, mobilizando-as para dar rumos distintos aos acontecimentos, de modo a que êstes possam servir aos seus desejos e corresponder aos seus interesses. A frustrabilidade humana é uma realidade insofismável, e não é o homem prisioneiro da férrea necessidade, possuindo meios para dela libertar-se.

12) Além da capacidade de exercício livre de sua actividade, é ainda capaz de escolher entre valores e, pela vontade, estabelecer rumos novos, que podem ser obstaculizados, ou não, por óbices vencíveis, ou não.

13) É o homem capaz de alcançar uma perfectibilização constante do acto humano, ampliando seu conhecimento seguro, e dando rumos também mais seguros ao seu querer. É ele, pois, capaz de julgar livremente, de livremente escolher, de realizar o livre arbítrio, que decorre da natureza das suas funções intelectuais e da sua vontade.

14) É por isso o ser humano capaz de uma perfectibilização constante, de um progressivo desenvolvimento, que são testemunhadas pelas obras que realiza, que nenhum outro ser, neste planêta, foi capaz de realizar.

15) Normalmente, é do patrimônio intelectual e mental de cada indivíduo humano a capacidade de alcançar níveis mais elevados de actuação.

O ACTO HUMANO

16) O exame do acto humano nos demonstrou apoditicamente de que o homem é capaz de advertir um problema, construir juízos sobre eles, meditar sobre tais juízos, e realizar estimações, tirar ilações, estabelecer conseqüências, ampliar seus conhecimentos, vencer constantemente a ignorância, estabelecer novos estágios de conhecimento mais elevados. Demonstrou-se ainda mais, que é capaz de pôr em acção sua vontade, tendendo para finalidades previamente estabelecidas, planificar e executar.

17) O exame do acto humano nos demonstrou cabalmente que o progresso humano é proporcionado à perfectibilização dêsse acto, cujo desenvolvimento, robustecimento e amplitude abrem caminho a novas possibilidades e a novas conquistas, revelando, de modo insofismável, que a verdadeira pedagogia e a educação justa têm de se guiar

por êsse caminho, tornando cada vez mais robusto o acto humano e desobrigando-o das peias que o viciam, e que impedem a sua plena realização.

18) O exame do acto humano revelou ademais que é um crime contra a humanidade todo viciamento intencional do acto humano, toda obstaculização intencional ao seu pleno desenvolvimento, o que revela, de modo insofismável, que a afirmação do homem, que a sua autenticidade só pode ser alcançada seguindo o caminho da liberdade e não o da submissão cega.

O CAMPO SOCIAL

19) Demonstrou-se que as relações humanas podem ser de dois tipos genéricos: positivas ou opositivas (negativas). São positivas aquelas em que os termos da relação têm nestas as mesmas condições, e opositivas (negativas) aquelas em que um dos termos é prejudicado em sua conveniência.

20) Demonstrou-se mais que as relações sociais podem ser construídas sob a base da persuasão, pela troca de vantagens e pelo constrangimento.

Que a primeira e a segunda são eticamente justas, e que as últimas são eticamente vituperáveis.

21) Verificou-se que há relações sociais complementares, que são aquelas em que há um **térmo comum**, e que êste é que dá a normal da actuação.

22) Comprovou-se no campo social que é válida, também, nesse sector, a lei pitagórica da harmonia. Os opostos, analogados por um termo comum, actuam obedientes a uma normal estabelecida pela totalidade, que estabelece a sincronia da actuação da mesma. Por outro lado, comprovou-se ainda que os termos da relação, que actuam sob o império da normal estabelecida pela actualidade, virtuali-

zam o ímpeto de sua actuação particularizante, e que esta virtualidade constitui o conjunto das disposições prévias corruptivas de uma totalidade.

23) Tais aspectos demonstram que a submissão dos termos à totalidade não é absoluta, pois sempre se reserva, de modo real e evidente, um poder de actuação em oposição ao interesse do todo, o que não justifica, de modo algum, uma submissão total e absoluta, que seria contrária à realidade da condição humana. Contudo, é possível, graças ao estudo, impedir que as disposições prévias corruptivas actuem de modo maléfico à conveniência da totalidade, desviando-a para a actuação de outras, compatíveis com os interesses da totalidade (sublimações), como nos mostra a Psicologia, e que a Pedagogia tem de conhecer e estimular para o bem social.

O CAMPO PSICOLÓGICO

24) É inegável que o ser humano é, além de componente de uma sociedade, um indivíduo, e que há neste ímpetos individuais, que entram muitas vezes em choque com os interesses colectivos. Visualizar o homem apenas como indivíduo, e dar o valor superior a este aspecto, esquecendo o social, é abstractismo da pior espécie, como o será o inverso.

25) O indivíduo tende normalmente a afirmar-se, e sua afirmação pode não convir ao interesse colectivo e contra este pugnar, e até pô-lo em risco. Contudo, não é justo considerar que tal risco é suficiente para justificar a negação pura e simples da individualidade, pois há caminhos e soluções capazes de resolver essa oposição, permitindo uma harmonização de interesses.

26) O anseio de prestígio social tem sua raiz na afirmação individual e seu ímpeto revela uma força elementar, que é real e inegável. Ademais, o prestígio social; ou seja,

o reconhecimento de uma superioridade por parte de seus sócios, companheiros, é uma realidade primária, que jamais deve ser virtualizada sob pena de falsearmos a realidade humana.

27) Deve o homem ser considerado como um **compositum**, no qual actuam, com intensidade, factores de origem bionômica, psíquica, ecológica e histórico-social, e que o resultado é uma estruturação histórica, que nos pode explicar a heterogeneidade humana, sem necessidade de ocultarmos a realidade, com o desejo de homogeneizar violentamente o ser humano, o que seria violentar a sua natureza, que é o resultado do **compositum** entre o que nêle é animal e do que nêle é genuinamente humano.

28) A nítida compreensão dessa realidade heterogênea é um desafio constante à inteligência humana, para que encontre uma solução vitoriosa e não a derrota do que há no homem, em benefício de um interesse que não corresponde senão parcialmente à realidade humana. A solução mais primária é a submissão de parte do homem a outra parte, vitoriando uma à custa da derrota da outra, quando a verdadeira conquista humana será a realização plena da vitória do homem, tornando cooperantes para um fim comum e benéfico os ímpetos que parecem inconciliáveis. O homem, como objecto de estudo para si mesmo, passa a ser a matéria mais importante da vida social e ética, e nunca, como hoje, o "conhece-te a ti mesmo" é o imperativo mais justo que se pode estabelecer. É mister que o homem estude a si mesmo e busque as soluções que **solucionem**, as soluções com vitórias, sem derrotas do próprio homem. Até agora, registra a História, o homem nada mais fez que derrotar uma parte de si mesmo em troca de uma mentirosa vitória de outra parte. Já é tempo, em face do que sabemos, de procurar outros roteiros, se queremos afirmar-nos como seres inteligentes e capazes e não apenas como seres caducos e claudicantes.

29) É psicologicamente verdadeiro que cada vez que derrotamos dentro de nós um ímpeto natural nos angustiamos. Nossa pseudo-vitória traz o gosto amargo de uma melancolia e o sorriso vitorioso não consegue esconder, em sua máscara, o laivo de amargura que há dentro de nós. Essa amargura é apenas o símbolo de uma submissão provisória, de algo que é ainda vivo e que anseia reviver, e que, ao abrirem-se as comportas, ressurgirá com mais intensidade. Tais conseqüências nos explicam muitos retornos bárbaros que nos agitam e nos impelem a actos anti-sociais e anti-éticos, que podem ser evitados se pensarmos apenas, e esse é o nosso dever, em elevar o homem através de vitórias e evitar-lhe as derrotas. A vitória sobre nós mesmos só será verdadeira quando não assassinarmos em nós o que é também a nossa realidade. A redenção humana deverá ser feita pelo ressurgimento do que é em nós a força, mas tendendo para uma finalidade que não ofenda a conveniência individual e colectiva. O ideal novo de superação humana só pode ser aquele que afirme o homem em sua plenitude, e que construa a sua realidade praxica com o que nele é real e verdadeiro. Enquanto não realizarmos isso, não saímos da brutalidade.

NO CAMPO CARACTEROLÓGICO

30) As conquistas da moderna Caracterologia nos permitem classificar com segurança bastante notável os tipos humanos, segundo seu temperamento, ou melhor, segundo a emergência que revelam. Dentro dessa emergência, no tocante ao social, revelam possuir uma propensão acentuada, uma tendência marcante, uma inclinação indiscutível, para os quatro tipos histórico-caracterológicos, que distinguimos, cujo fundamento está em todos os ciclos culturais, ou seja: o tipo hierático, o tipo aristocrático, o tipo empresarial e o tipo do servidor, cujas combinações tivemos ocasião de estudar nos livros que antecederam a este. Juntamos ali suficientes provas, e examinamos sob diversos aspectos as in-

tercorrelações que se formam entre esses quatro estamentos caracterológicos em cada indivíduo, bem como dos tipos já formados entre si. Não vemos mais necessidade de reproduzir o que foi suficientemente exposto e demonstrado. Por outro lado, verificou-se, também, que a velha classificação caracterológica, fundada nos chamados tipos astrológicos, sem querermos emprestar-lhe o significado ou as razões que lhe dão os astrólogos, é a que melhor corresponde à realidade, e na falta de outra melhor, voltou a ser empregada e usada na Caracterologia moderna, tendo-a nós aproveitado apenas neste sentido, ou seja, como a que melhor traduz a tipologia humana, sem que afirmemos qualquer influência astral, mas apenas que, realmente, há marcianos, há jupiterianos, há saturnianos, há apolíneos, há lunares, há terrestres, há venusianos, etc., em suma, que há homens que revelam a predominância dos caracteres atribuídos a esses tipos, e que constituem uma heterogênea combinação de diversos outros, pela acentuação de aspectos que pertencem, preferentemente, a estes ou àqueles (1).

31) Segundo a estratificação caracterológica, revelam os homens uma propensão, uma tendência e uma inclinação para determinada apreciação valorativa, que os leva a actualizar certos valores possíveis e a virtualizar outros, dando maior importância a determinados factos, e menor a outros, o que nos explica, dentro da heterogeneidade humana, a heterogeneidade das atitudes muitas vezes aparentemente contraditórias, noutras inverossímeis, simplesmente por não ter havido uma justa avaliação dos aspectos caracterológicos, que são suficientes para nos explicar o porquê das mesmas.

32) Esses estudos caracterológicos permitem-nos, assim, dar o elemento concrecional que faltava ao exame dos estamentos sociais e económicos, pois encontramos, também aí, a influência que ele exerce em sua estratificação

(1) Como já dissemos não discutimos a validade ou não da astrologia, tema que escaparia ao âmbito deste livro.

quanto às tendências humanas, e também muito do porquê das suas atitudes.

33) A visão mais concreta da sociedade nos obriga a ver o estamento, não só em seus fundamentos sociológicos, mas também caracterológicos, éticos, econômicos, jurídicos e históricos. Permitem-nos, também, compreender as razões que levam a determinadas respostas, com tal ou qual intensidade, aos desafios, não só ecológicos como histórico-sociais, a predominância de certas tendências, que levam alguns povos a seguirem determinado rumo e não outro, etc. Os trabalhos caracterológicos aplicados à História, que empreendemos em nossa obra, são ainda um bosquejo do que poderá ser feito por outros, que se dediquem mais a fundo ao que iniciamos, e mesmo nós, se nos sobrarem forças e tempo, pretendemos ainda desenvolver tais estudos, que apenas esboçamos em linhas gerais.

A TENSÃO CULTURAL

34) Demonstramos que a formação de uma tensão cultural dá-se quando surge uma **vis regitiva communis**, uma força que rege a comunidade, ou seja, quando surge um termo médio complementar, que complementa um povo, em torno de uma cosmovisão, e marca, assim, o caminho que poderá seguir.

35) A tensão cultural revela em sua existência um verdadeiro ciclo, desde seu surgimento, perduração, até o momento de seu desfalecimento, decadência, e morte final, o que é hoje matéria já indiscutível nos estudos históricos.

36) Verificamos que o desenvolvimento do ciclo cultural obedece a determinadas constantes, que nos revelam as fases por que passa, o que já estudamos exaustivamente.

37) Demonstramos de modo suficiente que os períodos e fases dos ciclos culturais revelam a predominância dos estamentos caracterológicos, sociais, econômicos, éticos e ju-

rídicos, e dos compromissos que formam entre si, o que foi sobejamente examinado.

38) Os estudos históricos nos apontam, indefectivelmente, que as causas de ascensão e de declínio das tensões culturais são as mesmas, e que a sua imprescriptibilidade é apenas aparente, já que, sendo factos contingentes, podem perfeitamente ser frustráveis, desde que o homem tenha o saber e o poder suficientes para dirigir os próprios destinos, o que é uma possibilidade bem fundada, apesar da maneira oposta de considerá-la.

39) Foi suficientemente demonstrado que o fatalismo histórico não tem fundamento necessário de modo absoluto, mas apenas hipotético, e que sempre é possível ao ser humano vencer o próprio destino, marcando novas direções à sua vida, e indicando novos roteiros ao proceder histórico.

40) Tais demonstrações são suficientes para dar ao homem a sua consciência histórica e a certeza de que poderá, finalmente, libertar-se da necessidade, e estabelecer novos caminhos para si. Consequentemente, as planificações sobre o seu futuro podem ter fundamento, e o homem é capaz de tornar-se senhor da História.

41) Como decorrência dessas premissas, muito do que se tem considerado pejorativamente como utópico é uma possibilidade actualizável, o que exige uma revisão da **utopia**, distinguível em utopia infundada e utopias fundadas.

42) Baseados nessas possibilidades reais, podem os homens planejar o amanhã.

LIÇÕES DA HISTÓRIA

43) Na estratificação social, verifica-se que os estamentos sociais dependem ora do caracterológico, ora do econômico. Dêste modo, no início da formação de cada es-

tamento social, nota-se a predominância dos factores caracterológicos, pois cada tipo humano busca integrar-se na função que melhor corresponde às suas tendências, propensões e inclinações. Só posteriormente, quando o estamento já está de certo modo estratificado, é que se dá a penetração de elementos juridicamente ligados a êle, os elementos políticos, cuja ascensão é obtida por meios legais e não mais pela ética e perduração de actos correspondentes à moral do estamento.

44) A proporção que os estamentos são invadidos por elementos, não de tendência ou propensão ou inclinação caracterológica correspondente, mas de origem jurídica ou política, revela que as disposições prévias corruptivas já haviam iniciado a sua marcha corruptiva, e acelera-se de tal modo até provocar a decadência do estamento, e a sua quase total aniquilação no sentido social, embora permaneça, horizontalmente, e não verticalmente, disperso na população.

45) Há, assim, necessidade de distinguir a estruturação horizontal de a estruturação vertical. Quando o fundamento caracterológico combina-se com o político e o social, o estamento tem uma estrutura vertical, de gradatividade variável. Contudo, ao lado, dêste, há uma estruturação horizontal, que é constituída pelos elementos caracterológicos, que nem sempre estão jurídica e politicamente integrados no estamento social.

46) Dêste modo, horizontalmente, há sempre os quatro estamentos com a sua heterogeneidade respectiva, mas, verticalmente, os estamentos só se estabelecem solidamente, quando há o estatuto jurídico e político para estabelecê-lo.

47) O anelo pelo **kratos político** tem a sua principal raiz nos ímpetos psicológicos, embora êste possa ser, como é, estimulado pelas condições oferecidas pela conjuntura histórica, incluindo a econômica.

48) A posse do **kratos político** dificilmente se apresenta na História como exclusivo de um estamento, havendo,

quase sempre, compromissos entre os estamentos que participam do mesmo, em proporções variadas e variantes. É verdade que no antigo império egípcio a primeira impressão é de que a casta sacerdotal teve **todo o poder** em suas mãos, pelo menos durante certo período, contudo é mais plausível admitir que houve também compromissos com elementos de outros estamentos. Sob o ponto de vista caracterológico, sem dúvida houve, pois nem todo aquêle que pertence jurídica, econômica e politicamente a um estamento, pertence-lhe, caracterologicamente, como vimos.

49) O aumento de prestígio social de um estamento se processa à custa do que lhe antecede na participação maior do **kratos político**, e o seu domínio crescente depende indirectamente da corruptibilidade progressiva, do processo corruptivo recente, que se manifesta naquele. Esse processo corruptivo tem o papel de condição predisponente, que facilita a ascensão do estamento que lhe segue imediatamente, como o estimula a manifestar maior audácia em suas reivindicações.

50) O processo corruptivo também é alimentado pela penetração sub-reptícia dos elementos de outros estamentos, que buscam ascender aos cargos e postos do estamento dominante, usando todos os recursos que a astúcia humana ensina, para, com êles, abrirem as brechas, pelas quais possa penetrar o maior número, e também tornar mais fácil a concepção de direitos, que são naturalmente reivindicados pelo estamento que anela o **kratos político**.

Nesses momentos, surgem os **compromissos políticos**, que têm sempre um papel corruptivo crescente, oferecendo melhores condições para aumento daquele.

51) A cosmovisão, com as suas decorrências possíveis, que apresentam distinções marcantes da concepção primeira e fundamental, sofre modificações sempre proporcionais a essas variações nos compromissos políticos e econômicos, êstes últimos com seus reflexos naqueles e nos jurídicos. A

comovisão mantém-se pura **formalmente**, não **materialmente**. Assim, se formalmente se mantêm os postulados primeiros, na prática os novos postulados são estabelecidos. Posteriormente, são justificados, integrando-se na nova maneira de considerar o mundo (cosmovisão subordinada, mas ao mesmo tempo modificativa da anterior). Não é inédito na História, e ao contrário, é constante, os **concílios**, as conciliações entre a nova maneira de ver o mundo e a anterior, incorporando-se a nova maneira na antiga, que a princípio resiste, cedendo, afinal, e justificando até, ante os fundamentos da cosmovisão teocrática, as reivindicações exigidas pelo estamento em ascensão. Não é, pois, de admirar que em nenhum ciclo cultural, nenhuma cosmovisão se mantenha pura e imutável através dos tempos. Há, sempre, conciliações, e estas são ratificadas por acordos solenes, segundo as normas de sancionar de cada cosmovisão cultural. Tais modificações são verificáveis em todos os ciclos culturais, e têm elas suas razões no próprio dinamismo das interacções entre os diversos tipos de estamento.

52) A decadência do estamento se processa: a) pela perda constante do poder político, em consequência da perda do poder econômico; b) pela mudança constante na cosmovisão, cujas corrupções accidentais alteram aos poucos as idéias fundamentais, com **aderências** suspeitas e muitas vezes **sacrílegas**; c) pela introdução constante de elementos caracterológicos de outros estamentos, que passam a ocupar posições de relêvo, e que o perturbam, com modificações accidentais, muitas vezes temerárias, outras até **sacrílegas**; d) pela acção constante da oposição dos estamentos adversos, que não encontram a resistência necessária e corrompem, sob vários aspectos, a tensão formada, que, enfraquecida, abre ensanchas a inovações perigosas, deletérias e corruptivas; e) pela estagnação, pela ausência de figuras capazes de manter a unidade, pela falta de maior dedicação aos misteres correspondentes, pela passividade, pela intolância mal fundada, pela falta de uma exposição clara dos

legítimos fundamentos, que não facilitam o respeito que lhe deve corresponder.

53) A decadência do ciclo cultural, processa-se:

a) pelo esgotamento das possibilidades e pela actualização de algumas, que transferem para o epimetéico outras não mais historicamente actualizáveis;

b) pela estagnação que se verifica na capacidade criadora, pela ausência de exemplares capazes de abrir novas possibilidades;

c) pela oposição e pelo antagonismo dos elementos adversos, que não encontram a resistência capaz de impedir a sua acção corruptiva;

d) pela incapacidade dos elementos, que estão à testa das idéias fundamentais da cosmovisão, de defenderem com energia esses fundamentos, e serem débeis para enfrentar as forças corruptivas, que actuam interna e externamente.

A decadência de uma tensão cultural depende, assim, de três elementos: das disposições prévias corruptivas internas, das externas e do grau de coerência interna, capaz de fazer frente aos factores corruptivos.

Se a decadência dos ciclos culturais tem sido inevitável é porque a conjunção dos factores corruptivos e os de decadência encontraram condições favoráveis à sua actualização.

Oportunamente, verificaremos que é possível alcançar a uma tensão cultural de plenitude, embora seja, por ora, pouco provável para a Humanidade. Em suma, é possível ao homem a conquista de uma sociedade humana de plenitude, mas o grau de probabilidade é ainda pequeno, dado o desconhecimento da história e o viciamento da cultura, que depende, em grande parte, da confusão das idéias reinantes em tôdas as camadas da sociedade, o que impede encontrar uma solução adequada. Contudo, afirmamos, num acto de

esperança, a capacidade humana de encontrar soluções capazes aos seus máximos problemas, mas só após um acurado estudo dos factôres históricos, já libertados de tudo quanto vicia uma visão nítida da realidade social e do homem em função da sua temporalidade.

Dêste modo, ao lado de um processo degenerativo e de decadência de um estamento social, há o progressivo de ascensão de outro estamento, imediatamente posterior. Assim como há uma fase, analógicamente tomada, infantil, juvenil, de maturidade e de velhice, há, nos ciclos culturais também essas fases em cada período de domínio dos estamentos. Esta a razão por que todos sentem, como o sentia Nietzsche, que há "um mundo que nasce e um mundo que morre", ao lado de uma ascensão, um declínio, ao lado de um desenvolvimento, algo que se retrai, decresce, mingua e estagna-se. Aquêles, que actualizam apenas o aspecto ascensional, sentem a sociedade em progresso, em elevação em ascensão, enquanto aquêles que actualizam o que desfalece, mingua e se estagna, sentem o "mundo" como em decadência. O hierático, no período de domínio econômico e político do empresário utilitário, sente o mundo como em decadência, anuncia o **juízo final**, lembra com saudade os tempos antigos em que vigoravam princípios morais distintos, e em que os homens ainda respeitavam valores que hoje são desprezados. Também o aristocrata, no período cesariocrata, queixa-se da corrupção moral e da decadência dos costumes, da perda dos valores nobres, que descem e que têm raros cultores.

Também os romanos e os gregos, ao verem a ascensão do Cristianismo, sentiam que morria um mundo de nobreza superior e que advinha uma era de decadência e de aniquilamento. Não era de admirar que alguns remanescentes da cultura greco-romana realizassem os antigos rituais, não com alegria nos corações, mas com lágrimas no rosto, deplorando a decadência que dominava o "mundo" de então, quando a decadência era do "seu" mundo. Não viam, nem

poderiam ver, o que surgia de novo, a nova crença que vin-gava, a nova cosmovisão que dominaria, o novo ciclo que se iniciava.

DAS UTOPIAS

54) Mostramos que há sempre no ser humano um desejo de ser outro do que é, de ter uma vida outra que a que têm, de desejam situação distinta das em que vive. Há, assim, um ímpeto **utópico**, o desejo de alcançar uma realidade que ainda não é em exercício. Há as **utopias de evasão**, que expressam um desejo de afastamento da realidade vi-vida, e **utopias de superação**, o desejo de alcançar estágios superiores ainda não vividos.

55) As utopias fundam-se em realidades comprovadas no ser humano, ou apenas em possíveis, de mínima probabilidade. As primeiras têm um cunho de realidade e revelam um grau maior de actualização próxima; as segundas, devido à falta de condições suficientes, tomam o sentido pejorativo comum.

56) Inegavelmente, para que o homem alcance uma superação constante de si mesmo (o que seria a afectivação de uma **revolução permanente** não só em si, como nas suas coisas) é mister uma dose de **utopia**, porque sem o desejo de tornar tópico os valores mais altos é impossível estimular a criação.

Aquêles que julgam que o ímpeto utópico é uma fraqueza, resultado de uma deficiência humana, pouco conhecem da psicologia do homem. É mister muito de sonho, muito de desejo, muito de crença nas possibilidades de cada um e na de todos, para que o homem tenha podido superar obstáculos, construir possibilidades remotas, tornar em acto o que parecia apenas um sonho delirante e impossível. A vida humana desmente, com frequência, aquêles que julgaram o homem impotente.

DAS IDÉIAS LIBERAIS

57) Mostramos a inconveniência de confundir:

- a) idéias liberais;
- b) liberalismo;
- c) liberalismo moral;
- d) liberalismo econômico;
- e) manchesterismo.

As idéias liberais pregam a liberdade humana. O liberalismo é um sistema que afirma ser o homem livre e a organização social deve respeitar essa liberdade, como a democracia. O liberalismo moral prega a liberdade na escolha dos costumes, como os sensualistas. O liberalismo econômico funda-se na afirmação de que a economia deve orientar-se livremente, e permitir a cada um o livre acesso ao poder econômico. O **manchesterismo**, forma viciosa do liberalismo econômico, afirma, propriamente, o *laissez faire, laissez passer*, que já examinamos. Houve, da parte dos inimigos da liberdade humana, dos cesariocratas, estatólatras, totalitários, o desejo de confundir o manchesterismo com o liberalismo, porque, mostrando os defeitos daquele, poderiam acusar o outro e, finalmente, defender a tese de que a liberdade é incômoda e anti-social.

Não é mister examinar outra vez o que já fizemos, mas apenas apontar algumas teses, que demonstramos.

Apoiados nos princípios liberais, muitos empresários utilitários desenfreadam-se na cupidez do *lucrum in infinitum*, abrindo o abismo entre as classes sociais, pela instauração do ódio alimentado pela exploração sem peias. A riqueza de poucos e a miséria de quase todos, que daí decorreram, teriam que provocar uma reacção contra essa prática. Os exploradores defendiam-se, apelando para o liberalismo. Consequentemente, não era de admirar que os adversários, para exprobrar a indecente exploração, terminas-

sem por atacá-lo. Contudo, foi à sombra do liberalismo, mas de modo vicioso, que a paleotécnica realizou a mais desenfreada exploração do homem pelo homem.

Mas seria um erro considerar que liberalismo é manchesterismo. Hoje, ante a prepotência do Estado, ante a ascensão perigosa dos cesariocratas, um novo liberalismo ressurgiu, uma acentuada campanha em prol da dignidade e da liberdade humanas contra os que desejam transformar o homem apenas em coisa, em instrumento, em peça da máquina social. Esse liberalismo não é o manchesterismo, e confundi-lo é erro crasso, é favorecer as idéias cesariocratas. A afirmativa de quase todos os liberais de que o individualismo é o elemento essencial da actividade econômica é também um modo falso de atribuir à concepção liberal um princípio, que pertence a uma espécie viciosa de liberalismo. O liberalismo, em suma, prega a liberdade da acção individual e colectiva na realização de actos econômicos, mas, em sua essência, exige fundamentos éticos honestos e o primado da justiça social.

O liberalismo, que defende a desigualdade humana, e justifica e proclama a validade única do individualismo econômico, é uma forma viciosa daquele. Por essa razão, os liberais, que defendem realmente a liberdade humana sem esses vícios, preferem chamar-se **libertários**, para evitar a confusão com aquêle sentido, que talvez já tenha, irremediavelmente, penetrado naquele conceito.

Os libertários, inclusive os democratas libertários, negam como princípio a liberdade de fazer o que bem se entende. A liberdade, como plenitude do acto humano, implica a ética, do contrário é a lei das selvas. A liberdade sem ética é a falsa liberdade, porque ofende a liberdade alheia. Ademais, colocar-se como fim primordial o *lucrum*, é pôr em segunda plana a dignidade humana, e ao visualizar-se apenas aquêle, esquecem-se das necessidades humanas reais, e desprezam-se os direitos dos mais fracos e dos subordinados.

58) De parte da Igreja Católica há, infelizmente, uma confusão quanto à conceituação do que seja socialismo, que é confundido com o socialismo estatolatra, esquecendo que pode haver um socialismo libertário. Tomar socialismo, comunismo, colectivismo, marxismo como sinônimos é um erro grave. Contudo, nem todos autores católicos cometem esse erro. Muitos sabem que é difícil definir o socialismo, devido à grande heterogeneidade de escolas, de sistemas. Mas é comum a todas as escolas o desejo de melhorar as condições de todos os homens e de afastar todos os óbices que impedem esse melhoramento e tudo quanto facilite a exploração do homem pelo homem. E também deveria incluir-se a exploração do homem, não só pelo homem, mas por qualquer entidade criada por este, porque não poderia haver genuinamente socialismo, onde um organismo, como o Estado todo-poderoso, exerce um poder omnimodo e absoluto sobre todos, na verdade em benefício de alguns, os privilegiados usufruidores do poder, ou até do mesmo Estado, como uma entidade rica, fundada sobre a expropriação e a miséria de quase todos.

Atribuir-se ao socialismo que a felicidade humana apenas pode ser obtida nesta vida, afastar-se-ia a concepção de Tolstoi; que a luta de classes é fundamental do socialismo, seria afastar o socialismo libertário dessa concepção; que a desapareição da propriedade privada é fundamental, seria negar que é socialista a concepção dominista, que admite a propriedade em termos justos. Afirmar-se que todos os socialistas são ateus, é um erro; que são anti-religiosos, é outro; afirmar que consiste na hipertrofiação do Estado, seria afastar os libertários, que pugnam contra o **quantum despoticum**; afirmar que são defensores do amor livre e inimigos da família, é um excessivo disparate.

Já examinamos a essência do socialismo em "Análise de temas Sociais" e não é mister reproduzir o que ali afirmamos.

59) Quanto aos erros fundamentais de certas escolas socialistas, já alinhamos os principais, e já refutamos devidamente as suas doutrinas, aliás refutadas, sobretudo, pela prática, pela própria acção de seus defensores. Alegar-se que não obstante há socialistas, seria o mesmo que justificar o crime, porque, apesar das leis os proibirem, ainda há criminosos. Todos sabem que os erros se perpetuam, não só no campo das idéias sociais, como no campo da Filosofia e até no da Ciência e apesar das eloquentes refutações eles proliferam, e obtêm adeptos, como a má erva, que prolifera e se desenvolve, apesar das providências em contrário.

O MARXISMO

60) Demonstramos que o marxismo é falso filosófica, dialéctica e historicamente. Quando dizemos marxismo não nos queremos referir propriamente à doutrina de Marx e Engels, mas à doutrina exposta por seus discípulos, sobre a qual Marx se declarou contrário, pois afirmou "se isso é marxismo eu não sou marxista".

Filosoficamente, funda-se em postulados falsos, aceitos embora por deficitários na filosofia, o que os impede de facilmente perceber seus erros.

A sua dialéctica funda-se numa inversão da dialéctica hegeliana, dialéctica paupérrima e incapaz de abranger a maior soma de aspectos dos factos e facilmente conducente ao erro.

Historicamente, é fundada em dados incompletos, imprecisos e insuficientes, pois no tempo de Marx os conhecimentos históricos, em que se baseou, não eram bastantes para poder estabelecer uma teoria da História.

Mostramos mais a sua insuficiência no campo económico, evidenciando a invalidez da sua tese sobre o valor, que é fundamental.

Na prática, não realizaram os marxistas o que prometeram na teoria e os factos desmentiram categórica e irrefutavelmente as suas previsões. Sua eficiência e sua perduração se deve mais aos erros cometidos por seus adversários que pelas virtudes do sistema. A maneira pouco hábil de combater o marxismo por quase todos, permitiu que muitas mentes pouco advertidas e sobretudo pouco informadas, tenham tendência em simpatizar com ele, porque não foram devidamente esclarecidas. É o que se nota em sub-literatos, em sub-intelectuais, sempre ignorantes do que já se realizou no campo da Filosofia e da Economia.

Nem por isso queremos negar o valor que Marx e Engels e também Lenine possuíam, nem tampouco o que há de validez em suas doutrinas. Contudo, a aceitação de aspectos verdadeiros não nos leva, nem poderia levar à aceitação da doutrina em sua totalidade. Em tôdas as doutrinas, mesmo quando erradas, há algo de verdadeiro, não, porém, suficiente para refutá-las *in totum*, embora não *in partem*.

Demonstramos que o marxismo era uma filosofia adaptável ao proletariado da paleotécnica, da época da exploração desenfreada do homem pelo homem; não, porém, ao da neotécnica, nem da biotécnica, quando outros valores passam à primeira plana e o bem social é visualizado em primeiro lugar, contra a sanha da queles que consideram apenas seus interesses egoísticos.

61) Mostramos, ademais, que não há originalidade nos elementos componentes do sistema marxista, embora haja certa originalidade na totalidade, ou seja enquanto tomada como um todo.

Não há apenas duas classes sociais, mas muitas outras. Ademais não são bem definidas nem estáveis. Por outro lado, a luta de classes hoje é, nos países capitalistas, menos intensa do que era no tempo de Marx, e nalguns países, é de grau mínimo.

62) Mostramos a improcedência da tese da concentração do capital, pois o número de bens remunerados aumentou consideravelmente, assim como decresceu consideravelmente o número dos miseráveis, enquanto a classe média aumentou evidentemente nos países onde os estatolatrás e os cesariocratas não dominaram ou não impregnaram a administração pública e a política de seus erros clamorosos e do vírus violento de suas idéias.

63) O marxismo, na Rússia, não conseguiu abolir o Estado, nem sequer diminuir o seu poder. Não conseguiu evitar a polícia nem o exército. Não conseguiu impedir a proliferação da burocracia. O aumento de productividade obtido pela nação não correspondeu, proporcionalmente, ao aumento da população, nem atingiu os níveis obtidos por outros países chamados capitalistas. Não conseguiu comunizar a propriedade, porque concedê-la ao Estado não é nem nunca foi realizar a socialização, nem muito menos a comunização.

Não pôde aniquilar o amor à pátria, ao qual teve de apelar na última (chamada até de guerra patriótica), para estimular o povo à luta ao nazismo, que de início foi recebido como libertador, e que, por seus erros, provocou a reacção posterior do povo russo. Não conseguiu criar a mentalidade internacionalista, pois acabou por apelar ao nacionalismo mais primário para atrair simpatias para o seu lado.

Não evitou a desigualdade dos salários, pois é o país onde há as mais extremadas diferenças. Não proscreeu as mágnias honoríficas, tão combatidas antes da revolução, criando novas e ressurgindo outras antigas.

Não construiu a liberdade, mas a maior opressão registrada na História. Não impediu a traição, pois o partido que ali governa ostenta a glória de ter sido o partido, em toda a História, que mais traidores consignou, pois os que advêm ao poder acusam os anteriores de traidores, e os substituídos no poder são sempre acusados desse crime!

Apenas Lenine até agora não sofreu a suspeita de traição, nem os actuais dirigentes, que, certamente, serão acusados de traição por seus sucessores.

O marxismo se contradiz filosófica, dialéctica, histórica, económica e politicamente. Não é de admirar que hoje os defensores de tal doutrina não a puguem mais, mas apenas defendam a Rússia, como um país em luta contra o bloco ocidental, e não manejem mais uma idéa contra outra idéa, mas um bloco contra outro. A luta, assim, decaiu do campo das idéas para o campo dos Estados em luta. A evolução seguiu um rumo inverso ao previsto.

O LABORISMO

64) O laborismo, ou o trabalhismo, como o temos entre nós, não passa de uma manifestação em favor da burocracia e nada mais. Tornar funcionários públicos a todos é realizar a mais monstruosa burocratização da humanidade, é aumentar as dificuldades humanas e não resolvê-las. Dar ao Estado o papel de gestor económico é realizar a gestão indirecta total, a menos apta, a qual nunca, em nenhuma momento da História, superou a gestão directa, como demonstrarmos mais adiante.

Ademais a sociedade não é apenas composta de operários, mas de seres humanos. Por outro lado, as injustiças não terminam pela hipertrofiação do Estado; ao contrário, o patrão único e todo-poderoso será a mais infame exploração do homem pelo homem, em benefício de alguns astuciosos políticos, que dominarão os altos postos, não por sua capacidade cultural e pela sua eficiência, mas pela habilidade política em alcançar o poder, quase sempre fruto da astúcia e da má fé.

O socialismo de Estado é o mais infame dos socialismos, e negado por todos os socialistas puros, porque afirma não o governo dado a todos, não o Estado como a socie-

dade politicamente (no sentido genuíno do termo) organizada, mas, sim, de um monstruoso organismo prepotente, ao qual caberia a administração e o poder absoluto sem apelação contra a tirania. Seria a maneira mais tirânica de governar, que nenhum tirano do passado poderia sonhar em seus pesadelos. Em suma, o socialismo de Estado não passa de um pesadelo de um tirano enlouquecido.

DA PROPRIEDADE

65) Provamos, e ao nosso lado estão os mais sérios filósofos, que há uma propriedade justa e necessária. Em primeiro lugar é inevitável o direito à propriedade dos bens de consumo, porque quem satisfaz suas necessidades se apropria necessariamente de bens.

Quanto aos bens de produção, não é justo que aquêles que o obtêm pelo seu trabalho, dêles não possam usufruir, desde que sua actividade não seja prejudicial ao bem colectivo, mas contribuam para desenvolver a produção em benefício de todos. Ademais, o homem afirma-se quando os realiza e os que se congregam para realizá-los sentem a afirmação de si mesmos acentuada.

A existência da família postula a justiça da propriedade privada.

Negar a família é afrontar uma realidade que nenhum deficitário mental tem o direito de fazê-lo. Os próprios bolchevistas, que no início combateram a família, tiveram, finalmente, que defendê-la. Hoje o lema dos "comunistas" russos é "Pátria, Família, Estado". Deus foi substituído pelo Estado, e por aquêles que se diziam seus adversários, e que pretendiam aboli-lo.

DO PRINCÍPIO DE NACIONALIDADE

66) Demonstramos a improcedência das doutrinas nacionalistas, hoje manejadas, sobretudo, por aquêles que mais

combateram o nacionalismo e pregaram o internacionalismo. Tanto um como outro são extremos viciosos e fundam-se em erros.

67) O sofisma fundamental do nacionalismo está em considerar como sinônimos **nação, pátria e Estado**.

Já mostramos as diferenças e é mister repeti-las, bem como examiná-las, para evitar o erro palmar que tem custado e está custando bastante sangue e inquietação à humanidade.

Diz-se **nação**, do que nasce, de uma população que tem sua origem fisiológica num conjunto de famílias, provenientes de uma unidade de origem, da qual provém as diversas estirpes. Prescinde êsse conceito do de território. Mas do conceito de território não prescinde o de pátria, que significa a terra onde se nasce, onde nasceram os pais, os ascendentes. Estado é o nome que se dá à autoridade politicamente organizada, ao organismo que rege a população.

Se há pontos comuns entre êsses três conceitos não são êstes, porém, essenciais a todos, pois um Estado pode ser composto de várias nações, como o Império Britânico, ou de várias nacionalidades, como os Estados Unidos e o Brasil, ou de uma nação, embora tenha desaparecido o Estado, como a Polônia do século XIX, ou conservando a nação e a pátria, embora mesmo sem o Estado, como a Áustria, a Alemanha, logo depois desta última guerra.

68) É improcedente o princípio de nacionalidade. E o é porque se pode constituir uma nação pelo consenso de indivíduos, vindos de várias nacionalidades, como o Brasil, ou um país pode ser organizado com povos de várias nacionalidades como a Suíça.

Dizem alguns que se não é válido em sentido absoluto o é em sentido restrito. Mas demonstramos que seu fundamento não está nem na comunidade do território, nem na

origem das estirpes, nem na língua, nem no ímpeto de independência.

Demonstramos, sim, que o princípio das nacionalidades foi defendido, usado e abusado para satisfazer os apetites de poder de cesariocratas, que pretendiam justificar a sua sanha de domínio.

O que há são pátrias, e estas são reais e justificadas na História. Há Estados também, e também reais. Mas o abuso do ideal nacionalista é hoje mais a exploração de um fantasma que serve a interesses escusos, que não podem ser revelados pelos seus defensores, mas que devem ser denunciados pelos que sabem para que fins se destinam.

69) Os povos podem viver em paz. Mas para que tal aconteça é mister retirar o poder dos que fazem a guerra. Ou o poder se dissemina a todos, de modo que ninguém o possua de tal modo que possa arrastar com suas mentiras, com sua propaganda organizada, com seus fetiches e com suas seducções, os incautos à guerra, ou então a paz não reinará entre os homens.

A paz reinará entre os homens de boa vontade, quando houver número suficiente de homens de boa vontade.

O homem sempre desejou a paz. Mas essa foi sempre perturbada pela paixão desenfreada, pela concupiscência dos bens alheios, pelo desejo insopitável de poder, que anima a todos os complexados de inferioridade, pela inveja, pela incapacidade em realizar, e o desejo de pilhar os possuidores em benefício dos que não foram capazes de realizar os bens de que careciam.

70) É possível ao homem alcançar a sociedade internacional, aquela que defenda o interesse de todos para o bem comum. Essa sociedade, porém, estabelecerá o fim do cesariocrata, e êste não pode desejá-la.

Uma **pax romana**, uma paz de Átila ou de Gengis Khan pode agradar a brutos, não a homens no sentido pleno do

térmo. O caminho da paz não pode ser o totalitarismo universal, o totalitarismo internacional.

A soberania interna de um povo não impede o respeito ao interesse colectivo. Ademais as diferenças e a heterogeneidade humanas não são tais que obstaculizem de modo invencível o acôrdo entre os povos.

E mais: não será possível estabelecer a paz entre os homens sem a sociedade internacional, porque nenhum país poderá alcançar a sua plenitude sem o apoio dos outros.

É outro desafio ao homem.

O FACTOR ÚNICO

71) Na penumbra, pouco percebemos as coisas, que mal se distinguem para nós, confusas umas com as outras. No entanto, à proporção que a luz surge, os objectos vão adquirindo seus contornos, sua nitidez, e nos é possível captar os limites que os cercam e os separam uns de outros.

Pois assim é com a luz da inteligência, "a luz da razão", como a chamavam os antigos. Quando ela bruxoleia, crepusculeja, os objectos se confundem e as distinções vão desaparecendo aos poucos, até tudo se confundir nas trevas quando estas dominam. Mas, à proporção que a luz aumenta em intensidade, as coisas vão tornando-se mais distintas, mais claras, mais delineadas, mais separadas umas de outras, em sua unidade e em sua afirmação.

O mundo torna-se mais rico de tonalidades, de matizes, e é mais rico de unidades distintas. Todo aquêle que confunde onde há distinção, todo aquêle que não sabe separar para examinar o que é outro que outro, é que a luz da sua inteligência crepusculeja, ou se abisma em trevas. E é esse espírito de entardecer, de crepúsculo, que não permite ver a imensa heterogeneidade que há nas causas intrínsecas e extrínsecas dos factos, nos factores que cooperam para

que ele seja o que ele é. Basta que olhemos uma simples pedra incrustada num monte de terra. Quantos factores e quantas causas para que ela surja. A sua matéria, a sua forma, implicam a presença de inúmeros factores físicos e químicos, mecânicos, meteorológicos, climáticos, ecológicos, electrónicos, nucleónicos e eónicos, que cooperam para atingir aquêle arithmós da pedra. E muitos mais, e mais heterogêneos factores, cooperam para que surja esta planta e esplenda essa flor à luz matinal. E muitos mais ainda para que surja esse insecto, esse verme, esse roedor que foge à nossa presença, esse ruminante que pasta nos campos soltos e, finalmente, ainda muitos mais, aquêle homem que de cima de seu cavalo segue pelos campos. Aquela vida, onde esplende uma inteligência, uma vontade, um ideal, uma esperança, implica ainda uma heterogeneidade maior de factores para que seja o que é, para que pense o que pensa, para que sinta o que sente.

No entanto, há aquêles que esquecem a cooperação concreta dos factores, e tudo querem explicar apenas por um só factor. Se é tão complexo para que surja uma pedra, para que compreendamos a sua existência, o seu perdurar através do exercício de si mesma, como poderia ser tão simples o actuar e o perdurar aquêle homem, cujos actos, cujos desejos, cujas atitudes, cujas escolhas têm sempre o mesmo e único factor para explicar tudo quanto é, tudo quanto faz, tudo quanto aspira a fazer?

Se isso não é primarismo, a que, então, applicaremos esse título?

72) Sem dúvida que o Ser Supremo é a primeira causa de todas as coisas, porque um ser primeiro deve ter sido a causa de tudo, já que o nada nada poderia produzir. Tudo quanto há, tudo quanto houve, tudo quanto haverá terá sua causa no Ser Primeiro. Não há especulação filosófica que destrua essa verdade. Chamem-no matéria, energia, natureza, Deus, o que quiserem, mas todos terão de

postular um Ser Primeiro, fonte e origem de todos os outros.

Mas os seres, que compõem a nossa experiência, não surgem directamente do ser primeiro, mas são productos da cooperação de muitos outros, distintos e diversos até, que cooperam para que ele surja, intencionalmente ou não.

Tudo quanto constitui o mundo da nossa experiência exige essa multiplicidade de factores cooperantes para o seu surgimento. E quer queiram, quer não, o Ser Primeiro cooperará também para que ele seja, indirectamente pelos próximos e directamente pela sustentação destes, pois sem aquêle, nenhum dos que são, ou foram, podem ser ou poderiam ser. Todos contribuem para pô-lo em causa, para pô-lo no exercício de seu ser, para que seja o que é. E por que, então, afirmar que há um só factor?

Mas dirão alguns: não há um só factor, mas há um que é o preponderante, e este marcará a direcção do ser ou do actuar do que é por ele determinado.

Mas, a preponderância de um factor, mostra-nos que a ciência é relativa. O factor preponderante o é, quando o é. Não há um factor sempre preponderante, porque a combinação dos outros pode dispor de condições que modificam a actuação do que antes fôra tal. Se o factor económico é preponderante num tipo de empresário utilitário, não o é num hierático. Jamais se explicará Schweitzer, nem São Francisco, nem Tomás de Aquino pela Economia (1).

(1) Há factores necessários que são as causas, como as quatro causas fundamentais de Aristóteles, quanto aos seres finitos corpóreos (a formal, a material, a eficiente e a final).

FUNDAMENTOS ÉTICOS DA CONCEPÇÃO CONCRETA

73) A vontade humana é o ímpeto procedente da apetência racional com a cognição intelectual do fim.

Para haver vontade é mister: a) o desejo racional.

b) a cognição intelectual do fim.

Qualquer ímpeto, qualquer apetência, não é vontade. Esta exige o conhecimento racional do que, para o qual, ela tende, e sua origem é racional e não meramente afectiva.

Tudo quanto se diga sobre a vontade de outro modo, falseia-a.

O desejado, o para o qual se dirige a vontade, desta se distingue.

O apetite violento não é a vontade.

A mera espontaneidade do apetite dirigido para algo não é a vontade.

Se a vontade procede com indiferença de juízo é livre.

Se procede determinada por um juízo é necessária.

Diz-se que a vontade é *elícita*, quando decorre imediatamente da sua causa. Diz-se que é *imperiosa*, quando decorre do império de outras faculdades.

É *perfeita*, quando há plena cognição e consenso do fim; *imperfeita*, quando a cognição ou o consenso é deficiente.

É **positiva** quando procede do acto; **negativa**, quando realiza a suspensão do acto; é **actual**, quando pende formalmente do acto; é **virtual**, quando, pendendo do acto, influirá posteriormente. É **explícita**, quando o conhecido é tomado distintamente, e **implícita**, quando tomado em algo geral querido.

A acção humana, como toda acção, em si é indiferente, é **honesta**, pois no sentido clássico dêste termo a honestidade está na indiferença. Contudo, quando usa determinados meios maus, embora para obtenção de efeitos bons, a acção deixa de ser honesta, porque os meios já não são indiferentes. Se usa meios maus para fins maus, é ela vituperável. De uma acção, podem surgir efeitos bons ou maus, mas a acção, de per si, é honesta. Haverá desonestidade, quando há intenção de usá-la para obtenção de efeitos que deveriam ser desprezados.

Vimos que o acto voluntário elícito é aquêle que procede imediatamente da vontade, e que nela é observada.

Consideremos agora que há, quanto às possibilidades, a presença da contradição, o que não há em acto. Assim poderei daqui há pouco estar sentado ou em pé, mas quando estou sentado, não posso estar ao mesmo tempo em pé. Em acto, é impossível a contradição, o que não o é em potência. Ora, a liberdade humana consiste no poder fazer e no poder não fazer. Mas, quando faz isto, não pode ao mesmo tempo não fazer. A liberdade indica a antecedência de uma possibilidade contraditória, da qual o homem tem consciência e sem a qual não há liberdade. Quando se argumentou contra a liberdade, como o fizeram Schopenhauer, Spinoza, Leibnitz e os deterministas, de que a agulha magnética poderia julgar que é livre em dirigir-se para o norte, ou a ventoinha em seguir a corrente do vento, tais argumentos pecavam pela falta de paridade, porque a ventoinha ou a agulha magnética não têm consciência de si, nem, consequentemente, dos possíveis contraditórios. Mas o homem

tem-na. A diferença é, pois, muito grande, embora essa diferença não tenha sido suspeitada sequer por tão conspícuos filósofos.

É preciso que se estabeleça claramente o que é **liberdade física**, que consiste na indiferença activa do agente, pela qual, dados todos os requisitos para agir, pode agir ou não agir. Se não pode recusar-se a agir, sua acção será necessária. Se faltar algum requisito, teremos a **impotência**. Deve haver a indiferença, pois do contrário a vontade estará determinada, e deve ser activa, porque uma indiferença passiva o é apenas para receber muitas determinações.

Eis uma das matérias onde se dão maiores controvérsias. Há os que negam ao homem a liberdade, e negam-na sempre os cesariocratas, e alguns empresários utilitários, estes mais por ignorância ou pelo desejo de conquistar uma posição de irresponsabilidade sobre o que fazem.

Não podemos aqui tratar desta matéria em toda a sua extensão, pois já o fizemos em outros livros nossos, mas podemos, contudo, estabelecer alguns estudos, que nos facilitem a melhor compreensão da matéria.

A palavra **liberdade**, do latim *libertas*, corresponde genericamente ao termo grego *ethimon*, e significa, nesse sentido, imunidade, isenção, solução de um vínculo, isenção da necessidade (de nec cedo, do não cedível, do que não pode deixar de ser). Nesse sentido, pode-se falar na **liberdade** dos pássaros voarem, das plantas crescerem, etc. É a liberdade de exercício a que tem o prêso quando solto de suas cadeias, o cão quando "livre" de sua corrente.

Divide-se, assim, a liberdade em **liberdade física**, à qual pertence a **liberdade psicológica**, e a **liberdade moral**, que consiste num desvinculamento de qualquer necessidade moral, como a necessidade da lei. A **liberdade física** afirma a imunidade, a isenção de qualquer necessidade de ordem física ou psíquica. E subdivide-se, na **Ética**, em **liberdade de coacção** e **liberdade de necessidade intrínseca**.

Ora, o poder fazer e poder não fazer são contraditórios, enquanto tomados em potência, não em acto. Quando, antes de fazer ou de deixar de fazer, escolhemos fazer ou não, nosso acto de fazer ou não fazer é livre. Se fazemos, é necessária a acção realizada; se não fazemos, a não acção decorre necessariamente da ausência do acto do agente.

A liberdade de coacção é a liberdade de execução, também chamada de espontaneidade, e é a imune de violência. É violenta a acção quando imposta pelo império de um poder extrínseco à coisa que a sofre e que resiste a ela.

Na vontade, como vimos, há a cognição intelectual de um fim. O ser inteligente visualiza um fim intelectualmente; ou seja, através das operações intelectuais. Esse fim é apetecido, é desejado racionalmente. A vontade é, pois, o ímpeto que procede dessa apetência racional com a cognição intelectual do fim. Há, portanto, uma escolha entre fazer e não fazer, entre alcançar o fim ou não. No acto intelectual de escolha são avaliados, não só os valores mas as razões para fazer ou não fazer, bem como são avaliados os bens que podem decorrer de uma acção ou da não realização da mesma. Vê-se, facilmente, que, pela natureza da vontade, esta é essencialmente livre da violência, porque se a execução é impedida por esta, pode ela livremente escolher entre fazer ou não fazer, embora seja impedida de pôr em execução o que delibera. Livre arbítrio, em suma, consiste na capacidade de escolher entre muitas possibilidades, mas a escolha é intelectual. Se toda acção livre é voluntária, nem todo voluntário é livre. Suarez estabelece como razão do voluntário apenas aquêle acto no qual a potência se determina ao seu acto, querendo-o por si mesma. E há liberdade, quando pode agir ou não agir. Assim, a vontade pode ser aumentada ou diminuída pela acção da concupiscência, das paixões, do temperamento, etc.; em suma, do que pode viciar a pureza do acto humano.

Há liberdade quando o homem opera com pleno domínio da própria operação. Implica o acto de vontade livre uma origem intelectual, através de um acto de razão, de escolha. E será livre a operação se ela se exerce sob o império da vontade formalmente livre.

Há os que desejam tornar o homem, ou pelo menos considerá-lo como determinado sempre, como a ventoinha ou a agulha magnética, apesar da disparidade. Mas é mister lembrar-lhes que jamais os que defenderam o livre arbítrio afirmaram a indeterminação. Onde há antes contingentes, há determinação, necessariamente. Mas há, entre os seres contingentes os inteligentes, que podem perceber possíveis futuros contraditórios, e escolher este ou aquêle, mas este ou aquêle escolhido será determinadamente executado. O acto livre não significa isenção de determinação, mas este ou aquêle escolhido será determinadamente executado não quer dizer espontaneidade absoluta, acausalidade, ausência de motivos, de razões. Apenas quer dizer possibilidade de realizar ou não, de escolher a acção esta e não aquela. Ora, se a inteligência humana é capaz de escolher entre possíveis, seria negar essa evidência a negação de poder realizar um possível e não outro. Sem essa faculdade, seria impossível o progresso humano, a sua evolução, as transformações que se observam em sua vida, e o homem procederia como procedem os animais, dentro de uma linha indefectível e previamente determinada numa só direcção. Ora, a escolha entre possíveis é substancialmente um acto da vontade e não da razão, como dizia Tomás de Aquino. Os defensores do determinismo têm razão em combater o indeterminismo exagerado, não porém o livre arbítrio como o entenderam os filósofos de porte, e que realmente merecem esse nome. Há deterministas que manejam argumentos até teológicos, afirmando a impossibilidade da liberdade humana com a liberdade divina, como o fizeram Lutero, Calvino, Jansenius e outros.

Contudo, é da experiência universal de todos os homens a realidade de acções livres. E não é só; também da sua constância. Cometido certo acto, sobrevém, posteriormente, a convicção de que é ele prejudicial e maléfico e, posteriormente, inibe-se o agente de tornar a fazê-lo, por razões éticas, embora pudesse cometê-lo. Sopesadas as razões entre fazer e não fazer algum acto, verifica a inconveniência de praticá-lo, e resolve abster-se de sua execução, embora sinta uma apetência excessiva em realizá-lo. Verificado que é injusta tal prática, dela se abstém por motivos de justiça. Em suma, praticamente, o livre arbítrio é demonstrado até entre os mais acérrimos deterministas. As demonstrações da experiência do livre arbítrio não são ilusórias, mas reais, e sua comprovação é feita pela observação. Tem o homem consciência de sua volição, uma notícia intuitiva dela, e sabe que se determina, mas determina a si mesmo, a fazer ou não fazer. Dizem alguns deterministas que essa consciência é apenas uma ilusão. Mas apenas afirmam palavras, porque a consciência não é ilusória, pois se dá, e é real, e o acto posterior, previsto, realiza-se efectivamente. Pode o agente ora fazer isto, ora fazer aquilo, e pode experimentar tantas vezes quantas quizer, preferindo ora uma e preterindo ora outra acção. Na verdade, não basta dizer que há ilusão para haver ilusão, porque a acção realizada demonstra que ela não há, nem a consciência de si mesmo pode ser o producto de uma ilusão, como a de uma pedra que tivesse consciência de si mesma, pois se tal se realizasse na pedra, ela teria a consciência real de si mesma.

Sendo a vontade o poder activo do homem que apetece ao bem ou a um fim conhecido pelo intellecto, verifica-se que nem todos os bens nem fins são apetecíveis ou devem ser apetecidos. Aqueles necessariamente deve apetecer e não excluem a sua liberdade, porque esta se manifesta naqueles que poderá ou não preferir. Ele julga da conveniência ou

não de obtê-los, escolhe os meios, prefere este àqueles, julga e, finalmente, decide-se a alcançá-los, e obtê-los.

Durante todas essas operações compara, avalia, escolhe, e muitas vezes o faz entre muitos que lhe seriam convenientes, para preferir este ou aquêle.

O que se obtém de uma acção que empregará meios desonestos, porque os julga vituperáveis, que escolhe, delibera e recusa a si mesmo de agir, pratica um acto de liberdade, como o pratica o cesaricrata, o estatolatra totalitário, que não se abstém de uma acção, por meios desonestos, desde que sirva aos interesses de sua ideologia. Este também avalia compara, mas prefere o vituperável, porque julga que é mais importante o fim a ser alcançado. É também livre na sua acção, e por ela responde, pois dirá que foi ele que a fez, ele responderá pela acção que realizou.

A vontade consiste em suma, formalmente, nesse exercício do livre arbítrio.

Alegam alguns que ter consciência da liberdade não prova a liberdade. Também concordamos com essas palavras. Mas o que se afirma é que não está apenas na consciência, mas no raciocínio evidente que se faz entre as possibilidades e a escolha de uma entre muitas outras. Objectam com os exemplos do sonho, dos hipnotizados, que julgam agir com plena liberdade. Na verdade, porém, em tais experiências, não há a persuasão racional da sua liberdade, e a consciência de sua espontaneidade é completamente distinta da que realiza uma acção em estado de vigília, e normal, como nos demonstram os que se dedicaram ao estudo do hipnotismo e dos sonhos hipnóticos. Nestes, não há escolha, sopesamento de razões, comparações, avaliações normais. Quanto aos hipnotizados, afirmam alguns que não realizam os actos ordenados, quando estes se opõem às suas concepções morais. Os exemplos de homens que não podem em estado normal vencer seus ímpetos não é suficien-

te, porque há aquêles que os podem vencer. O que se revela aí é uma fraqueza da vontade.

Há cognição, quando há a notícia intelectual de uma semelhança com o conhecido. Ora, o ser que conhece é um ser vital, e o conhecimento é intencional, porque a semelhança não é natural ao conhecido, mas apenas da sua espécie ou forma. A cognição sensitiva realiza-se pelos sentidos, enquanto a intelectual pelo intelecto.

O acto humano não se realiza senão pela cognição intelectual, a qual pode ser viciada pela ignorância, pela neciência, pela concupiscência, pelas paixões, emoções; em suma, por todos os factores que já estudamos, como a violência física, que é uma moção de origem extrínseca, que obstaculiza, que resiste à realização do acto humano.

Consequentemente, o acto humano, para alcançar a sua plenitude, exige um conjunto de condições, como já estudamos. E como poderia o homem ser senhor de si mesmo sem que alcance a pureza do acto humano? Que outra orientação deve ter a pedagogia, a educação e a instrução senão construir homens capazes de realizar com plenitude o acto humano? Como poderá a humanidade alcançar o acto humano? Como poderá a humanidade alcançar o mais alto sem tornar real essa possibilidade?

Se queremos não ser mais os joguetes da História, mas senhores da História e no nosso destino, estamos desafiados, definitivamente, a abandonar a animalidade e as aderências animais, que ainda actuam em nós e decidimo-nos a tornarmo-nos, definitivamente, humanos. Nossa liberdade está desafiada, e temos, agora, patente, ante nossos olhos, uma afirmação da nossa liberdade. Nessa escolha diremos, finalmente, o que realmente somos!

ANÁLISE FILOSÓFICA DO CAPITALISMO

74) O termo *capital* vem de *a capite*, do número dos animais possuídos por algum proprietário. Na Economia,

significa o bem económico capaz de realizar posterior produção. Na linguagem comum, significa o *lucro*, e para os socialistas nada mais é do que o ganho injusto adquirido à custa dos trabalhadores. Capitalismo é o regime económico, fundado na propriedade privada e no crédito, que tende para o lucro e no qual se distinguem as funções dos prestadores de trabalho, que são remunerados por um salário, e as dos prestadores de capital, que são remunerados por dividendos, pertencendo a estes últimos a direcção suprema e a administração.

Não é fácil definir de modo satisfatório o que seja o capitalismo já que é um sistema dinâmico e não estático, como pretendem fazê-lo os socialistas, em geral mal advertidos. Bastaria analisar-se a diferença entre o capitalismo da fase paleotécnica com o da neotécnica e o da biotécnica, que ora se inaugura, para, desde logo, perceberem-se as diferenças nítidas que apresentam entre si. Os socialistas vêem o capitalismo de modo pejorativo, e consideram-no fundamentalmente injusto. Actualizando apenas os aspectos vituperáveis que ele apresenta, virtualizando os aspectos louváveis que também oferece, é fácil apresentá-lo como um sistema monstruoso, que deve ser extirpado totalmente do mundo.

No exame da História, que empreendemos, verificamos que o regime capitalista, no ocidente, corresponde ao domínio económico e político do estamento dos empresários utilitários. A perda do *krates*, por parte dos teocratas e dos aristocratas, que sofreram profunda diminuição na sua influência, permitiu o domínio quase total dos empresários utilitários, que impregnaram o mundo moderno da sua esquemática, favorecendo a eclosão de muitas condições desagradáveis e incongruentes para as populações menos protegidas economicamente.

Para que se faça um exame justo do capitalismo, é mister estabelecer alguns dados, sem os quais qualquer análise padecerá de defeitos. Vejamos o seguinte:

A) Não é o capitalismo essencialmente necessário para a existência da sociedade humana. Este postulado nos revela desde logo que é o capitalismo algo que acontece na sociedade, e aqui o tomamos no sentido de sistema económico, jurídico e político. Se o empresário utilitário é um tipo indefectível na sociedade, também a sua presença é necessária. Mas esta necessidade não implica a do sistema económico, que corresponde a este estamento como dominador do *kratos* económico e do político. Em todo ciclo cultural elevado, sempre houve capitalistas, mas nem sempre houve capitalismo.

B) Examinando os fundamentos do capitalismo, não tomado como sistema político e económico, mas apenas como uma estratificação subestamental do empresário utilitário, vemos que ele se funda na propriedade privada, e que a sua actividade é ordenada ao lucro. Este é um ponto de máxima importância, porque o capitalista é o empresário utilitário, que visualiza, na sua actividade, um fim principal: o lucro. Ora, nós vimos que muitos empresários utilitários, como se observa entre os agrários no período aristocrático, não visam, primordialmente, ao lucro, mas à produção de bens necessários para satisfação das necessidades económicas da sociedade. O lucro, que é um estímulo, sobretudo de ordem psicológica, pode, realmente, como tem feito, viciar a actuação do capitalismo, a ponto de muitos, tendo os olhos postados exclusivamente no lucro, esquecerem as suas obrigações sociais e o respeito aos princípios éticos, ofendendo a justiça, que deve reinar entre os homens. É normal, psicologicamente considerando-se, que a exacerbação da concupiscência, da cupidez, leve a excessos vituperáveis. Não é, pois, de espantar que muitos esporeados pela cupidez do lucro esquecessem os direitos alheios e sem trepidação tomassem o rumo de obtê-lo em proporções ilimitadas. Estes factos, pela sua ocorrência continuada e numerosa, provocou uma série de ressentimentos e de descrença nas possibilidades deste sistema, fazendo erguerem-se vo-

zes, que acusavam o capitalismo em geral dos vícios inerentes àqueles que usavam, e sobretudo abusavam, das possibilidades de ganho, que o regime lhes permitia.

Outro elemento importante do capitalismo é a distinção funcional entre o prestador de serviço, que é remunerado apenas por um salário, e o prestador do capital, que é remunerado por um dividendo.

Em princípio, um salário é justo, porque todo aquele que trabalha deve receber o seu salário, o que é uma máxima de Cristo. Contudo, visualizando de modo intensivo o lucro, não se preocuparam os capitalistas com um salário justo, mas tendiam, tanto quanto lhes era possível a reduzi-lo ou a não aumentá-lo na proporção dos benefícios que obtinham, levando trabalhadores a uma situação de miséria tal, que teria, naturalmente, de provocar uma reacção, primeiramente por parte de espíritos hieráticos e aristocráticos, que terminaram por estabelecer os fundamentos das chamadas ideologias revolucionárias destes dois últimos séculos, e, posteriormente, pelos próprios trabalhadores.

Outro elemento fundamental do capitalismo é pertencer a direcção suprema aos que representam o capital, sem a participação dos trabalhadores na gestão, o que provocou, por sua vez, os seguintes males:

a) desconhecimento por parte do trabalhador das dificuldades financeiras, económicas, técnicas e administrativas de uma empresa;

b) afastamento da prática da gestão dos trabalhadores, os quais, posteriormente, quando exacerbados pelos cesariocratas, não sendo capazes de gerir a empresa económica, por falta de experiência, terão de ceder os postos de direcção àqueles, permanecendo a sua situação a mesma ou pior do que antes;

c) impediram, com essa prática, os capitalistas uma maior cooperação entre o trabalho e o capital, os frutos

mais benéficos, senão menos amargos dos que actualmente são colhidos.

Se observarmos as providências modernas, verificadas nos países do alto capitalismo, notamos as seguintes modificações:

a) proletário é aquêle cuja única renda é o seu salário. A desproletarização só pode processar-se desde o momento que o trabalhador possui rendas outras ponderáveis, que apenas o seu salário. Estas rendas, nesses países, surgem pela participação na propriedade, por meio de acções, consequentemente nos dividendos, nos lucros das empresas.

b) A propriedade familiar é disseminada, de modo a que todos possam tê-la. Por outro lado, a participação, por meio de acções, favorece a disseminação da propriedade empresarial, da participação no patrimônio das empresas.

c) O salário deixa de ser um salário de fome, apenas suficiente para obtenção dos bens de primeira necessidade, para ser apto a fornecer bens agradáveis e até suntuários.

d) A constante penetração dos trabalhadores na gestão da empresa aumenta-lhes o sentido da responsabilidade colectiva e permite que as questões, que surgem, provocadas pela opposição de interesses entre a empresa e o trabalhador, sejam mais facilmente solucionáveis, e de modo mais justo.

Esta é a razão fundamental por que, nos países de alto capitalismo, não há movimentos comunistas com alguma expressão.

C) Em face do exame que acima fizemos, as acusações de injustiça, que se opõem ao capitalismo, merecem reparo.

Há possibilidades, e suficientes exemplos de máxima eloquência, de uma cooperação justa entre o capital e o trabalho.

Já demonstramos que não há nenhum fundamento na doutrina marxista de que o capital seja sempre producto de uma espoliação do trabalhador. Demonstramos filosoficamente, que esta tese é improcedente.

Considerando-se, assim, o capital nem sempre é injusto. Se a injustiça não se dá sempre, não é ela da essência do capitalismo, mas apenas accidental. A distinção de remuneração entre os trabalhadores e os prestadores de capital não é injusta, quando proporcionadas ao papel que ambos tenham na produção.

A supremacia do capital na direcção é justificada em parte pelo volume de responsabilidade. Contudo, esta pode e deve ser dividida com os trabalhadores.

Desde o momento que o salário seja suficiente, não só para atender as necessidades primárias, mas também as de agradabilidade, não é ele um salário de fome. Contudo, é preciso notar-se que um salário só pode realmente elevar-se na proporção da productividade que oferece o trabalhador.

Nos países de alto capitalismo, a productividade é de índice elevado; consequentemente, elevados são os salários. Não há nenhum regime económico, de espécie alguma, nem qualquer cesariocrata, por mais genial, que seja capaz de construí-lo, que permita que o trabalhador ganhe mais do que produz, pois o seu salário será sempre proporcionado ao seu grau de productividade.

Os estudos modernos de Economia demonstram que o índice de lucro do capitalismo é constantemente menor do que já foi anteriormente, o que contraria, frontalmente, a tese marxista. A remuneração do capital nos Estados Unidos, por ex., não atinge a 10% ao ano.

Contudo, o capitalismo ofereceu inúmeros defeitos, praticou gravíssimos abusos, que permitiram justificar uma série de atitudes e de doutrinas contra ele.

Não é o capitalismo essencialmente justo, mas é acidentalmente injusto. E estas injustiças surgiram da desenfreada cupidez do lucro, da ilimitada exploração do trabalhador na fase paleotécnica, da concentração de capitais que, nesse período, se processou, da ditadura econômica que exerceu o poder financeiro, dos poderes ocultos dominadores dos meios administrativos, da exploração exagerada do nacionalismo, da criação de monopólios injustos, e que elevaram os preços desenfreadamente, ao mesmo tempo que aniquilaram inúmeras unidades econômicas, que tentavam opor-se; da desmedida especulação, sobretudo nas bolsas, da prática de fraudes sem fim, dos abusos praticados contra os trabalhadores, sobretudo no que refere à sua segurança e à sua higiene.

Inevitavelmente, terá o capitalismo de sofrer, pelo menos, profundas reformas, como reforma de **ordem moral**, em que se estabeleçam outra vez o respeito aos princípios de justiça e de caridade; ou seja, de amor ao bem do próximo: **reformas econômicas** na distribuição dos bens, **reformas institucionais e políticas**, que permitam que os elementos hieráticos e aristocráticos, também os servidores, todos enfim, possam participar do governo e também da responsabilidade social.

É impossível querer evitar a existência de empresários utilitários na sociedade humana, porque são eles imprescindíveis para a boa ordem econômica. Nem é possível pensar que sejam eles baixamente remunerados, quando lhes são exigidas condições especiais e superiores às comuns. Contudo, não é justificável que sejam os beneficiários da maior parte ou, pelo menos, de uma parte considerável dos proventos, muito além do que seria proporcionado à sua função.

Se se observar que é injusta a maneira de considerar todos os capitalistas pelo **mito do capitalista explorador**, como o fazem os socialistas em seus excessos de crítica e

de análise, é possível compreender-se, claramente, que os defeitos que o capitalismo apresenta são de decorrência accidental e não essencial.

Contudo, a presença do capitalismo, nesse sentido justo, dentro da ordem social, não deve implicar, necessariamente, que a sociedade deva ser, em sua estrutura jurídica e política, apenas capitalista.

O ESTADO

75) O Estado não pode ser apenas alguns de nós, mas todos nós.

Todos têm e devem ter responsabilidade nos negócios públicos, e é mister acabar com essa mentira que a única acção política do cidadão é pôr o seu voto na urna, e delegar os seus poderes a um indivíduo qualquer, que nem sempre está à altura do cargo que vai ocupar, e que muitas vezes, ou quase sempre, é o primeiro a trair em acto as suas palavras. Ademais, nem sempre o eleitor tem liberdade de escolher, pois muitas vezes aparecem candidatos dos quais nenhum é digno de atenção, mas o eleitor se vê forçado a escolher o menos ruim, por ter de escolher alguém, e impedir que o pior assuma o posto que não merece ocupar.

O **pantarquismo** é a única solução social, o único caminho para a solução dos problemas sociais. A sua atitude é clara contra os falsos messias, os falsos guias, os falsos salvadores, os falsos líderes. Ademais, a gestão directa tem sido mais útil e benéfica à sociedade que a gestão indirecta, e esta pouco realizou em relação àquela. A Humanidade deve quase tudo à gestão directa, e quase nada à gestão indirecta, a gestão política de alguns, que actuam em nome de todos.

É hora, de uma vez por todas, de dizer basta a êsses erros, e lutar por um mundo melhor, mas um mundo construído por nossas mãos e pela nossa inteligência, por todos

nós, responsáveis de tudo quanto acontece, e não apenas por alguns **iluminados**, que se julgam os porta-vozes da divindade, super-homens que nada mais são que super-pigmeus, cuja única grandeza é a sombra imensa que projectam nos entardeceres humanos.

OFERTA E PROCURA

76) Quando a oferta começa a superar a procura, quando há bens em demasia, sabe-se que os preços baixam, porque o preço é dependente também da raridade de um bem. Nessas ocasiões, alguns comerciantes, desejosos de manterem os preços, e evitar prejuízos que possam advir da baixa precipitada, tratam de adquirir os bens sobrantes, realizando o que os antigos economistas chamavam de **dardanismo**, e os italianos de **accaparrare**, que em nosso idioma tomou o nome de **açambarcamento**.

No século XIX, era muito usado o açambarcamento, verdadeiro terror das populações pobres de então. Manifestava-se pela aquisição por parte de um comerciante de todas as mercadorias disponíveis numa determinada região, o qual as escondia em lugar seguro, forçando, depois, a alta dos preços.

Modernamente, o açambarcamento realiza-se por meio de uma pessoa ou um grupo, o qual consiste no acto especulativo de assegurar um monopólio, mesmo provisório, de uma determinada mercadoria, que é vendida, posteriormente, a preço mais elevado.

O Estado, forçado pelas exigências populares, procura lutar contra tais açambarcamentos, mas a sua luta tem sido sempre inútil e nem em países, onde possui ele todo o poder, como na Rússia, foi impossível evitar o **câmbio negro**, que surge em determinadas condições.

Mas o que é de se notar é o dardanismo, que consiste, sobretudo, no impedimento da maior produção, e até na

destruição dos bens já produzidos, quando não são criadas outras soluções, tais como: dominar os meios de transporte, de modo a impedir que a produção de determinada zona possa alcançar o mercado, e forçar uma baixa inconveniente; adquirir dos produtores apenas aquelas quantidades que permitem a manutenção dos preços altos, manejando, para isso, os meios de crédito, evitando que pequenos produtores ou pequenos comerciantes possam adquirir tais bens e oferecê-los no mercado; chegam até à destruição de certa quantidade para garantir a raridade e os preços.

Tais processos são muito comuns entre nós e recebem toda cumplicidade do Estado, apesar da negativa formal e demagógica de muitos políticos, que, na maioria, estão ligados a tais interesses, aos quais servem na realidade, embora os ataquem em palavras. Na verdade, na história da humanidade, quase todos os famosos "amigos do povo" foram, e estiveram sempre ligados aos grandes exploradores.

A luta contra o **dardanismo** e contra o **açambarcamento** no Brasil não poderá ser feito através do Estado, mas através das cooperativas de consumo, que filiadas em federações poderosas, poderão entrar no mercado e financiar a produção, e regular os preços sob bases justas. Sabemos, contudo, que essa conquista terá que exigir uma grande luta, porque o Estado brasileiro tudo fará para impedir o maior desenvolvimento das cooperativas. E se este se tem dado é **apesar do governo**, apesar da tremenda dificuldade que este oferece sob a falsa declaração de que assim procede para "protegê-las e evitar que se tornem antros de exploração" (!!!).

ACCIONARATO OBREIRO

77) Uma das maiores preocupações dos economistas, desejosos de examinar os meios de melhoria para as classes trabalhadoras, consistiu no estado de diversas formas

de cooperação, como as cooperativas, e outras que constituem as formas que chamamos de cooperacionais, e entre elas, o **accionarato** dos trabalhadores, que foi preconizado por este grande libertário Robert Owen, que Gide e Rist consideram como o verdadeiro pai do socialismo. Consistia essa forma, no início, na associação dos trabalhadores para a realização de uma empresa comum. Tais fórmulas foram estudadas por outros socialistas, como Fourier, Louis Blanc, Cabet, Buchez, Thompson, Leroux. Mas, quem as pôs em prática foi Owen, que é o símbolo do socialismo prático.

Muitas experiências mutualistas foram feitas no século passado, que tiveram grande ressonância. O "associacionismo" era uma experiência nova de cooperação obreira, e manifestava-se através de grupos de compra, grupos de produção, de consumo, organização de sociedades beneficentes, etc.

Algumas organizações desse tipo tiveram participação na gestão de muitas empresas, participando, também, dos benefícios. Modernamente, observam-se tais associações na formação do capital das empresas, em que os trabalhadores são titulares de um determinado número de ações, participando, não só dos benefícios, como também dos riscos. Consideram muitos que tais práticas têm a finalidade de inocular nos trabalhadores uma mentalidade capitalista. De certo modo, é procedente essa crítica, mas, por outro, facultalhes a presença na gestão da empresa, o que não é de desprezar, pois prepara desse modo os trabalhadores aos trabalhos administrativos futuros.

Contudo, as dificuldades em estabelecer a participação justa entre os trabalhadores e os capitalistas têm criado situações que geram desentendimentos e até malogros. Entretanto, o que se pode preconizar aqui é que as diversas práticas devem ser tentadas, pois delas sairão as regras,

que deverão reger, no futuro, as melhores formas que sobreviverem à experiência.

COLONIALISMO

78) Expressa esse termo a ação colonial sistemática, e certamente foi ele cunhado pelos adversários de tal ação.

Usado por muitos autores, encontramos-lo muitas vezes no **Capital** de Marx, referindo-se à actividade econômica, própria da fase pré-capitalista, que aquele salientava como um estado de facto.

Contudo, a ideia de colonialismo expressa uma subordinação do colonizado pelo colonizador. Essa subordinação apresenta uma escalaridade, alcançando até a sujeição.

Pode ela dar-se pela migração de homens para determinada zona a ser explorada, como vemos no colonialismo do sul do Brasil, ou pela submissão de um povo ou raça, que passa a subordinar-se econômica e até juridicamente ao colonizador.

Como há típicas modalidades de colonização, o termo tem certa equivocidade, que se tem prestado a explorações sofismáticas de toda espécie.

Segundo Balandier, é "o domínio imposto por uma minoria estrangeira, racialmente (ou etnicamente) e culturalmente diferente, em nome de uma superioridade racial (étnica) e cultural dogmáticamente afirmada, a uma maioria autóctone, materialmente inferior, cujo domínio põe em contacto civilizações radicalmente heterogêneas." Essa definição, contudo, expressa um sentido específico do colonialismo, e refere-se mais à maneira de realizarem-se as grandes potências.

Para um conteúdo mais claro e filosoficamente mais seguro do termo, diremos que colonialismo é a subordinação sistemática, que gera certo domínio de determinados

agentes estrangeiros, sobre outros nacionais, fundando-se numa inferioridade do subordinado ao subordinante, aceita ou imposta.

Com esse enunciado, reunimos, no conceito de colonialismo, toda espécie que possa manifestar, como sejam: o econômico, o administrativo, o cultural, o político, o religioso, etc.

Podemos, ademais, distinguir o papel activo do subordinador, e o passivo do subordinado, que mantêm uma proporção de acto e potência, funcionando segundo as leis ontológicas desse antagonismo.

Nesse enunciado, inclui-se a forma violenta, que se realiza através da invasão de um país por forças de outro, a imposição do regime colonial, da autoridade do subordinante ao subordinado, como também as formas menos violentas e até as astuciosas de exercer um povo o seu domínio sobre outro, inclusive no plano cultural, como vemos entre nós, onde muitos intelectuais, dominados pelo espírito do colonialismo passivo, admiram apenas o que tem origem nos países mais desenvolvidos da Europa, negando nossas possibilidades culturais e devalorizando tudo quanto fazemos, enquanto, embasbacados, admiram qualquer pechibes-que estrangeiro, que se valoriza apenas pela sua origem. O mimetismo, a imitação desenfreada dos modos alienígenas, é também uma maneira de manifestar-se o colonialismo passivo, que tende a pôr dúvida sobre toda e qualquer tentativa de autonomização intelectual, negando, preconceitualmente, toda e qualquer tentativa de criação própria.

Nessa definição, inclui-se, ademais, o **imperialismo colonial**, que é uma das manifestações do **imperialismo econômico**. É inegável que a prática colonialista, apesar dos grandes males que dela decorrem, trouxe, contudo, alguns benefícios, pois permitiu que muitos países atrasados obtivessem a técnica dominante em países mais desenvolvidos, e alcançassem, afinal, posições superiores aos dos seus su-

bordinantes, como aconteceu com os Estados Unidos, que, durante muito tempo, estiveram sob o jugo colonial.

Foi também em "nome dessa cultura" e no intuito de "levar o progresso aos países atrasados", que os empresários utilitários europeus exerceram um domínio inescrupuloso sobre diversos povos do mundo, encontrando naqueles países ótimo campo para a aplicação de capitais, para a obtenção de matérias primas e para obtenção de lucros fabulosos, dada a mão de obra mais barata e a subordinação fácil que puderam exercer sobre tais povos indefesos. Assim como o açambarcamento não é um acto económico, mas um acto não-ético, que traz proveitos económicos, também o colonialismo odioso, esse que exerceu uma desenfreada exploração dos povos mais atrasados, também não é uma façanha da Economia, apesar dos resultados económicos que traz. É uma operação extraeconómica, mas com influências indubitáveis no campo económico, mas a sua motivação foi mais de ordem ética e psicológica do que propriamente económica.

Também naquele enunciado inclui-se o **satelitismo**, que é uma subordinação inequívoca de carácter colonialista económico, como também de subordinação política e até militar, como a que assistimos nos chamados países socialistas subordinados à URSS, muito embora seus partidários queiram afirmar o contrário. Ali também se verificam todas as condições do colonialismo, em graus maiores ou menores, que se manifestam sobre supostos pactos, acordos comerciais, tratados de comércio, que subordinaram um lado ao outro.

Por isso, quando muitos afirmam que estamos vivendo uma era que indica o fim do colonialismo, devemos dizer que se dá, sim, o fim de certo colonialismo, não de todo. Segundo Marx, quando alcançasse o capitalismo seu apogeu, iniciar-se-ia o fim do colonialismo. Tal se deu apenas e se dá no referente a certa espécie, e não a todo, pois, co-

mo vimos, o colonialismo apresenta uma gama heterogênea extraordinária.

Há, inegavelmente, uma luta no mundo contra certa espécie, mas é mister que haja contra toda espécie de colonialismo. Os povos desejam ter, no cenário da História, um papel pelo menos igual e livre ao dos outros povos superiores, mas há, também, os ideais de subordinação e domínio, que se revestem hoje com novas máscaras, como as ideológicas, pactos de assistência mútua, etc. A cooperação só é genuinamente verdadeira quando as partes cooperantes são livres e a realizam livremente, com igualdade de direitos e obrigações. Ora, tal não se dá frequentemente, mas raramente. Os países socialistas, como a Iugoslávia e a Albânia, nos quais as tropas russas não realizaram ocupação, não se submeteram piamente aos desejos de Moscou, como sucedeu com aqueles povos, que estão dominados pelas tropas do exército vermelho, onde as rebeliões contra o poder colonizador indica os sinais do desespero.

A paz do mundo exige a descolonização sem dúvida, mas de toda espécie de colonização, e não apenas de algumas espécies.

No caso brasileiro, pode-se discutir o nosso colonialismo em relação a Portugal, já que juridicamente não estávamos em condições de subordinações outras à metrópole, que não fôssem as mesmas das regiões européias. Poder-se-ia dizer, e muitos o fazem, que jamais foi o Brasil colônia de Portugal. Mas, sob outros ângulos, como o econômico, o político, o cultural, etc., estivemos, inegavelmente, em situação colonial, e não só a Portugal, mas, após a Independência, em relação à Inglaterra, aos Estados Unidos, à França, que exerceram ações coloniais de várias espécies sobre nós.

Não é suficiente uma vitória a medias contra o colonialismo; é mister uma vitória completa, e esta só se actua-

liza quando realizamos a nossa autonomia não só no campo político e econômico, mas, sobretudo, no campo cultural.

DA PREVISÃO ECONÔMICA

79) O termo conjuntura, cuja origem é latina, era usado pelos astrólogos, como ainda o é, para indicar a específica conjunção dos astros. Daí foi ele levado para Filosofia, no sentido da conjunção de diversos factores, que dão uma nova fisionomia aos acontecimentos, e que permite prever acontecimentos futuros. Embora tenha o termo sido empregado de outras maneiras, no campo da ciência da cultura, toma esse sentido amplo. Assim se pode falar em conjuntura social, histórica, econômica, política, demográfica e, também nas ciências da natureza é empregado, como conjuntura meteorológica, química, etc.

Sempre houve o desejo do homem de prever os acontecimentos e essas tentativas de previsão são um testemunho da própria humanidade, pois o homem, por ser um animal racional, perscruta o futuro, fundando-se nos dados que lhe oferecem o presente e o passado, porque, como se verá no estudo da História, o futuro está prenhe de presente, de passado e também de um futuro mais remoto.

É sobre o conhecimento da conjuntura econômica que se podem estabelecer os métodos de previsão. Há hoje até uma função especialíssima, a do conjuntorologista, e até a formação de uma nova disciplina econômica, a conjunturologia. Como, porém, os resultados obtidos não são suficientemente animadores, a conjunturologia ainda não alcançou o estágio desejado, o que não impede que novos estudos sejam feitos e que esperemos, despontem, num futuro não muito remoto, melhores meios de diagnosticar e prognosticar os eventos futuros.

O DIRIGISMO

80) Considera-se **dirigismo** a prática de intervenção e de ingerência do Estado na vida econômica de um país. Não

é propriamente uma doutrina, nem um sistema, mas uma prática, que surgiu em oposição ao pensamento liberal, que preconizava a não ingerência do Estado na economia, que devia ser regulada pelas suas próprias leis. Como essas leis não impediam as clamorosas injustiças sociais e o abuso econômico, a exploração desenfreada, a pouco e pouco foi sendo exigido pelos oprimidos um poder capaz de fazer frente à sanha voraz de exploradores sem escrúpulos. Como não se procuraram melhores caminhos, conclui-se que o Estado era o único organismo capaz de realizar justiça e defender os consumidores e os servidores contra a exploração tão típica da época do capitalismo paleotécnico.

A intervenção do Estado na economia foi sempre praticada em todos os tempos numa gradação ilimitada, trazendo em alguns aspectos grandes benefícios, impedindo a multiplicação de erros, obstaculizando práticas abusivas, punindo os que infringiam os direitos sociais, mas também foi a porta aberta a muitas brutalidades e abusos ainda mais clamorosos. Podemos considerar o nosso século como o em que o dirigismo tem realizado suas maiores proezas e também preparado o terreno para as mais sangrentas guerras que a história registra.

Contudo, é mister distinguir claramente **dirigismo** e **intervencionismo**. Diz-se intervencionismo da prática accidental e descontínua do Estado em matérias em que se exige um poder maior capaz de enfrentar obstáculos que parecem insuperáveis para a gestão directa. Dirigismo é a gestão indirecta permanente e constante, tendente a abranger todos os sectores possíveis de seu domínio, como se verifica nos regimes chamados socialistas, como o bolchevismo, o nazismo e o fascismo, nos quais, em graus maiores ou menores, o Estado absorve todo poder social, e orienta e comanda a vida econômica, regulando-a, determinando-lhe tarefas e direcções, absorvendo até em suas mãos toda a propriedade social, directa ou indirectamente.

Hoje, como é natural, em face dos malefícios decorrentes de tal prática, justificada por muitos teoricamente, ressurge um movimento de grandes proporções em favor da gestão directa, da gestão realizada pela própria população através de seus organismos de criação popular, para penetrar na vida econômica, de modo a tornar-se capaz de realizar, e o faz e fará muito melhor, que o Estado, que é um órgão emperrador, burocratizado, lento e dispendiosíssimo, além de totalmente irresponsável, apesar de muitos julgarem o inverso.

Muito maior propaganda obtêm as ingerências do Estado na vida econômica do que as obras de gestão livre, realizadas por homens bem intencionados, com intuito de prestar serviços aos seus semelhantes, à comunidade. Quantas coisas grandiosas permanecem em silêncio, e delas não se ocupa a imprensa, nem os meios de divulgação. Entre o que o Estado procura fazer em benefício da colectividade e o que a própria colectividade faz, por intermédio de grupos de pessoas dedicadas ao bem comum, poderíamos verificar entre nós e no mundo inteiro, que o saldo de benefícios realizados pelo segundo é muito maior do que o oferecido pelo primeiro.

Na gestão, temos a **privada** e a **pública**. A primeira é assim empregada para apontar todas as iniciativas extra-estatais; ou seja, de espontânea promoção de homens decididos a realizarem alguma coisa em benefício dos outros, e também de si mesmos. A gestão pública é a realizada pelo Estado, como organismo político e administrativo, que também visa, de certo modo, à mesma finalidade, mas substancialmente viciada por diversos efeitos que lhe são inerentes, como: a) o interesse político e eleitoral daqueles que promovem tais ingerências; b) a oposição normalmente oferecida pelos adversários receosos do prestígio que possam obter os primeiros nessas promoções; c) devido à complexidade do aparelhamento burocrático e da falta de um mais cuidadoso exame e controle dos gastos, as obras esta-

tais, são, em todo o mundo, muito mais dispendiosas do que as de origem privada.

Se observarmos a vida econômica, social, ética e histórica de um povo, verificamos que a maior soma de acções em todos os sectores tem a sua origem na gestão livre, directa e privada. Muito mais fez pela humanidade essa gestão directa, do que a indirecta realizada pelo Estado. Se nos dedicarmos a uma apreciação justa dos dois tipos de gestão, desde logo notaremos que elas apresentam uma gradatividade heterogênea, ora é quase total a gestão directa e mínima a estatal, ora esta última aumenta em percentagem. Mas, o que é realmente evidente é que a gestão directa, através de todos os tempos da vida humana, suplantou, numa proporção imensa, a gestão indirecta, do Estado. Contudo, mais espantados ficaríamos se meditássemos melhor sobre esses factos, concepção que domina muitos sectores de que o Estado é o maior contribuinte em benefícios sociais, ou ainda mais: que é ele o melhor agente para tais realizações. Que nos regimes totalitários essa propaganda dirigida em favor da gestão indirecta seja dominante, compreende-se, porque os que desejam manter a posse e o usufruto do poder político têm naturalmente que infundir nas multidões a convicção que só o Estado é o organismo habilitado a realizar, com isenção dos interesses que viciam as verdadeiras intenções, obras realmente benéficas à colectividade. No entanto, demonstra-nos a História que as obras mais salutarres, que melhor papel desempenharam para atingir as suas finalidades beneficentes, foram precisamente aquelas realizadas pela gestão directa. Há, da parte de muitos interessados na política (que hoje é sem dúvida a arte de alcançar o poder e dêle dispor) o intuito de cobrir com o silêncio as grandes realizações da gestão directa, e exaltar, com excesso de epítetos, as dispendiosíssimas e pouco productivas realizações estatais. Poucos terão presente aos olhos e ao espírito a grandiosidade em intensidade e extensidade das obras, que são productos da gestão directa. Além das rea-

lizações de exploração econômica sobre todos os aspectos de origem privada, poderíamos apenas citar as obras de carácter social e benéfica à colectividade, realizadas pela gestão directa, como as sociedades para o progresso ou o fomento de algum bem de carácter superior, os centros culturais, as organizações de protecção aos interesses colectivos de toda espécie, escolas, bibliotecas, asilos, hospitais, sociedades científicas, centros recreativos, agrupamentos de ajuda mútua, cooperativas de carácter social e cultural, institutos para estudos económicos, sociais, filosóficos, artísticos, centros de amparo à mulher, organizações de auxilio aos doentes, aos necessitados, órfãos, anciãos, mutilados, academias de ensino gratuito, sociedades de difusão de idéias constructivas, sociedades beneficentes de toda espécie, sociedades de protecção à infância, organizações de viagens e excursões, centros e sociedades esportivas, sociedades internacionais, que se vinculam em organização em todo mundo, grupos de aperfeiçoamento das mais variadas disciplinas; em suma, uma infinidade de instituições livremente organizadas, de gestão directa com o precípua fim de beneficiar a colectividade. Não vamos considerar as construções de casas, fábricas, etc., enfim, tudo que o homem realiza pela gestão directa.

Estas organizações são muito mais numerosas e muito mais eficientes que as estatais, o que revela de maneira infosismável que o ser humano é capaz, pela gestão directa, de atender a tudo quanto se refere às necessidades colectivas. Bastaria fomentar e promover uma tomada de consciência destas realizações, para que todos compreendessem que, com um pequeno esforço de cada um, seríamos capazes de promover e realizar tudo, sem excepção, que é mister para o bem colectivo, através apenas das organizações de gestão directa. Até a manutenção da ordem, a prevenção da delinquência, e inclusive a defesa da população contra possíveis ataques de potências estranhas seria factível por meios de gestão directa, como já verificamos em países

como a Suíça, a Suécia e a Finlândia, em que o exército é o próprio povo organizado militarmente, tão poderoso que poderá enfrentar, como tem enfrentado, potências maiores, oferecendo aos que acaso pensem em atacá-los, a certeza de que lhes custaria imensamente caro qualquer tentativa neste respeito. Aquêles que afirmam que as grandes organizações de serviços públicos, como: Correios e Telégrafos, Energia Eléctrica, Estradas de Ferro, Companhias de navegação, seguros sociais, só o Estado é capaz de mantê-los, o que é rotundamente desmentido pelos exemplos verificados na Bélgica, onde as Estradas de Ferro são de gestão directa; na Suécia, onde os outros setores também são de gestão directa, podendo ainda, se quiséssemos citar os exemplos da Finlândia, Suíça, Estados Unidos, Islândia, Nova Zelândia, etc.

É, portanto, mister que o homem de hoje, depois de ter assistido ao ignominioso espetáculo do totalitarismo, da acção maléfica do Estado todo-poderoso, dos estragos e da corrupção promovidas, intensa e extensivamente pela política, a incompetência proverbial dos homens públicos e a sua rara honestidade, que não se tome consciência de uma verdade palpável: a gestão indirecta é a fonte dos maiores males sociais, e a grande promotora dos conflitos internacionais e das guerras destructivas, ao lado da degradação do homem, da ofensa à sua dignidade, estimuladora do desespero moral e ético, que avassala as consciências humanas. E então, após esta tomada de consciência, vem a certeza, de modo eloquente e decisivo de que a gestão directa é a mais hábil para promover o bem colectivo, pelas seguintes razões: 1 — por ser mais eficiente e mais rápida; 2 — por ser a menos dispendiosa, e como tal não ser um factor de encarecimento da vida, como é o Estado que, com seu imenso exército de funcionários, na maior parte inúteis e improdutivos, além de bem pagos, gozando de privilégios quase divinos, arrebanha, apossa-se de uma parte imensamente grande da produção total para cobertura de suas despe-

sas. Todo aquêles que trabalha, que produz, não deve esquecer que tem de produzir, não só para atender os ganhos dos factores de produção, como para sustentar o grande exército parasitário dos beneficiados pelo poder e pela administração pública; 3 — porque é a gestão directa eticamente a mais digna, pois dá a cada um a consciência do seu dever e da sua responsabilidade social, para que cada um não tenha os olhos voltados apenas para os seus interesses pessoais, familiares ou de grupo, mas que se lembre que faz parte duma comunidade, cujos direitos deve respeitar, consolidar, e ampliar; 4 — por ser ela uma escola de administração e estimular a preocupação pelos problemas sociais e, dessa maneira, permitir maior desenvolvimento da cultura e a consciência de que é um ser útil à sociedade e não apenas um aproveitador da mesma, de visão unilateral e egoística.

A COOPERAÇÃO

81) Em 1951, escrevemos êste trabalho, cujos termos principais têm uma grande actualidade, e mostram o que concretamente podemos fazer, fundados na nossa realidade, se desejamos realmente contribuir com alguma coisa em benefício do nosso país.

“A gravidade do momento que atravessamos exige atitudes claras e um exame cuidadoso da realidade. Impõe-se que estabeleçamos prèviamente certos princípios fundamentais para uma visão precisa da História, e dos acontecimentos dela decorrentes.

Nunca teria o homem atingido a situação em que se encontra, superado a de mísero animal, se não fôsse assistida prèviamente pela inteligência. Um símio não é capaz de progresso, porque lhe falta a organização inteligente. Dessa forma, de uma vez para sempre, é preciso libertar o pensamento humano das falsas teorias que afirmam que a inteligência é um producto apenas da actividade, quando esta não se caracteriza como humana, senão tivesse o homem a capacidade de criá-la.

Dessa forma, há contemporaneidade entre a inteligência e a actividade, naturalmente uma influenciando, actuando sôbre a outra.

A inteligência se manifesta na actividade, e esta, por sua vez, desenvolve a inteligência. Por isso, as idéias podem actuar sôbre as relações de producção no convívio social, como estas sôbre aquelas. Quando o homem propõe idéias

sem base real está sujeito a criar o que geralmente chamamos de utopia. E utopias têm sido todas as doutrinas pregadas, não fundadas na realidade.

Essa a razão por que a história é também a **história das derrotas das grandes idéias**.

Dois aspectos são ainda importantes: o da **direção** e o da **derivação**. Na verdade, dirigir é pôr à frente dos homens um ideal. Só os ideais devem dirigir, porque os que não são dirigidos por ideais perdem-se nos **meios** e nêles perecem por ausência de um **fim**. **Derivar** é pôr ou tirar obstáculos a tudo quanto impede ou facilita a obtenção do ideal. Os homens **podem e devem derivar**, mas quando actuam como dirigentes, levam os povos, fatalmente, às grandes derrocadas.

São tais factos importante, que geram as formas viciosas de todas as idéias partidárias. Quando surge uma idéia, os partidários da mesma, ao reunirem-se, logo se polarizam em duas tendências: a da direita e a da esquerda. Fatalmente, para equilibrá-las, surgem logo os centristas, quase sempre fiéis da balança, e aproveitadores das situações. Como, por sua vez, a esquerda se polariza numa extrema esquerda e numa esquerda centrista, isto é, tendente para o centro; forma-se, na esquerda, um centro para equilibrá-la. O mesmo sucede com a direita, que polariza uma extrema direita e uma direita centrista, com um centro novo. Esse facto não é observável apenas no terreno das idéias, mas até nas organizações comerciais e industriais, em que os sócios, muitas vezes, são os pontos de convergência dessas polarizações.

Quando uma idéia (partido político, em geral) chega a este ponto, é comum estruturar em torno de um homem uma auréola de infalibilidade, divinizando-o até. Surge, então, o **chefe**, o qual, desde logo, é cercado por uma camarilha que o envolve, sempre composta dos elementos que procuram ter ligações ou servir de ligação entre os pólos, os

quais são sempre usufrutuários do prestígio que gozam junto ao chefe, **negociando** sua influência ou, em colaboração com os outros, impedindo que conheça a realidade, que lhe é exibida deformada, segundo as conveniências. Desde tal momento, todas as idéias encarnadas em um homem, tendem a cumprir seu ciclo vicioso, e ter um final trágico e espetacular. Sobrevém a fase da doutrina, em que é essa apresentada como **certa e eficaz**, depois como a **mais certa** e a **mais eficaz** e, finalmente, como a **única certa** e a **única eficaz**. E para coroar a marcha, **quer ser absoluta**, e persegue todas as outras como hereges. Corroída pelas lutas internas, se vê obrigada às **grandes depurações**, com a excomunhão, e até o sacrifício de seus membros, inclusive inocentes, a fim de salvar a coerência que, normalmente, não possui. Estabelece uma disciplina rígida, imposta, e passa a tyrannizar as consciências até dos elementos hierarquicamente mais elevados. Consegue, assim, a hipocrisia total ao lado do terror total.

E qual o fim de todas essas formas viciosas? A catástrofe final à custa da vida e do sofrimento de milhões. Vimos, em nossos dias (e ainda em nossos dias veremos outros), o que foi o epílogo sangrento e catastrófico do nazismo e do fascismo.

CAPITAL, TRABALHO E NATUREZA

A observação dos factos que se desenrolam exige uma visão objectiva, realista.

O mundo actual parece dividido ante um dilema, que, como os outros apresentados na história, é falso e mal colocado: "ou capitalismo ou comunismo".

É uma banalidade económica afirmar que o Capital, o Trabalho e a Natureza são factores imprescindíveis da produção.

Mostra-nos a história económica, que os detentores do Capital, do Trabalho e da Natureza, exercem, no entanto,

uma espécie de domínio sobre os outros. Assim como ti vemos o predomínio dos detentores da Natureza sobre os outros, que lhe ficaram subordinados, e como hoje assistimos à subordinação do Trabalho e da Natureza ao Capital, em breve, dizem, veremos a predominância do Trabalho sobre o Capital e sobre a Natureza. A primeira fase seria representada pelo feudalismo, a segunda pelo capitalismo, e a terceira pelo socialismo autoritário.

Observadas superficialmente essas afirmativas, engenhosamente expostas, parecem conter toda a verdade. No entanto, sua colocação é absolutamente falsa e deformante da realidade. E já vamos mostrar por quê. Não há produção sem Capital, Trabalho e Natureza. Considerar qualquer desses factores isoladamente dos outros, podemos fazer através do espírito, como o faz a Economia, não, porém, na realidade. Considerar, porém, qualquer dos três factores como autónomo, é reduzir a Economia a uma ciência abstracta. Se os detentores desses factores são representados por indivíduos diferentes, como se dá, pode acontecer que, como realmente acontece, disponham eles de poder suficiente para exercer sobre os outros um papel dominante, aproveitando a melhor parte do **producto** em seu benefício. Neste caso, assistimos a realização de uma forma viciosa, o que aliás nos mostra a História. Assim o feudalismo é a forma viciosa do predomínio dos detentores da Natureza. O capitalismo, a forma viciosa do predomínio dos detentores da Natureza. O capitalismo, a forma viciosa do predomínio dos detentores do Capital. O socialismo seria a forma viciosa do predomínio dos detentores do Trabalho.

Se as duas primeiras formas já se deram na História e às vezes coexistem numa luta desesperada, uma por exercer o domínio completo sobre as outras, também se verifica a luta em nome da terceira posição. Esses **ismos** são revelações de formas viciosas, por não se ter constituído, na sociedade, aquela harmonia perfeita desejada, que transpare-

ce em grau técnico inferior na forma de produção artesanal.

Não esqueçamos que todos os detentores desses três factores da produção igualizam-se num ponto: são todos **consumidores**, e o são por terem necessidade que precisam ser aplacadas sob pena de perecimento. No entanto, se **todos** os indivíduos são consumidores, **nem todos** são produtores.

A COOPERAÇÃO DOS FACTORES

Nas suas relações, os homens praticam relações sociais positivas e outras opositivas, ou também chamadas negativas. São positivas aquelas em que ambas as partes têm vantagens iguais, como as relações de cooperação, e opositivas aquelas em que tomam posições antagónicas, inversas, e uma parte se beneficia com o prejuízo da outra.

Em todas as eras, os homens sempre desejaram manter relações sociais positivas, como o mostram os ideais religiosos, mas nem sempre o fizeram, condicionados como estavam por factores que geraram interesses diversos, muitas vezes antagónicos.

As relações sociais positivas fundam-se na cooperação, no apoio mútuo, que tem fundamento biológico e social, alimentado pela própria divisão do trabalho, condicionada pelas contingências existenciais. As relações sociais opositivas manifestam-se pela competição, que levada ao terreno económico, se trouxe benefícios em certas épocas históricas, noutras produziu mais males do que bens. As actuais condições da técnica e da produção exigem, para o seu equilíbrio, não a competição, mas a cooperação.

No entanto, uma série de contingências, e a presença teimosa de interesses e situações criadas, levam à permanência dessa forma bárbara, arrastando atrás de si o caudal de suas misérias.

O PAPEL DA TÉCNICA

É de Patrick Geddes uma divisão da técnica, de ricas lições para uma compreensão científica dos problemas sociais. Lewis Mumford, posteriormente, acrescentou uma quarta divisão. A técnica tem quatro fases principais: a **eotécnica** (eos em grego quer dizer aurora) ou aurora da técnica; **paleotécnica** (paleos, antigo) técnica antiga; **neotécnica**, a nova técnica e, finalmente, a **biotécnica** (bios, vida), fase da humanização da técnica. O capitalismo surgiu várias vezes na História, e foi modelado pela acção dessas formas da técnica, tendo, por sua vez, influenciado nelas também. Na fase **eotécnica**, a força motriz é a força humana e a dos animais. O trabalho é escravo ou livre artesanal. Em seu estágio mais elevado, temos o aproveitamento da força da água ou do ar (moinhos de água e de vento). O capitalismo, que se forma nessa fase, é comercial ou financeiro. O capitalismo industrial é ainda incipiente. Essa fase domina até meados do Século XVII, quando se dá a chamada Revolução Industrial. Na fase da **eotécnica**, o poder temporal está subdividido em **poder político**, nas mãos dos feudais, e **econômico**, subdividido entre estes, os capitalistas e os artesãos, com a predominância dos primeiros a princípio e, posteriormente, com a dos capitalistas, que só vão conquistar o poder político já em fins do século XVIII, cuja efectivação se dá após a Grande Revolução Francesa de 1789.

Na **eotécnica**, as corporações são formadas de artesãos divididos em aprendizes, companheiros e mestres. Estes últimos, a pouco e pouco, vão se tornando os capitalistas industriais, e unem-se aos mercantis e aos financeiros, formando uma unidade mais ou menos coerente, diferenciando-se dos companheiros e aprendizes, que vão constituir, praticamente, as bases do proletariado moderno. As lutas do interesse exacerbam-se aí e, naturalmente, esses elementos, à semelhança dos burgueses, que se organizam em sin-

dicatos de classe, também se organizam em sindicatos para a defesa de seus interesses.

Nessa fase, o Estado é dominado ainda pela aristocracia, com o apoio mais ou menos firme dos elementos capitalistas, que também têm suas reivindicações ante a nobreza. Nessa luta, pode dar-se a união, como se deu, entre capitalistas (burgueses) com a grande massa para arrancar o poder aos aristocratas (Revolução Francesa).

Com a Revolução Industrial, cujo marco mais simbólico é a máquina a vapor, surge a **paleotécnica**, em que, graças à energia transformada da madeira, do carvão, e, posteriormente, do petróleo, surge a possibilidade das **grandes concentrações industriais**, e das cidades-carvão, cidades sujas, infectas. Se durante o período da **eotécnica** há forte exploração das camadas mais pobres em benefício das mais poderosas, nessa fase surge a maior exploração que se conhece na História. Nunca o espírito humano poderia conceber o excesso de exploração das fábricas. Nessa fase ainda se fortalece mais o capitalismo financeiro, sobretudo o industrial, que preponderam, então, sobre o mercantil. O despovoamento do solo, ainda nas mãos dos feudais, vem aumentar a população dos grandes centros industriais, e surgem as grandes cidades. O capital, disperso na primeira fase, passa a concentrar-se também. A tendência é sempre para a centralização, formando-se os grandes grupos capitalistas, que só têm uma finalidade: o **lucro até o infinito** (*lucrum in infinitum*). O ser humano é esquecido em sua dignidade, a pessoa humana é reduzida a número, e os choques sociais atingem o seu clímax. A luta de classes agrava-se naturalmente, e surgem, as idéias revolucionárias do socialismo autoritário e, entre essas, o marxismo, que é uma filosofia do proletariado da **paleotécnica**. É natural, nessa época, que uma visão real dos acontecimentos levasse a Marx a acreditar que os factos se processariam na ordem que surgiram, isto é: máxima concentração do capital, enriquecimento crescente de uns, e empobrecimento crescen-

te de quase todos os outros. O marxismo, como producto dessa época, estava prêso aos factos de então. As revoluções havidas inverteram as polarizações de poder. O poder político passa para a burguesia, e o poder económico é partilhado entre ela e os remanescentes feudais, mas, com o domínio quase total do primeiro.

Mas, eis que surgem novos factos, novas descobertas, que vão alargar as possibilidades, e preparar o advento de novas formas. Surge a **neotécnica**, graças à possibilidade da transmissão da força, que permite uma industrialização maior, a colocação de fábricas nas fontes de matéria prima, e o desenvolvimento de uma série de novas descobertas químicas, que abrem um ciclo ainda não encerrado. Nesta fase, o capitalismo financeiro passa a predominar sobre o capitalismo industrial e mercantil. O proletariado, que na paleotécnica era apenas um instrumento de trabalho, é olhado agora como **consumidor**. É preciso melhorar-lhe as condições culturais e económicas, para que se dê a evasão da produção. Só na paleotécnica havia possibilidade de conservarem-se as formas de colonialismo dos povos mais atrasados, como se verificou, mas, nesta, o desejo de independência actualiza-se em lutas terríveis. A América independente penetra no caminho da própria autonomia, e o aspecto do mundo toma nova côr. O poder político desloca-se. O Estado que, na eotécnica, era um servidor dos interesses dos dominadores, passa a autonomizar-se, e torna-se um poder, não para os outros, mas para si.

É filiando-se ao capitalismo financeiro, que aos poucos a êle se subordina, é senhor da situação, intervindo como detentor do capital, na produção. Nesta fase, por influência do **espírito de centralização da paleotécnica**, o poder económico é partilhado entre o Estado, sempre crescente, e os capitalistas; mas o poder político é quase totalmente assenhoreado pelo Estado, que o centraliza.

Enquanto a paleotécnica é a fase do desperdício, a eotécnica é a do melhor aproveitamento dos bens. Dessa for-

ma há possibilidades de melhorias extraordinárias dos salários, e o proletariado passa a ser cliente, e principal, da burguesia.

As condições sociais se modificam, e de tal forma, que o marxismo, que nos países paleotécnicos encontra campo de acção, perde, constantemente, sua força nos países neotecnizados. E a razão é simples: é que a crítica marxista, que, na paleotécnica, fundava-se sobre factos, na neotécnica funda-se apenas sobre idéias, pois o proletariado da neotécnica tende a desproletarizar-se, a alcançar a autonomia individual e a familiar, a conquistar o ócio e meios mais hábeis de divertimentos e de culturalização. Enquanto foi longo o período eotécnico, e mais curto o paleotécnico, menos ainda é e será o neotécnico. É que a **biotécnica**, que aplica a incorporação do inorgânico ao orgânico, permite o desenvolvimento crescente da humanização do trabalho.

Na fase de predomínio neotécnico, há ainda a presença de formas eotécnicas e paleotécnicas. No entanto, são essas vencidas pelas da neotécnica, que penetra vitoriosamente. Podemos considerar a Holanda até o século XVIII como o país típico da eotécnica; a Inglaterra, da revolução industrial, como a da paleotécnica; os Estados Unidos, da neotécnica e, actualmente, a Suécia, como o iniciador prático da biotécnica. A energia atômica será a energia predominante desta nova fase, a qual permitirá uma descentralização ainda maior da indústria. Tudo se prepara para evidenciar que o marxismo foi apenas uma filosofia paleotécnica, sobrevivente ainda graças à predominância da mentalidade paleotécnica. A própria Rússia ainda é um país paleotécnico e a sua indústria, embora com a aplicação a electricidade, segue aquelas normas, aproveita as lições do taylorismo, transformado em estacanovismo, não tendo iniciado ainda nenhuma reforma na indústria, a caminho da humanização do trabalho, como se processa, por exemplo, na Suécia, nos Estados Unidos, etc.

A supervivência do marxismo se dá graças à existência da mentalidade paleotécnica de grande parte do capitalismo e dos homens públicos, e morrerá com a destruição desse espírito. O marxismo é apenas uma reacção à exploração desmedida da paleotécnica. A política, que nesta fase é a mais desenfreada, predomina sobre a administração; na neotécnica, é superada pela administração.

A política é arte, e como arte trabalha com juízos de valor. Por isso a política é campo de divergências, por não poder formar juízos universalmente válidos. A administração, graças à Técnica, torna-se ciência, e trabalha com juízos de existência, universalmente válidos. Dessa forma, não se deve mais confundir uma com a outra.

Assim a política é própria da paleotécnica, como a administração o é da neotécnica. Colocado o problema econômico e histórico neste pé, vê-se que a divergência, a que ora assistimos, é a de uma reacção ao capitalismo paleotécnico de um lado, representado pelo marxismo, que no seu afã de combatê-lo, engloba o **neotécnico**, que é diverso daquele. Mas o espírito de competição e de lucro desenfreado ainda predomina, sobretudo em países como o Brasil, genuinamente paleotécnico.

E esse espírito fortalece o bolchevismo. Sim, toda vez que os capitalistas de mentalidade paleotécnica exercem uma exploração, aumentam o custo de vida, realizam eles uma propaganda bolchevista maior que todos os discursos de seus sequazes. Um país, já predominantemente neotecnizado, como os Estados Unidos, obriga os bolchevistas a certas modificações de propaganda, por não poderem negar o alto padrão de vida e de liberdade do trabalhador americano. E como não podem fundamentar-se na exploração desenfreada interna, já minorada pela neotécnica, afirmam apenas o papel imperialista, desviando para o terreno internacional a crítica sem bases sólidas no terreno nacional. A neotécnica, dadas às ligações mais directas da produção,

e dos elementos que a compõem, exige, desde logo, a cooperação que, ao estabelecer-se em relações sociais positivas, predispõe a valorização das idéias de cooperação correspondentes, esquecidas na fase da paleotécnica.

Nos Estados Unidos, é tal o desenvolvimento hoje de formas de cooperação. Tanto o Trabalho como a Natureza, as indústrias de petróleo, grandes indústrias, empresas agrícolas, bancos pertencerem a cooperativas. E ao mesmo tempo as exigências da cooperação gestam os grandes movimentos de bairro, de apoio-mútuo, de mutualismo, como nunca conheceu em sua história. Assim, a neotécnica, em sua marcha para o biotécnica, permite a instalação mais hábil de formas de cooperação. Tanto o Trabalho como a Natureza e o Capital podem tomar função social, e harmonizarem-se com o natural desaparecimento do capitalismo paleotécnico explorador e de seus apêndices, os intermediários-encarecedores, que entre nós são os maiores beneficiários entre a Produção e o Consumo.

Assim coloquemos de um lado a Produção, formada pelo Capital, Trabalho e Natureza, e de outro lado o Consumo, que pertence a todos. Quis o Estado intervir como elemento coordenador desses factores, mas essa intervenção deu-lhe tal fortalecimento, que o tornou supinamente maléfico. É que o Estado burocratiza-se monstruosamente, e acaba por tornar-se uma forma viciosa pior do que as outras. A Rússia, país de produção mais cara do mundo, devido à intervenção do Estado, que acoberta em suas oficinas milhões de burocratas, apenas consumidores, é o exemplo maior da degeneração paleotécnica. Há, na Rússia, a média de um dirigente para cada três trabalhadores, quando nos Estados Unidos, há um dirigente para cada onze trabalhadores.

O estabelecimento de formas de cooperação permite a solução de tais problemas, melhorando sensivelmente a posição dos trabalhadores, que passam a ser donos também do que produzem.

NOSSA SITUAÇÃO

É falso, pois, o dilema apresentado: capitalismo ou comunismo. Falso, porque o capitalismo de que aqui se fala é o paleotécnico, e o comunismo é o seu filho rebelado.

Desaparecida a exploração paleotécnica, desaparece o bolchevismo automaticamente, e ambos ocuparão o seu lugar correspondente no museu.

O papel do intermediário-encarecedor, excrescência sobretudo paleotécnica, engravado entre a produção e o consumo, que dêle não precisam, porque podem perfeitamente harmonizar-se entre si, é, em certos países, como o nosso, o fautor de uma situação de mal-estar social. Visando apenas aos próprios lucros, suga de um lado e de outro. Despovoa a terra, pela exploração dos agricultores, e empobrece a cidade pelo aumento do preço, a fim de assegurar seus lucros desmensurados.

A cooperação surge, por isso, como uma necessidade histórica. Só pelas formas de cooperação entre produtores e consumidores se pode resolver esse quisto pernicioso. Por outro lado, o produtor, melhorando a sua situação pela ausência de um sanguessuga, pode penetrar na neotécnica e na biotécnica, humanizando o trabalho.

A actividade dos trabalhadores, dentro das formas de cooperação, de são cooperativismo e não de cooperativismo híbrido, como entre nós, que acoberta, muitas vezes, formas de exploração capitalista paleotécnica, sociedades de apoio-mútuo, grupos de compra, etc., resolve imediatamente seus problemas, conjugando, desde logo, sociedades de Produção e Trabalho, que deverão substituir a forma unilateral da sociedade capitalista paleotécnica, apenas dirigida pelos interesses de grupos restritos. Pelo cooperacionismo, desaparece o comprador e o vendedor do trabalho humano, para surgir a sociedade cooperacional, que destina, para benefício de todos, os bens produzidos.

Uma nova moral surge então: o moral da cooperação. Desaparece o espírito de competição, que é predominante na paleotécnica, para sobrevir uma nova ordem social que ampare os interesses de todos, sem sacrifício de ninguém, evitando, assim, a formação do Estado-patrão do bolchevismo, o único comprador do trabalho humano, (que concentra em suas mãos, paleotênicamente, o poder econômico e o político), e que, por meio dos burocratas do Estado e do Partido, torna-se o usufrutuário dos bens produzidos.

Dessa forma, a cooperação assegura a liberdade e a dignidade humanas, ameaçadas pelo totalitarismo desenfreado, que só prevalece e se impõe graças aos erros e defeitos das formas viciosas da paleotécnica.

Há entre os comunistas muitos homens sinceros (como os há em todas as correntes doutrinárias), que aceitaram tais idéias, por lhes ter faltado uma visão analítica dos factos históricos, que lhes permitissem ver o papel extraordinariamente revolucionário da Técnica, a qual promove verdadeiros saltos qualitativos, e permite a concreção de novas formas, ricas de generosas possibilidades.

É preciso saber distinguir os fantasmas do que é propriamente realidade. As formas de produção e as suas relações, no mundo actual, sofrem a influência modeladora da Técnica, cujas transformações permitem a actualização, a aceitação espontânea, daquelas idéias que haviam sido esquecidas nos turvos períodos do pleno domínio paleotécnico. Marx, ante a realidade de sua época, e dos elementos científicos e históricos que dispunha, não poderia ter outra visão. Na verdade, sua crítica ao capital é paleotênicamente justa.

A HUMANIZAÇÃO DO TRABALHO

A organização do trabalho foi sempre um tema que preocupou seriamente os trabalhadores inteligentes e todos os

que se interessaram pelo bem estar do homem que produz. Depois das formas humanas do artesanato, em que o trabalhador escolhia sua profissão, e em seu mister dava o melhor do seu esforço, tivemos a organização industrial do trabalho, que nos deu as formas super-civilizadas paleotécnicas do taylorismo e da racionalização, que, por entre os benefícios de carácter social que apresentaram, nos ofereceram também uma exploração desenfreada e estúpida do homem.

A desarmonia do mundo paleotécnico é um verdadeiro inferno para o homem transformado em peça de uma grande máquina. Os ruídos de uma oficina, das ruas, da vida trepidante de nossos dias, formam uma grande sinfonia dissonante.

O trabalho mecanizado mecaniza o homem. No entanto, podemos e devemos dar um carácter orgânico, mais biológico, portanto, à vida humana.

As experiências modernas sobre o que se chama de "humanização do trabalho, assegurando nas oficinas um ritmo harmônico das máquinas e dos sons, tornam o trabalhador mais activo, porque o ritmo é um tonificador da acção. Humanizar o trabalho é afastá-lo da rotina, da repetição simétrica, é torná-lo humano e agradável, é assegurar sua maior productividade. Com a humanização do trabalho, em todos os sentidos, penetramos em plena fase biotécnica.

O HOMEM É UM FIM E NÃO UM MEIO

Nunca devemos esquecer essa grande verdade: o homem é um fim e não um meio. Utilizá-lo, transformá-lo em peça de um mecanismo, é ofender a sua dignidade. A humanização do trabalho da biotécnica contribui para essa dignificação sem prejudicar a productividade, que é até aumentada. As experiências modernas da musicoterapia, por exemplo, nos mostram como a música pode curar tantos males, e colaborar para uma melhoria tónica do homem.

O QUE SE DEVE ENTENDER POR DEMOCRACIA

A palavra democracia terminou por ter o destino de todas as palavras: perdeu seu legítimo sentido original. A democracia representativa é uma organização, não do povo, mas dos **representantes** do povo, escolhidos pelo sistema mais falso e mais prejudicialmente selectivo. Tornou-se, de verdadeira representação popular, em regime de caçadores de cargos electivos, com toda a degenerescência consequente dos que transformam os meios em fins.

O Brasil tem condições ainda fracas para formar uma democracia. A índole pacífica e hospitaleira do nosso povo é realmente democrática, mas a inércia, decorrente do analfabetismo, da incultura e da falta de saúde, não lhe permite aspirar à responsabilidade. Aceita factos consumados. É povo fatalista. Tais condições permitiram que o sistema de representação, que devera ser selectivo para melhor, o fôsse para pior. Falar de certos homens públicos, de sua venalidade e de sua incompetência, seria até mau gosto, porque todos sabem como essas notas são marcantes da nossa política, apesar das honrosas excepções de homens bem intencionados, que se vêem coarctados pela acção dissolvente dos politiqueiros. A selecção de valores será sempre frustrada, e muitos homens dignos de nossa terra negam-se a ombrear com certos politiqueiros por questão de pejo. Ora, esses valores são desconhecidos do povo, porque eles não buscam a notoriedade. Portanto, nunca serão elevados aos altos postos. Além disso, os políticos mal intencionados não os queriam por serem incômodos. Além de aumentarem o desvalor de muitos guindados aos altos postos, não pactuariam com certas indecências, nem se prestariam a certos manejos. Dessa forma, está vedada, enquanto continuarem essas condições, a elevação de homens dignos e competentes. Essa realidade triste de nossa terra é própria do espírito paleotécnico que ainda a domina, e frustra a acção desinteressada e honesta daqueles homens públicos, que visam ao bem de seu povo.

ADMINISTRAÇÃO NEOTÉCNICA

Dadas as nossas condições de cultura, o analfabetismo, a exigüidade quantitativa e qualitativa de nossas escolas, a pouca amplitude de nossos conhecimentos médios, o Brasil é um país que defronta um dos maiores problemas, o qual consiste na carência de homens suficientemente hábeis.

Por isso, o problema da autoridade no Brasil é o mais complexo, e exige uma solução que se enquadre dentro das nossas condições. A política favorece a investidura de autoridade, e permite a pessoas inábeis guindarem-se a postos de grande responsabilidade para os quais seriam exigíveis conhecimentos amplos. Se essa política paleotécnica é prejudicial em países que já alcançaram um nível de cultura elevado, entre nós traz e trará maiores males. Dado o número restrito de elementos de real competência intelectual, nós não podemos continuar imitando as práticas de outros povos. Temos de organizar a nossa vida econômico-social, não sob bases propriamente políticas, mas administrativas, com o aproveitamento de todos os elementos de real saber para penetrarmos na neotécnica e na biotécnica. Não podemos, por injunções e interesses partidários, deixar de fora dos lugares correspondentes os que realmente são os indicados para os mesmos. Nosso processo eleitoral, sob base meramente quantitativa, permite uma selecção inversa, negativa até. No entanto, a organização administrativa, sob a base eleitoral selectiva e qualitativa, impediria alcançassem os postos de responsabilidade homens que não estão à altura dos mesmos. Há médicos, engenheiros, advogados, técnicos, professores, que poderiam dar parte de sua actividade em benefício do bem comum, e que não o fazem pela simples razão de serem avessos, refractários à política.

A organização, com base de representação das capacidades reais, selectivamente organizada, como propomos, resolveria um dos nossos maiores problemas. Sobretudo

daria uma solução cabal à autoridade investida, substituindo-a pela autoridade funcional, inerente, a autoridade do médico, do engenheiro em seus misteres, por exemplo.

Para construirmos um novo Brasil, necessitamos da presença de todos os brasileiros cultos para essa obra grandiosa. A cooperação, estimulada na e pela neotécnica, por seus fundamentos científicos e filosóficos, é uma acção aplicável a todas as regiões do mundo. Pode ter uma forma internacional, mas conserva e permite desenvolver um conteúdo nacional. Nós, brasileiros, necessitamos da construção de uma visão genuinamente nossa, que não seja uma cópia das construídas em países de características diversas.

Herdamos aquêle coração dos portugueses, a liberdade do índio e o estoicismo do negro. É sobre êsses pilares que temos de construir a nossa humana visão das coisas. O brasileiro é um povo amante da paz, é um povo fraterno por natureza, que gostaria de derramar-se em manifestações afectivas mais amples. A contingência de sua vida e de certas condições históricas, fizeram-no triste, apático até. Há uma frase que corre de boca em boca, por todos os quadrantes de nossa terra, e que expressa o espírito cooperacionista do brasileiro: "dar a mão ao amigo".

O brasileiro não é um competidor, mas um colaborador por natureza. Por isso, a cooperação é uma solução bem nossa para problemas nossos, porque tem suas profundas raízes também na alma de nosso povo, e pode projectar-se como uma solução de confraternização dos homens em todas as partes do mundo, porque também, em outras partes, por exigência das realizações técnicas, a cooperação se impõe cada vez mais.

E no Brasil se impõe, não só por exigência técnica, como por exigência econômica. Somos um país de grande extensão territorial, de população reduzida e de capitais escassos.

ESPIRITO PALEOTÉCNICO

É natural que ante as injustiças do capitalismo paleotécnico e de suas formas de exploração, os olhos de muitos se volvam para a Rússia, onde julgam dar-se uma experiência socialista. Como o capitalismo paleotécnico é totalmente vertido para um individualismo extremado, a reação correspondente tinha de tomar a forma de uma destruição extremada do individualismo. Nessas condições, a primeira forma viciosa encontrou pela frente outra forma viciosa. Capitalismo paleotécnico e bolchevismo são consanguíneos, nascem e vivem numa simbiose impressionante, em que um se alimenta do que outro dejecta.

Uma propaganda anti-russa, mal feita, mal orientada, inculta, tem servido para fortalecer o movimento bolchevista, porque atacar mal é, realmente, uma boa forma de defender. O poder, que está nas mãos do capitalista paleotécnico, que dirige atrás das cortinas o Estado, que elege, graças aos seus meios de propaganda, os representantes que lhe convêm, passa, no bolchevismo, a ser, não mais dirigido e orientado pelos capitalistas, mas pelos elementos burocratas do partido, em nome do proletariado, por intermédio dos quais se processa a ditadura, com a substituição dos capitalistas, que são liquidados. Nesse caso, é claro e patente, que o bolchevismo é apenas a identidade inversa do capitalismo paleotécnico, é um ideal de reacção, que deseja fazer o contrário do que é feito, sem, no entanto, perder a similaridade com o contrariado. Enquanto o capitalista tem de ser, por índole, mais ou menos liberal, porque do contrário não poderia estabelecer-se a complexidade da troca e das relações correspondentes, a livre escolha da profissão, etc., o bolchevismo só pode tornar-se num regime de ascendente falta de liberdade. Basta ler-se a literatura bolchevista antes da revolução de outubro (por exemplo, as famosas teses de Abril, nas quais se condensaram as promessas totalmente incumpridas dos bolchevis-

tas) para ver-se claramente o desmentido da prática a todas as afirmações feitas.

O espírito paleotécnico, no entanto, vigora ainda, e alimenta com seus erros a propaganda bolchevista. Assistimos à prática quotidiana de um "rush" desesperado ao dinheiro transformado em fim, sem o menor respeito aos meios, com o espesinhamento de toda decência, no intuito de adquirir uma fortuna mal fundada e inconfessável. "Que importa é o dinheiro": essa frase é bem o reflexo dessa hora. Em fase de tais atitudes e das injustiças, que elas geram, quem pode impedir o progresso do bolchevismo? Combater o espírito paleotécnico e suas bases reais é uma imprescindibilidade. A neotécnica, com seu espírito eugênico, saudável, nobre, precisa ingressar vitoriosamente em todos os sectores. Mas é preciso mais! É preciso que o espírito biotécnico já se forme numa antevisão do que será a sociedade humanizada de amanhã.

O que ora se observa no mundo, nos mostra patentemente, cada dia que passa, que a neotécnica firma suas bases ideais ao lado das bases reais. Por outro lado, o surgimento da biotécnica, que completa perfeitamente o ciclo da neotécnica, eleva-se de forma empolgante, avassalando amplos sectores.

Todos os homens responsáveis se preocupam hoje em dar ao trabalho aquela alegria sempre reclamada, aquela prazer do artesanato amante de seu mister, aquela eugenia anelada desde os gregos, aquela humanidade pregada pelo cristianismo, que é, sem dúvida, a viga mestra do que há de melhor em nossas almas, aquela humanização, em suma, do trabalho e da vida, aquela harmonização dos esforços e dos movimentos para um equilíbrio dinâmico criador.

Hoje, em todos os sectores, homens se erguem nessa obra imensa de cooperação, unindo suas fraquezas para torná-las força, vencendo os obstáculos dos céticos e dos

indiferentes, fustigando com energia a concupiscência do paleotécnico desenfreado, apelando para o povo para organizar-se em função administrativa, fundando cooperativas, sociedades de compras, sociedades de trabalho e capital, de produção e consumo, etc., tôdas as formas que a cooperação apresenta como as bases fundamentais da transformação da neotécnica na fase mais progressista, que é a biotécnica. Capitalistas bem intencionados já compreendem a marcha imprescriptível do progresso, e também oferecem seus esforços a êsse amplo movimento. E conosco estão professores, operários, pequenos comerciantes, agricultores, sacerdotes, médicos, advogados, engenheiros, donas de casa, homens e mulheres de todos os matizes. Compreendem todos que o momento exige uma acção imediata. O desejo de paz que anima os homens só se pode concretizar através de uma obra social benéfica. Por necessidade histórica, e por um grande querer humano, o momento exige a libertação total dos fantasmas do dilema: capitalismo paleotécnico e bolchevismo.

Nem um nem outro! É a exclamação de todos. É a exclamação que há de ecoar pelo mundo inteiro. Queremos, sim, os benefícios da neotécnica já apoiada no cooperacionismo da biotécnica, nas relações humanas positivas, na aproximação entre os homens, na ampla colaboração de todos os esforços, nas sociedades poderosas de Produção e Consumo, que unirão a todos, sem sacrifício de ninguém, e que fundarão o respeito à dignidade humana. A cooperação não tira nada de ninguém, não trabalha com relações sociais opositivas. Apenas quer fundar, graças aos progressos da técnica, as sociedades que virão unir os homens, término do capítulo das competições para abrir o da grande cooperação econômica dos povos. Podemos e devemos competir onde a competência não é destructiva: no mundo das idéias, porque aí o vencido ganha pelo menos um novo conhecimento. No mundo da economia, a cooperação natural do homem não pode ser impedida. Graças aos gran-

des inventos, graças a êsse imenso factor da história moderna, que é a Técnica (que é uma unidade harmônica da inteligência e do trabalho), oferece-se para o mundo uma solução pacífica dos grandes problemas sociais. E êsse caminho tem e deve ser trilhado.

O capitalismo paleotécnico e o bolchevismo são verdadeiras excrescências, dois anacronismos na época presente. Ante a luz poderosa das novas idéias e das novas práticas, ambos, com sua visão deformada pelo ódio e pela concupiscência, só trouxeram males e ainda ameaçam trazer maiores à humanidade.

O MEDO AO GRANDIOSO

Se nos lembrarmos de como Leonardo da Vinci imaginava o vôo humano, se recordarmos tudo quanto o homem já sonhou, podemos afirmar sem receio, que a mais escalante imaginação do homem antigo, a mais audaz ficção, o sonho mais quimérico estão muito aquém do que a humanidade realizou através da aviação, graças à ciência. Não é essa a primeira vez que a realidade supera a imaginação. Não é essa a primeira vez que o homem realiza o que seria loucura, se relatado em certas épocas. E não é preciso ir muito longe. O homem da época napoleônica, o homem da guerra de 70, entre a Alemanha e a França, não poderia conceber, tecnicamente, o avião moderno supersônico.

Assim tais factos nos mostram como é quase sempre ingênua a atitude dos que, fundados na sua "realidade", na sua experiência, querem negar a possibilidade de novas formas e de novas experiências. Ora, sucede que a cooperação já provou através dos tempos muito das suas possibilidades, e pode realizar muito mais do que a mais escal-

dante e atrevida imaginação pode criar. O medo ao grandioso, o medo ao extraordinário, devora muitas constituições mesquinhas. O medo de ultrapassar a si mesmo impede a muitos de empreenderem a marcha superior. Pois é dado o momento de aprendermos com a História, e não termos medo de superar-nos.

Temos do nosso lado a técnica científica, e hoje, sem grande esforço, por uma hábil aplicação dos nossos conhecimentos, podemos assegurar a todos, sem excepção: moradia, roupa, alimentos, instrução, educação e divertimentos.

O problema da solvabilidade popular (isto é, da capacidade acquisitiva da população) mereceu estudos especiais, respeitando as nossas condições, e as soluções podem ser imediatamente aplicadas, as quais diferem das velhas práticas que só arrastam ao aumento do custo da vida e ao consequente estagnamento da produção.

* * *

A cooperação pode ser posta em prática imediatamente. Cada um já pode realizá-la em seu âmbito, e não esperar por outros para iniciar a obra de renovação social, por todos anelada. A melhor propaganda é a do acto e a cooperação só pode impor-se pela prática, assim como a liberdade só se torna prática, pela prática da própria liberdade. Cada um deve reunir-se aos seus afins, aos que aceitam também nossa prática, e organizar grupos autónomos, que estabelecerão um programa de acção, orientados pelas normas já dispostas, e actuando livremente dentro do seu âmbito.

O que mora nos campos tem muitas ocasiões de oferecer seu auxílio a companheiros necessitados, quer no plantio, quer na colheita, quer em qualquer obra de construção.

Deve oferecer seu apoio, e aproveitar a oportunidade para pregar imediatamente as idéias de cooperação, e mostrar que todos unidos podem realizar muito em seu benefício. Os pequenos camponeses, se unidos na obra do plantio e da colheita, poderiam multiplicar suas forças; a união não deve ser pregada em palavras, mas em actos.

Há inúmeras formas práticas de cooperação que podem ser executadas em qualquer lugar, com imediatos efeitos. O cooperacionismo não é partido político. Não quer separar, quer unir. É prática social da cooperação. O cooperacionismo apresenta um campo de acção e promove fórmulas que podem desde logo oferecer benefícios ao povo.

AOS HOMENS DE RESPONSABILIDADE DO BRASIL

"O atraso técnico que conhecemos no Brasil decorre do espírito feudal eotécnico de certo agrarismo ainda escravocrata, da mentalidade capitalista paleotécnica e de certa influência alienígena, que impediram ao Brasil, com a coadjuvação de políticos mal intencionados, além de ignorantes, penetrar na senda de um progresso neotécnico.

Assim como a Holanda pôde livrar-se da paleotécnica, passando da eotécnica para a neotécnica, como igualmente o fez a Suécia, a Suíça, a Dinamarca, a Finlândia (essa eterna resistente ao espírito paleotécnico dos bolchevistas), podemos nós, no Brasil, no caso da agricultura, por exemplo, dar o grande salto qualitativo que nos leve das formas eotécnicas para as neotécnicas, e destas à biotécnica.

Devemos estimular a transformação de nossa produção paleotécnica em neotécnica, inaugurando-a com a acção combinada de médicos, psicólogos e trabalhadores, a mais ampla humanização do trabalho, aproveitando os exemplos das grandes obras já realizadas nos países mais avançados.

Será acção combinada de homens responsáveis e bem intencionados, de todos os quadrantes do país, que podemos estabelecer, prática e objectivamente, a libertação económica de nosso país, por um Brasil melhor. Não podemos dar um amplo apanhado das possibilidades de nossa prática, mas todos podem perfeitamente ver, em face das grandes experiências já realizadas e da riqueza de nossa terra, que temos um futuro a realizar, e que êle depende apenas da boa vontade dos homens, filhos desta terra e dos que a escolheram como a sua nova pátria. Não esqueçamos que os aspectos negativos e dissolventes a que assistimos hoje em nossa vida são alimentados pelas duas mentalidades que devem desaparecer: a paleotécnica, com seu desejo de lucro insaciável, e a bolchevista, com seus ódios correspondentes de reacção. Devemos procurar construir um novo Brasil, não de aventurismo político e económico, não de competições, que custam a carne dos pobres, mas um Brasil de cooperação, o verdadeiro Brasil, que será um exemplo de paz para o mundo.

O gigante adormecido, ridicularizado pelos exploradores, há de despertar. Não para forjar novas algemas, mas para libertar-se das que tem, e das que lhe querem impor. O Brasil assim colaborará com todos os países do mundo para uma nova humanidade.

Não temamos criar. Não aceitemos a velha mentira de que somos incapazes de criar.

Podemos construir, embora com poucos ao início, mas que serão milhões amanhã, uma pátria realmente feliz, uma pátria de fartura, uma pátria de paz, a verdadeira pátria do povo, que é aquela em que todos têm seus interesses ligados, cujos bens, cujos frutos são de todos os homens que trabalham para o bem de seus semelhantes, e não querem transformar seus irmãos em instrumentos de exploração. Projetemos no Brasil, na América e no mundo, êsse

genuíno espírito de cooperação do nosso povo, (a mão estendida do brasileiro e o seu grande abraço fraternal), que é o melhor de sua afectividade. E desde já, alertados e activos, pela grande luta que é a vossa, a de vossos pais, de vossos filhos, de vossos amigos, de vossos irmãos!

Se tendes medo de lutar por um ideal, ao menos não fortaleçais as legiões dos exploradores. Demiti-vos como homens, porém não vos inscrevais, como escravo, sob a bandeira dos feitores de homens: a bandeira do capitalismo paleotécnico, explorador desenfreado, e do intermediário-encarecedor, e a do outro capitalismo de homens, que os movimenta como números, o bolchevismo, o filho rebelado da paleotécnica."

ANÁLISE GERAL DE NOSSA ECONOMIA

82) É o brasileiro, por educação e influências alienígenas, um descrente de si mesmo. Não é a nossa juventude que nos impede de criar, porque, na História, povos mais novos do que nós criaram.

Tememos, apenas, criar. Preferimos reproduzir o que é feito em povos avançados, e nunca temos a coragem, como pássaros tímidos, de sair da gaiola de ouro da experiência alheia. Somos, por isso, um povo de mentalidade colonialista passiva. Essa falta de coragem é a gênese, também, de um horror à responsabilidade, que nos leva a preferir o que já foi feito ao que é novo, de origem nossa. Pois, se errarmos ao realizar o que outros realizaram, temos a impressão que transferimos aos outros povos a responsabilidade do erro. No entanto, esquecemos que as consequências daquele recaem sobre nós.

É uma banalidade reconhecer que somos diferentes dos outros povos, e o que deu resultado em um país pode não dar entre nós. Entretanto essa evidência é esquecida sempre. Se observarmos bem o aspecto cooperacional das conjunturas de um povo, poderemos compreender o bom êxito de uma medida, que, entre nós, malogra por não terem merecido o mesmo exame as nossas conjunturas.

Se queremos acertar, e podemos-lo, não nos será possível esquecer o que coopera com a nossa economia. E assim como há graus de cooperação, há graus de cooperação das conjunturas, umas mais benéficas do que outras.

Tal conhecimento já abre caminho para procurarmos desenvolver uma conjuntura para que ela possa ter uma influência benéfica.

Não deveriam nunca esquecer os nossos economistas e financistas que as "cifras" são apenas traduções, para facilidade de expressão, das **facilidades econômicas**. O simbolizante substitui o simbolizado, por não ter este acomodação actual, mas deve sempre estar apto a ser substituído por êle, sob pena de ocultá-lo definitivamente ou não, e prejudicar a boa inteligência do mesmo. O salário, em cifras, é uma tradução do "standard" de vida, como a produção em cifras é uma tradução da actividade económica nacional.

Por outro lado, nunca se deve esquecer a verdadeira significação da moeda tão confundida com a do dinheiro, de lamentáveis consequências. A moeda é um significante. **Sinal de todas as categorias econômicas**, surge nas obras de economia, ora como riqueza, ora como reserva de valor; ora como medida comum de valores e serviços, ou como instrumento de pagamento, ou mercadoria, ou convenção, ou expressão de trabalho, ou capital, ou ainda como instrumento de conta, ou direitos, ou representante de valor ou crédito, ou instrumento de actividade económica e muitas outras modalidades, que provocam inúmeras e inúteis disputas entre economistas e financistas.

Como sinal (e êsse é o verdadeiro carácter protéico da moeda) é sempre algo que está em lugar de... E como é fácil confundir-se o significante com o significado, caem os economistas nesse erro, e disputam entre si o significado, o que aponta o que é a **essência** em suma, da moeda.

Na verdade, é ela, portanto, um significado, e como tal é um **meio**.

E como todo facto económico se processa num tender para a **troca**, é ela **meio** de troca, e tem, como teve, e terá,

o papel de facilitador da troca, e não o de embaraçá-la. E, por ser um **meio**, nunca deve ser confundida com um **fim**. Deve ela facilitar o desabrochamento do facto económico e não coarctá-lo.

Hoje, ela antecede à troca, e nesse caso, existe antes da troca, como um acôrdo sobre o futuro, e sua cifra significa apenas a tradução do que ela representa em bens capazes de satisfazer necessidades. Que diríamos de um matemático que quisesse, com a Matemática, falsear os factos e ocultar a verdade? Não seria falsear os fins da Matemática? O mesmo é falsear os fins da Economia se forem trocados ou falsificados os seus verdadeiros conceitos, que terminam por violar suas **invariantes**.

Em toda ciência cultural, é de magna importância a presença dos variantes e dos invariantes, e nunca devem os primeiros ser desprezados em benefício dos segundos, e vice-versa. Um hábil manejo entre ambos permite melhor acomodação aos factos e melhor assimilação dos mesmos. Preferimos aqui chamar de **invariantes** o que se costuma chamar **lei**, evitando o sentido restrito deste último termo.

Esses invariantes nem sempre são profundamente compreendidos.

Mas, na verdade, toda a vez que os afrontamos, estamos às portas de um grande risco.

Somos, por exemplo, um país capitalista, em que ainda predominam formas eotécnicas e paleotécnicas de produção, com um primário desenvolvimento neotécnico, e com grandes possibilidades biotécnicas. Nossa economia é uma economia de um período terrivelmente caótico, e por isso, mais que outras, exige um estudo de conjunto e do seu processo, bem como a maior preocupação em não ofender êsses invariantes.

Pois bem: o valor de uma economia não reside nas cifras, mas na própria economia. O espírito da finança, que

tende a actualizar a **tradução em vez do traduzido**, o símbolo, em vez do simbolizado, levou o mundo capitalista inteiro às absurdas concretizações do padrão ouro, do crédito bancário falso, da capitalização, da moeda-mercadoria, etc., para cair, finalmente, nessa longa história das especulações, que tantos males trouxeram em muitos países mais avançados, e que, hoje, entre nós, avassala muitas inteligências.

Tratamos da nossa economia não com o espírito do economista, mas com o espírito do financista.

Submetemos a economia à finança, porque consideramos as cifras como concreção do valor real.

Ganhar dinheiro com o dinheiro, sem que esse dinheiro seja tradução de um acto económico, é ser financeiro. Mas a indústria e o comércio vivem, se processam e se desenvolvem apenas através de trocas. É fácil compreender-se que, na troca, há apenas estes elementos: produção, com as trocas imanes de trabalho, capital e natureza, e o Consumo, como fim teleológico e eficaz. A cooperação entre produção e consumo se torna sempre exigente, porque o falseamento ou actualização apenas de um dos aspectos tem sido sempre de terríveis consequências.

Há, assim, um **valor de trabalho**, que está em função da produção, do produzido, e um **valor de produção**, que é determinado pela quantidade ou pela qualidade, ou por ambos juntos, desse trabalho utilizado pela produção.

O consumidor (são todos) não pode ser desprezado nem considerado como elemento autónomo, que trata de si, mas como meta da produção, como finalidade desta, não em sentido individual capitalista, mas em sentido social.

Estimular a produção não é apenas financiá-la. E em breve veremos por que. E embora se considere o consumo como implicado naquela, esquecem-se muitos economis-

tas que há antagonismos entre ambos, muito mais profundos do que os que nos surgem apenas através das oscilações da lei da oferta e procura, que já desdobramos, para que, por sua vez, também não contribua para falsear a realidade.

Costumam os economistas, quanto ao trabalho, virtualizar o aspecto qualitativo para considerar apenas o quantitativo, e facilitar sua medida através do **tempo do trabalho**, unidade de tempo, e as consequentes unidades de produção. Compreender-se que há uma intrínseca luta, um antagonismo entre quantidade e qualidade, impediria todos os erros que são comuns nos estudos sobre o valor dos salários, que fica reduzido apenas à quantidade de produção, que permite ao trabalhador consumir.

Realmente, na troca, o valor do salário é mostrado pelo seu poder de consumo.

O poder de consumo de um povo é igual à sua produção total. E é essa produção, o valor do trabalho de um país.

Mas, nas relações entre trabalho e capital, há uma cifra: preço.

O trabalho, medido pelo tempo, realiza uma produção, recebendo um salário, que é uma cifra.

E essa cifra é o que permite falsear o **valor do trabalho**.

E isso porque essas cifras são **puramente convencionais**, e não são adstritas a nenhuma invariante económica propriamente.

Para manter-se o valor do trabalho, essas cifras precisam ser revistas segundo a produção e seu valor respectivos. Há, assim, um valor cooperacional, que é resultante do equilíbrio dos diversos valores relativos.

O erro do liberalismo econômico foi precisamente não ter considerado esse aspecto cooperacional, por isso anacrônico com a nossa época, que anda mais depressa que os economistas liberais.

A compreensão nítida da cooperação dos valores relativos permitiria um equilíbrio social, sem prejuízo de nenhuma actividade lícita e honesta.

E para tanto, não há necessidade de violar nenhuma invariante econômica, nem forçar a interferência do Estado além dos seus limites benéficos, nem perturbar o desenvolvimento da livre empresa, bastando não falsear a **norma cooperacional dos valores**.

Vejamos, pois, como deveremos proceder.

Dentro da Economia, não deve o homem ser considerado fora de sua realidade histórico-social. Nêle coexistem o colectivo e o individual, e a cooperação entre ambos aspectos, centrífugo um e centrípeto o outro, não podem nem devem deixar de ser considerados como são e como se actualizaram, segundo as circunstâncias. Assim, se o liberalismo permitiu um desenvolvimento desordenado, seria um erro pensar numa liquidação do individualismo, como se observa na maioria das escolas socialistas. Colidem muitas vezes os interesses colectivos com os individuais, mas essa colisão não nos deve levar a pensar na liquidação de um dos antagonismos em benefício do outro.

A luta entre o individual e o colectivo não se observa apenas **entre** os homens, mas **dentro** dos próprios homens, mas ambos podem cooperar. Os erros da economia paleotécnica, que não compreendeu o aspecto cooperacional da sociedade, levou ao agravamento dessa luta, exacerbou-a através de suas experiências mal orientadas, e deu os frutos ácidos de nossa época, como também gerou as ideias rebeldes que vieram favorecer o clima de intranquilidade.

O antagonismo entre ambos nos revela aspectos interessantes que seria longo examinar, e que levam a perspectivas várias quanto às categorias da Economia, com seu conseqüente erro por serem sempre **posições abstractas, por tomarem separadamente pela inteligência o que é separado pela inteligência, e que não se separa na realidade.**

83) Os factores da produção. O trabalho.

Não podemos falar actualmente em prosperidade no Brasil, porque não há, nem individual (salvo as excepções comuns), nem social. Só há prosperidade quando há melhoramento do "standard" de vida que permita aumentar o consumo. Pode dizer-se que o Brasil está num movimento inverso (de retroprosperidade). Considere-se o decrescente de nossa agricultura, com grande redução na produção, ao lado de um aumento crescente no volume demográfico.

A prosperidade só se poderia dar no aumento da produção, mas acompanhada por uma justa partilha dos seus resultados.

A prosperidade no Brasil depende, mais do que se pode calcular, da Técnica. País tropical, o trabalho tem um valor tônico menor que em países de clima temperado. Mas a Técnica é uma conjugação da actividade com a inteligência. Os factos comprovam que o brasileiro tem hábil acomodação e conseqüente assimilação da Técnica, maior que outros povos. Mas qual técnica se impõe?

Não poderá ser nem a eotécnica nem a paleotécnica, como infelizmente ainda perdura, e ainda se estabelece, mas de uma neotécnica tendente à biotécnica, ao trabalho agradável, dado o valor pouco tônico do mesmo entre nós. Tais factos exigem bases: a) inteligência, que temos; b) preparação cultural, que não temos, mas que pode ser compensada pelo grau de adaptação (combinação equilibrada entre acomodação e assimilação, que é típica de nosso povo). Portanto, a tecnização de nossa lavoura e a da pecuária,

não encontram óbices culturais, salvo os históricos, facilmente solucionáveis, dada a plasticidade típica de nosso povo, cuja resistência ao novo é muito menor que a de outros povos. Resta ainda uma dificuldade: a financeira.

Esta merecerá um estudo à parte. Há outro aspecto a considerar: o ético. Nosso trabalhador, em geral, é um **revoltado às vésperas do desespero**. É um sabotador inconsciente. Julga que ao sabotar a produção, sabota o assalariador, quando na realidade sabota apenas a si mesmo. Tal concepção surge de não participar nunca nos proventos quando há aumento de produção (ex.: destruição do produzido, productos deteriorarem-se nas fontes, política de defesa de preços, etc.). **Não tem esperanças em melhorias quando produzir mais**. Se fôsse assegurada ao povo a sua participação no aumento da produção, ressurgiriam, neste ponto, possibilidades imensas, que conjunturados com outras providências, trariam benefícios imediatos.

Um problema nos surge: o abandono dos campos. Este, embora grave, não é desastroso como pode parecer. A indústria, não compensando a falta de braços por máquinas, não cumpre seu papel, e a mutação da mão-de-obra passa a ser, no Brasil, uma calamidade. Não se pode evitar a mutação da mão-de-obra. É uma invariante de qualquer economia das fases da paleo e da neotécnica.

Tem sido um erro considerar o trabalho como uma mercadoria, mas ainda assim se considera. Não podemos, aqui, separar os aspectos, individual e colectivo, que cooperam ou se antagonizam. A aplicação ao trabalho da chamada lei da oferta e da procura (que desdobraremos para dar-lhe seu verdadeiro sentido) tem sido desastroso. A remuneração pode sofrer os efeitos da procura, **não pode, porém, acomodar-se a uma depreciação que surja da oferta**. O trabalhador, na neotécnica, é um cliente, e principal. É do interesse tanto dos empregados como dos empregadores, que não sofra ele uma depreciação por efeito da oferta.

Portanto, o equilíbrio entre o rendimento e o preço do trabalho, em função do poder de compra, não pode reduzir-se.

Erra, assim, o liberalismo económico ao considerar apenas o lado individual do trabalho, como erra o socialismo ao considerar apenas o lado colectivo, e ambos por não considerarem o aspecto cooperacional entre ambos.

Esse equilíbrio exige, portanto, uma **dualidade de salário** (social e individual). A aplicação de normas justas, aqui, exigem um exame sobre o mecanismo dos preços e dos salários, o que, infelizmente, por ora, não pode ser feito. Entretanto, pode dizer-se que a participação dos trabalhadores nos lucros da empresa, poderia ser reestudada para transformação num salário-de-rendimento, com forte recompensa ao esforço individual, estimulante. Também se deve considerar que o salário vital (mínimo) não deve ser um salário de miséria, sob pena de falsear a função neotécnica do trabalhador como cliente, mas tem que sujeitar-se à produção colectiva, segundo as possibilidades económicas do momento, para permitir a prosperidade e não a retroperidade.

Este ponto deve ser estudado em face das profissões e servir de estímulo ao acesso às mesmas (qualificação estimulada), bem como ao salário-família, com retenção proporcional, quando do não cumprimento do dever social.

84) Separando a chamada "lei da oferta" da "lei da procura", temos, com o salário social, uma supressão da primeira, enquanto a segunda poderá actuar em favor do **salário de rendimento**.

Esses pontos, que necessitam estudos especiais, podem ser atendidos dentro dos quadros da ordem vigente, em benefício de todos, em cooperação com os outros aspectos, que passaremos a examinar.

O MOMENTO QUE PASSA

85) Estamos numa economia de paz entre duas guerras. Caso sobrevenha a nova guerra nosso papel tático será dentro da linha de produção, pois pequenas são as nossas possibilidades militares. A anormalidade de uma guerra implica condições econômicas anormais. Nossa economia as tornará fatalmente dirigidas, com a subordinação dos interesses particulares aos interesses colectivos do estado de guerra.

Para tal, teremos que estar com a nossa economia já devidamente esboçada, sob pena de não corresponderem os esforços aos resultados. A economia directamente na mão do Estado é irrealizável, porque é o Estado uma figura abstracta, e tornaria ainda mais abstracta a figura do cliente.

Mas garantido o escoamento da produção e do preço, não apresentaria a acção do Estado nem riscos nem inconvenientes ao productor. Numa economia de paz, quando o liberalismo, pela concorrência, não assegura benefícios sociais, deve êle desaparecer ou subordinar-se aos interesses colectivos.

86) Uma das maiores ilusões dos economistas tem sido a de super-produção. Ora, o homem sempre deseja mais, e cria novas possibilidades de consumo, portanto tende para a *supra*-produção. A super-produção seria a correspondente a um crescimento desproporcional à *supra*-produção. Neste caso, seria ela prejudicial. Mas tal, na realidade, não se deu, nem se dá, nem se dará. O que se tem dado é uma *impossibilidade de consumo*, e tal se verifica pelo não respeito às invariantes da cooperação dos valores.

87) Todas as tentativas de fixação de preços, pelo Estado, representam apenas um remédio empírico e de efeito transitório, e conseqüentemente inoperante, quer se faça

para impedir a baixa dos preços, como para impedir a alta. Aqui, mais uma vez, a não compreensão da cooperação entre o individual e o colectivo leva a tais processos empíricos.

As reacções individuais são provocadas pela lei da oferta e da procura, e não confundidas com as reacções colectivas, provocadas por desequilíbrio monetário ou financeiro.

88) Nossa balança comercial não é sempre deficitária. Se o fôsse, provocaria deflação monetária no interior, portanto já se vê que a chamada inflação no Brasil tem também uma raiz no equilíbrio favorável da balança comercial. Não somos, nem nos convém ser, um país autárquico. Há em nós desequilíbrio qualitativo na importação. Regularizar essa, por compensações através de convênios, é justificável numa autarquia, trazendo suas vantagens, sobretudo entre nações de balança comercial equilibrada ou equilibrável. Vê-se desde logo que o equilíbrio qualitativo da balança comercial brasileira não pode ser descuidado. No entanto, as tentativas feitas até agora para regularizar a importação, por meio de restrições, foram em parte inoperantes.

Aqui neste ponto, será necessária uma acção mais enérgica por parte do Estado.

89) Os teóricos do socialismo pregam a socialização da distribuição do poder de compra. Todas as tentativas, seguindo este rumo, são inoperantes, porque a produção pode criar o poder de compra, quando orientada para um respeito ao equilíbrio cooperacional dos valores. Enquanto o patronato admitir que a sua prosperidade pode fundar-se na miséria das massas, nada se poderá fazer. No entanto, um estudo cuidadoso da economia nos mostraria que os interesses individuais do patronato coincidem muito mais do que pensa com o interesse colectivo das massas. Convém distinguir-se o salário solvável do salário insolvável. Seria solvável o salário incorporado ao preço de ven-

da de um producto destinado ao consumo individual, e **insolvável** um salário que não responda às condições de solvabilidade.

Nossa balança comercial beneficiária, e os benefícios especulativos de certas funções de intermediários, foram os causadores de um aumento exagerado do salário **insolvável** no Brasil. Não temos estatísticas suficientes para nos mostrar quanto é destinado aos trabalhos primários, secundários e terciários no Brasil, mas os dados que nos são oferecidos nos revelam que há um aumento progressivo de salário **insolvável**, o que acarreta um grande "deficit" sobre o salário solvável.

Consumindo os **insolváveis**, productos para os quais não contribuíram, são aquêles parasitários. Nada fazemos no Brasil para embarçar o aumento dos salários **insolváveis**. Ao contrário, tudo favorece seu desenvolvimento. Dessa forma, tudo contribui para diminuir a produção e para aumentar a especulação sobre o produzido. Não nos iludamos: não realizaremos a prosperidade por uma baixa de preços. Esta seria efêmera, pois traria desinteresse na produção, desaparecimento do producto, câmbio negro, necessidade de um exército de fiscais, aumento das despesas públicas, retroperidade final.

Inútil, também, por inoperante, o congelamento de preços. O que se aplicou e deu certo resultado nos Estados Unidos não nos traria benefício algum, nem por um período curtíssimo. Não esqueçamos o carácter de conjunturados preços, que são interligados, e impedem, sob pena de prejuízos laterais, um congelamento. Se teoricamente esta idéia é boa, é irrealizável na prática. Até nos Estados Unidos, que têm outros elementos, em breve, ela dará suas consequências.

Restaria, assim, enfrentar a alta dos preços, a qual é inelutável, mas compensável, desde que haja a aplicação de certas normas convenientes à economia paleotécnica, que

ainda vigora entre nós, a qual deverá ser acompanhada pela hábil aplicação do equilíbrio cooperacional dos valores.

Não podemos deixar de considerar as relações entre o patronato, a classe média, e os assalariados. No caso dos assalariados, obtido um aumento do rendimento horário do trabalho, aumenta o valor do trabalho e diminui o valor da produção. Se o preço do producto estiver em função do preço do trabalho, se este preço permanecer fixo, diminuirá o preço da produção, na mesma proporção que o seu valor, mas se o preço do trabalho aumentar proporcionalmente ao seu valor, o preço da produção permanecerá imutável. Desta forma, os salários devem aumentar na proporção do aumento do rendimento do trabalho productivo.

Se tal fôr obedecido, teremos realizado o primeiro equilíbrio cooperacional dos valores.

Deve o Estado estar preparado para saber dirigir essas cifras, em vez de querer dirigir homens e coisas, o que exige maior burocracia, e, conseqüentemente, feudalização do funcionarismo.

90) Examinemos, agora, no caso brasileiro, o importante tema da moeda. Ainda não se libertou totalmente a economia mundial do mito do padrão-ouro, que queria dar à moeda um valor fixo (como se fôsse dinheiro), numa confusão de valor com preço, pois este pode evoluir em sentido inverso daquele. Sendo o ouro uma mercadoria, considerou-se a moeda mercadoria. Resultado: especulação e aumento de salários **insolváveis**. Sujeita, assim, à lei da oferta e da procura, foi ela levada a rarificar-se com um conseqüente prejuízo da colectividade. Um país de balança comercial beneficiária, como o Brasil, não podia prender-se nas algemas do padrão ouro. A moeda, como símbolo, é também instrumento da troca, — papel acessório — transformado em producto principal por influência da finança, e por esta colocada ao ápice da hierarquia dos valores. O valor real da moeda está no seu poder de com-

pra. Se os preços, cifrados em moeda, obedecerem às invariantes do equilíbrio cooperacional dos valores, a estrutura do sistema econômico está perfeitamente equilibrada.

Um erro consiste em acreditar que a velocidade da circulação monetária engendrassse prosperidade. Na verdade, a aceleração é consequência e não causa da prosperidade, e decorre de um aumento do consumo.

Todo aumento da velocidade da circulação, que não se funda na cooperação entre produção e consumo, traz, como consequência, transformação de um efeito em causa, euforia efêmera, retrosperidade colectiva e, em última análise, inflação.

O equilíbrio de um país exige que o seu potencial monetário faça sempre face às necessidades do potencial de produção. Se este aumentar, deve automaticamente aumentar aquele, ou por uma acção mais rápida ou por um aumento da sua quantidade. O progresso técnico provoca uma diminuição da velocidade da circulação da moeda, desta forma, para não haver desequilíbrio, é necessário o aumento do volume da moeda. Neste caso, ela não é inflacionária.

A verdadeira riqueza é o trabalho e não o dinheiro. Esta afirmativa é teoricamente certa, entretanto não se transformou em prática, mas pode transformar-se em tal. Aqui se ofereceria a necessidade de um estudo todo especial sobre o **padrão trabalho**, mas tal infelizmente não pode ser feito.

A confusão entre moeda e dinheiro é a causa de certos erros graves.

A moeda é poder de compra, e expressa o preço. O dinheiro define o valor da unidade monetária, e é expresso em ouro. E como este aumento de preço se verifica periodicamente, o dinheiro, como ouro, não respeita o equilíbrio cooperacional dos valores. A moeda deve permanecer em

função do trabalho, da produção e do salário, mantendo o valor relativo desses elementos, por isso deve ser ela dirigida para que não ofenda ao equilíbrio dos valores.

91) A inflação monetária não está na quantidade de bilhetes, mas apenas no emprêgo destes. Se a moeda emitida se destinar ao aumento da produção, mas respeitando o equilíbrio cooperacional dos valores, ela é solvável e não é inflacionária. Mas sempre que ela tenda para a criação de salários insolváveis, de qualquer espécie, ou de créditos insolváveis, ela é inflacionária.

A inflação resulta do excedente de poder de compra em relação às possibilidades de consumo.

É vezo, no Brasil, acusar-se o governo de todos os males surgidos no campo da moeda e dos preços. Afirma-se que há alta de preços em consequência da "inflação" da moeda. Diremos que essa "inflação" é uma consequência e não uma causa.

Quando a alta dos preços é provocada por uma alta dos salários solváveis, uma obediência ao equilíbrio cooperacional dos valores, não há carestia de vida. Quando os productos aumentam de preço em relação ao poder de compra dos salários, há **inflação de preço**, e carestia consequente.

No Brasil, há inflação de preços e estes decorrem mais de factores psicológicos histórico-sociais, do que de factores económicos.

O exagerado número de intermediários e a ganância típica do estágio paleotécnico, em que vivemos, levou-nos à inflação de preços.

O governo de Dutra, influído por maus conselheiros económicos, estava convencido de que a inflação era de moeda e não de preços, e tentou a desastrosa política da deflação, na verdade confundida com insuficiência monetária, o

que na realidade se deu. Esta se dá quando o potencial monetário não é suficiente para a manutenção ou desenvolvimento do volume de produção. Freou-se a prosperidade, e não se manteve o volume da produção e ainda drenaram capitais para actividades insolváveis, para a especulação. A deflação é catastrófica e traz vantagens apenas ao detentor da moeda, diminuindo a produção, falseando o equilíbrio cooperacional dos valores. E tal se dá sempre que se deseja, por meio de deflação, reabsorver a inflação. A inflação só pode ser combatida por uma alta de salários com conseqüente respeito ao equilíbrio cooperacional dos valores.

92) A desvalorização monetária decorre apenas de uma balança comercial deficitária, o que não deve dar-se no Brasil. A alta dos preços, aqui, que na verdade é uma inflação de preços, estimulou as importações desnecessárias. O papel do Estado, no controle das importações e exportações, é importantíssimo no nosso caso.

93) Um dos grandes males em nosso país é a capitalização. Tema importante que merece um estudo todo especial do governo. Se a poupança era totalmente aconselhada numa economia paleotécnica, numa economia como a nossa, de transição, ela pode oferecer um perigo, como oferece, sobretudo, através da capitalização, e deve ser controlada. A poupança forma com as suas diversas figuras uma verdadeira conjuntura, que pode perfeitamente ser equilibrada, mas necessitaria de um estudo específico. A desvalorização da moeda, como unidade, arruína a poupança e traz os seus prejuízos pelos excessos contrários.

94) É o crédito uma emissão de moeda escritural e necessária quando aumenta a produção, favorecendo a prosperidade. Ora, no Brasil, o crédito não tende para tanto, mas sobretudo para satisfação de actividades insolváveis. Quando o potencial financeiro da poupança é insuficiente

para financiar a produção, que deve fazer o Estado senão suprir essa deficiência?

E algumas regras têm de ser aproveitadas aqui:

a) crédito do Estado ao que possa desenvolver a prosperidade, às produções que se destinem ao consumo individual (solváveis). (A emissão para fins insolváveis, apenas para cobrir despesas do Estado, para facilitar a especulação, é insolvável, portanto é inflacionária de crédito, e produz os mesmos resultados que a inflação fiduciária).

Tôda emissão de crédito que se destine a actividades solváveis não oferece perigo de inflação.

b) Essa moeda não pode ser retirada da circulação sem provocar deflação monetária;

c) o crédito deve caber ao Estado, devido à sua necessidade colectiva, por meio de um banco de emissão, evitando-se sempre sua aplicação em operações insolváveis.

O crédito, como o temos hoje, produz a inflação do crédito e a inflação dos preços, e não apenas a chamada inflação do Estado, conseqüente a esta.

Em regra: tôda moeda escritural deve ser solvável, do contrário será inflacionária.

O crédito deve servir à produção e ao trabalho, e não êstes ao crédito. A intervenção do Estado, no crédito, pode dar lugar a abusos, não serão, porém, tão grandes e tão calamitosos como os que surgem da acção particular.

Tendo o Estado em mãos o crédito dirigido, a taxa dos salários, o controle da poupança, em certos aspectos o seu emprego, êle assegura o valor da moeda.

O que temos, no Brasil, não é propriamente crédito, e sim, especulação.

E por isso não se pode exigir que os bancos particulares financiem a produção a longo termo. A deflação in-

gênea do governo Dutra facilitou a especulação, a agiotagem, o que aumentou o nível dos salários insolváveis. váveis.

O financiamento ao nosso actual sistema bancário em nada resolveria o nosso problema, senão agravá-lo. Seria um encorajamento à especulação e não uma solução à inflação dos preços vigentes e fatalmente crescentes.

95) O Estado prospera com a nação e retrospira com a nação.

Grandes obras sociais, que aumentam o potencial económico, necessitam de um aumento do potencial monetário.

Buscar um equilíbrio orçamentário pelas cifras é um erro quando êle não realiza o equilíbrio da economia.

A insolvabilidade do Estado não é sempre um mal, e no nosso caso não o seria. Desde que houvesse aumento de produção essa insolvabilidade seria perfeitamente superável. A finalidade do Estado não é resolver suas finanças particulares como um indivíduo, mas servir à nação. Eis aqui a confusão entre o individual e o colectivo. O equilíbrio orçamentário, conveniente ao individual, não o é ao colectivo, quando êsse desequilíbrio tende para aumentar a produção.

A chamada inflação monetária do governo de Getúlio Vargas não foi boa se tomada em sentido individual, mas permitiu uma economia de guerra, e aumento de produção. A inflação de preços, que se verificou então, teve sua causa em factores outros. A inflação monetária posterior impunha-se como consequência. A guerra exigia mercadorias nossas e os preços no exterior estavam em alta. O aumento dos preços no interior era uma resultante natural desse desequilíbrio.

Aqui o que se julga causa foi efeito apenas.

96) A conjuntura dos impostos também merece um estudo especial, que nos é impossível fazer aqui.

Desta forma, preconizamos, para atender às imediatas necessidades brasileiras, as seguintes medidas:

a) derivação dos actuais intermediários-encarecedores, que deverão aplicar suas actividades e capitais em **actividades solváveis**.

b) Para a execução deste ponto, o plano de unir as cooperativas aos sindicatos não é totalmente aconselhável, pelas seguintes razões:

1) as cooperativas são meios de defesa do consumidor e reguladoras de preço. Esta última é a sua mais importante actividade.

2) Os sindicatos são meios de defesa económica do productor e têm como característica uma agressividade natural.

Consequentemente: unir a cooperativa ao sindicato é buscar uma forma híbrida, que malogrou em toda a parte onde foi empregada, e onde não conheceu um malôgro total, não obteve bom êxito.

Ademais, o nosso sistema sindical não ofereceria boa solução para as cooperativas, porque **estas devem estar onde estão os consumidores**.

Os sindicatos podem **aconselhar e apoiar** às cooperativas, e não organizá-las. A acção sindical colide com a defensiva da cooperativa, pelas contradições naturais entre o consumo e a produção, que não poderão cooperar no sindicato, que é uma forma paleotécnica, enquanto a cooperativa é uma penetração na neo e na biotécnica.

A cooperativa tem uma função reguladora de preços. Onde há uma cooperativa, embora seu volume de venda seja imensamente inferior ao do conjunto das firmas comerciais, ela provoca uma baixa dos preços.

Do contrário, a cooperativa tenderia a crescer, e para evitar tal crescimento, o comerciante usa um dos dois processos: ou baixa os preços ou aplica processos de "gangsterismo" para levar a cooperativa ao fechamento. O apoio à cooperativa, da parte do Estado, é o cumprimento do verdadeiro papel do Estado, e o mais importante desempenho d'este papel.

A colectividade é composta de productores e consumidores, mas se nem todos são productores todos são consumidores. O Estado não pode esquecer o seu papel de servidor da colectividade; consequentemente, do consumidor. A cooperativa não liquida com o comércio, não tem esta finalidade própria; seu papel é a de regulador.

Se a cooperativa é uma forma benéfica, outras formas cooperacionais podem ser aplicadas à proporção que se desenvolve o espírito cooperacionista, como, por exemplo: as associações de consumo, (sociedades cooperacionais distributivas), forma semi-capitalista de associação entre distribuidores e consumidores, formas mutualistas, e toda a gama de formas cooperacionais a serem estudadas.

No Brasil, o verdadeiro productor, agrário e industrial, que tem actividades solváveis, participa da maior parte de benefícios, cuja maior parte cai em mãos dos intermediários de actividades insolváveis.

As formas de cooperação não prejudicariam as actividades solváveis. Ao contrário; podem, por uma hábil combinação, tornarem-se benéficas a estas actividades. O financiamento directo da produção, sem considerar o consumo, seria o mesmo erro que financiar o consumo (pela alta de salário, por ex.) sem considerar a produção.

Se financiarmos as cooperativas pelo Estado, por meio de caixas de crédito, mas em forma de créditos sobre os productores, esses créditos não teriam mais efeito inflacionário, desde que ficasse estabelecido um preço de venda do

producto ou do seu fornecimento às cooperativas. Esse preço deverá ser fixado para um período determinado e curto, e deverá corresponder, nas cooperativas de consumo, à média do consumo dos elementos que a compõem. Esse processo seria controlado pelos Departamentos de Assistência ao Cooperativismo, com legislação criminal imediata, cominando penas aos que empregassem tais créditos em actividades outras que as especificadas em lei.

Esta fórmula de financiamento da produção corresponderia a uma percentagem mínima das necessidades. Mas se se considerar o papel eminente que exerceriam as cooperativas no mercado, desde logo se verificaria que essa acção, embora em percentagens baixas, teria um efeito extraordinário. Imaginemos uma cooperativa num bairro em que haja quatro empórios. Imaginemos que esses empórios produzam cada um um milhão de cruzeiros mensais enquanto a cooperativa produziria cem mil cruzeiros. Teríamos assim quatro milhões de cruzeiros para cem mil, ou seja um total de um para quarenta. Pois bem, essa cooperativa levaria, fatalmente, os empórios a reduzir os preços de venda, sob pena destes facilitarem o progresso daquela.

Se forem financiadas as cooperativas de produção agrícola, que entrarem em contacto com cooperativas de consumo, e novas cooperativas de produção, que se instituam dentro destas finalidades, teremos, em pouco tempo, preparado o terreno para entrosar a produção, não só de ordem cooperativa, como também capitalista, com o consumo.

As sociedades de "produção e consumo" (espécies de sociedades cooperacionais) são formas que podem englobar as cooperativas de consumo como também outras semi-capitalistas. Essas formas de cooperação são de fácil fomento, de imediata execução, e de resultados também imediatos.

Um grupo de pequenas experiências, neste plano, traria uma deflação de preços, porque, na realidade, os preços, no Brasil, não correspondem ao seu valor.

No sistema tributário brasileiro é comumente julgado como um impôsto absurdo o chamado de "consumo". Realmente, como êle se faz no Brasil, é absurdo, porque não se respeita o equilíbrio cooperacional dos valores. Mas havendo êste respeito, torna-se êle o mais adequado.

Pelo actual sistema de tributação, as cooperativas não contribuiriam directamente para a manutenção do Estado. Mas desde o momento que essas práticas fôsem empregadas, o Estado poderia obter das cooperativas uma tributação especial. Se o Estado financiar a produção vinculada ao consumo, imediatamente favoreceria o equilíbrio econômico.

Alegam muitos que o aumento da produção no Brasil seria inócuo por falta de armazéns para a conservação dos gêneros. A aplicação de capitais, nesse sector, por parte do Estado, com emissão de moeda, não seria inflacionária.

Outra alegação consiste na falta de transporte. Na verdade, o nosso problema não é de transporte, mas de tráfego. Um levantamento honesto das disponibilidades das nossas estradas de ferro em vagões, que são capciosamente ocultados, provaria desde logo que o nosso problema é de moralização do tráfego. Nessa obra de investigação sobre tais pontos, somos de opinião que o papel que poderia desempenhar aqui o exército seria extraordinário. E tal afirmativa se justifica, pois o exército tem necessidade tática de conhecer perfeitamente, não só as nossas possibilidades de tráfego, como mera potência, mas como actualidade. Se tal fôr feito, conheceria o governo, de imediato, a verdade do que se passa.

No financiamento da produção, deve o Estado dar preferência a toda actividade que tenda à neotecnização e à biotecnização, e criar embaraços ao prosseguimento de obras paleotécnicas.

Quanto à necessidade de armazéns para a guarda da produção, a criação de cooperativas facilitaria a solução

de tal problema, porque estas poderiam coadjuvar com os esforços colectivos na construção de armazéns.

A não confiança na grande capacidade realizadora das massas é uma verdadeira calúnia que se lhes faz. O povo trabalhador tem, quando estimulado, uma capacidade criada dobrada quando coloca nessa mesma actividade um fim e não um meio. Sentindo-se amparado, e tendo um fim em si mesmo, o homem redobra seus esforços. Desde o momento que o trabalhador sinta que o aumento da sua productividade lhe é directamente benéfico, êle redobra sua capacidade.

Não são as cooperativas as únicas formas cooperacionais. As velhas, mas sempre novas experiências do mutualismo, foram esquecidas, em parte, entre nós, pelo desenvolvimento da especulação, que permitiu a muitos e aos mais activos, empreendessem sua actividade em sectores insolváveis. O cooperacionismo, por exemplo, é um gênero que tem, entre suas espécies, o cooperativismo. Êste é um dos meios de cooperação, não o único. E nem tôdas as formas que se possam hoje estudar, entre as muitas já citadas, serão as únicas, porque a experiência humana é rica de novas sugestões.

No caso nacional, nem tôdas as múltiplas formas de cooperação, experimentadas em diversos países, podem coadunar-se com as nossas circunstâncias. Um dos males que podemos salientar, que surgem em todos os que procuram uma solução para os problemas nacionais, consiste em desejar apenas uma solução, única, homogênea, mirífica, milagrosa, capaz de dar cõbro às nossas mais prementes necessidades. Esquecem de considerar concretamente as nossas condições. Esquecem que o Brasil é um país complexo, heterogêneo, que o Brasil é o caboclo, o buriboca, o caipira, o caicara, o gaúcho, o jeca, o sertanejo, o jagunço, como também o português, o italiano, o alemão, o espanhol, o japonês, o sírio, o húngaro, o eslavo, etc. Es-

quecem que temos, de ponta a ponta, as mais primitivas formas de produção da eotécnica e da paleotécnica; costumes diferentes, cosmovisões diferentes, ideais diferentes. Que embora falemos uma única língua, essa unidade é mais formal que de conteúdo, e que somos um povo em formação, pois ainda não há o brasileiro, mas apenas o habitante do Brasil. Nossa economia sofre das consequências do múltiplo das suas técnicas e não pode encontrar soluções únicas, uma solução, uma fórmula salvadora, mas soluções múltiplas, fórmulas múltiplas.

Quem conhece a complexidade de uma cooperativa, os esquemas intelectuais que exigem, além de outros, afectivos, e os superestruturais, como pode compreendê-la, com sua forma específica de actividade, em regiões ainda atrasadas como as que temos pelo nosso interior?

No entanto, o cooperacionismo, graças à multiplicidade de suas formas, oferece múltiplas soluções. Os problemas, que se agitam na Europa sobre a transformação da empresa capitalista, encontram aqui eco apenas em algumas regiões, porque temos empresas, unidades económicas diversas, que exigem soluções adequadas. Além disso, o problema nacional não se cinge apenas aos grandes centros de São Paulo, Rio, Porto Alegre, Bahia, Recife, etc. A solução de uma para outra capital é diferente, como é diferente a que melhor convém ao campo.

Não nos é possível, aqui, oferecer toda a gama de soluções preconizáveis, porque a multiplicidade dos interesses criados e das necessidades conhece graus inimagináveis.

A cooperação genérica do cooperacionismo é própria para qualquer região, embora a da cooperativa, por ser mais específica, exija, concomitantemente, mais especificidade.

Não esqueçamos o "mutirão", o "dar a mão" do brasileiro. Sentimo-nos todos prontos e melhor afeitos, quando chamados a cooperar. A competição não é propriamen-

te da nossa índole. O português coopera com o português, o sírio com o sírio, o alemão com o alemão, o judeu com o judeu.

Entrosar tal capacidade cooperadora numa obra colectiva de cunho nacional não é uma impossibilidade, nem é probabilisticamente difícil.

Há muitas formas possíveis e adequadas às nossas circunstâncias. São elas no entanto, mais complexas quanto à sua justificação.

Urge soluções, sob pena de o país tombar na situação mais caótica de sua história. E esta solução é mais urgente do que se pensa. Há uma crise internacional que se esboça, que não é captável pelos economistas.

Estamos às vésperas de uma catástrofe financeira internacional, que nos avassalará em sua voragem. Forças secretas e poderosas, engenhosamente ocultas, trabalham para êsse desfecho. E essa crise provocará o conflito armado como solução imediata (aparente, no entanto), para contê-la, ou melhor, desviá-la.

Não temos tempo a perder, nem podemos fazer experiências dentro dos velhos esquemas, que já nos mostraram sua inocuidade. Se homens responsáveis pelos destinos económicos não os percebem, é que se deixam arrastar pela visão das velhas fórmulas, prendem-se nas vagas discussões bizantinas de quantitativistas e anti-quantitativistas da inflação e da deflação, etc., sem perceberem o que se está preparando atrás da aparência dos factos. A mobilização do povo brasileiro, numa grande obra cooperacional, seria um chamado empolgante. Todos os brasileiros têm de ser chamados a postos. Trata-se agora de resolver a maior batalha da nossa história. E essa batalha está para ser travada em todos os sectores, porque em todos eles temos focos do inimigo.

96) A preparação do ambiente para uma grande transformação das nossas condições, que se tornarão factores predisponentes de amplas reformas, e de imediata realização é, inegavelmente, o do aumento da produção e a consequente productividade.

Mas, lembremo-nos que produção implica:

- a) trabalho e productividade dêste;
- b) productividade técnica;
- c) financiamento;
- d) consumo, com poder de compra.

Este, finalmente, é o principal. Mas julgam todos que o consumo aumenta seu poder, desde que aumente a produção, devido à distribuição de moeda que êste acarreta. Se realmente a produção coopera para o desenvolvimento do consumo, o esquema que abaixo propomos, inverso, mostrará que poderemos fazer o consumo cooperar com a produção, para uma auto-estimulação mais activa.

Façamos a inversão das implicâncias:

a) Financiamento do consumidor, através de cooperativas e outras formas de cooperação, para a aquisição de productos, financiamento da produção, portanto, indirecto, estimulador e sem falsear o equilíbrio cooperacional dos valores.

(O operário brasileiro, em geral, não tem fé nas cooperativas. Foi, por diversas vezes, enganado em várias experiências para acreditar em outras novas. Além disso, a cooperativa exige capitais, e o nosso trabalhador não tem poupança. E onde esta não existe, é difícil realizar cooperativas. Querer que nossos operários tirem de seu necessário algo para entregar às cooperativas é querer o impossível. Mas há outras soluções).

Há meios de o Estado cooperar no financiamento das cooperativas na proporção do capital subscrito.

b) Consequentemente, há necessidade de melhorar a técnica para atender às necessidades do consumo, o que pode permitir um financiamento específico.

c) Estímulo ao trabalhador, que vê a utilidade colectiva e individual de seu esforço, em **primeiro lugar** por ser consumidor e, em **segundo lugar**, por ser estimulado por um salário de rendimento a ser instituído o mais autonomamente possível entre empregados e empregadores, sobre o aumento de produção e participação também no movimento total da produção.

d) O financiamento das cooperativas de produção também pode ser feito pelas cooperativas de consumo, para fornecimento de mercadorias a curto prazo, isto é, a crédito vinculado.

O financiamento directo das cooperativas de produção deve vincular-se ao fornecimento de gêneros às cooperativas de consumo ou às "Sociedades cooperativas distributivas".

I) Estas se fundariam com inscrição na Junta Comercial e registro do Departamento Nacional de Cooperação (futuro Ministério da Cooperação), constituídas, de um mínimo de membros, com ampla liberdade de entrada de associados e de aumento de capital, com a finalidade de distribuir bens de consumo ao público em geral, com aumento mínimo do custo, a ser regulado e controlado pelo DNC, com leve imposto sobre a venda, para distribuição aos organismos públicos (federal, estadual e municipal).

II) Essas sociedades receberiam bens de consumo das Cooperativas de Produção. Quando financiadas por organismos de crédito, êste teria direito ao redesconto. Não havendo bens a fornecer por parte das cooperativas de produção, receberiam de unidades capitalistas, que fizessem parte das "Associações Cooperacionais de Produção e Consumo", que seriam constituídas de cooperativas, sociedades cooperacionais e empresas capitalistas, dispostas a coope-

rarem para o bem comum. O estatuto de funcionamento dessas Associações será estruturado, obedecendo aos princípios fundamentais do cooperacionismo, mas com plena autonomia no restante.

III) Essas Associações resolveriam a melhor distribuição das produções aos postos de abastecimento organizados pelas cooperativas ou pelas sociedades cooperacionais distributivas, cabendo uma parte das sobras ao fundo da Associação, além de uma contribuição fixa para atender suas despesas de organização.

Decorre daí efeitos de ordem moral, graças à acção operacional, que estimulará relações directas entre empregador e empregado, com o consequente estímulo para a culturalização, organização de obras sociais, com o emprêgo de parte dos proventos cooperacionais. Daria essa obra um entusiasmo ao trabalhador, que sentir-se-ia como constructor de si mesmo, de seu país e de seu futuro.

Quando dos momentos anormais de uma guerra, são compreensíveis e justos todos os sacrifícios. Demos à nossa "Guerra à miséria", à nossa "Batalha pela construção do Brasil", o mesmo esforço, e mais até.

Empenhemo-nos nessa grande guerra, a maior de nossa história, estimulemos a confiança das massas, punamos com energia os que tentem fraudar essas esperanças, e o Brasil terá ingressado numa obra operacional, que será aos olhos dos povos esgotados, e famintos de paz, de todo o mundo, um exemplo maravilhoso do que se pode fazer em bem do trabalho-redenção.

FORMAS COOPERACIONAIS

Este tema merece estudo amplo, exaustivo, dada a riqueza dessas experiências desconhecidas da quase totalidade dos economistas e, sobretudo, dos próprios cooperativistas, com sua inspiração rochdaliana, embora de grande benefício, são as únicas no campo das possibilidades cooperacionais.

No caso brasileiro, dada a índole do nosso povo, e as suas condições, essas experiências, feitas em diversos países, poderiam, aqui, dar frutos extraordinários, se guiadas com o mesmo espírito de cooperação que tiveram em suas origens. É voz quase unânime entre os cooperativistas que o regime cooperativo só pode fundar-se dentro dos quadros rochdalianos. Mas sucede que em países como a Bélgica, em primeiro lugar, a Inglaterra, Canadá, Austrália e França, certas empresas, constituídas sob o apoio dos poderes públicos, são verdadeiras grandes e gigantescas empresas operacionais e penetram até na grande indústria.

Factos e não palavras, nos revelam que os poderes públicos podem associar-se sob forma de sociedade por acções, a fim de criar cooperativas de consumo, tendo, como membros, também, pessoas de direito público.

Vandervelde, em seu "Le Socialisme contre l'État", e Edgard Milhaud, em seu "La Marche au socialisme", apesar de suas posições, acabaram por aceitar a conveniência e operância dessas formas de cooperação.

Com os exemplos que se deram em tais países, pode assegurar-se que, além de uma cooperação privada, pode

haver uma **cooperação pública**, e não apenas no **self-help** rochdaliano. Se as cooperativas são criações de particulares, não é verdade que só possam ser obra exclusiva dessas particulares. O próprio economista Gaétan Pirou, um dos adversários dessas modalidades, ultimamente reconhece sua procedência. E Charles Andler, no "Bulletin de la Société Française de philosophie", com toda a sua autoridade de cooperativista, reconhece que "... um meio termo se intercalou entre o direito público e o direito privado, a ponto de desfazer as fronteiras."

Sabem todos quão deficitárias são as empresas do Estado e tal se dá em toda a parte onde elas existem. No entanto, uma harmônica combinação de interesses através das formas cooperacionais têm evitado tais males, com proventos para todos. Não há necessidade de falar sobre os males das nacionalizações. Basta que se olhe o espetáculo da França, com a produção estatal super-encarecida, e a da Inglaterra, essa ilha de carvão, quando no poder os trabalhistas, acabou por importar carvão para atender suas necessidades. As formas cooperacionais, aplicadas aos serviços públicos, vivem de suas próprias forças, com seus próprios recursos e se algumas tentativas entre nós têm malogrado, deve-se ao facto de não ter-se obedecido aos princípios cooperacionais.

Nas sociedades estatais, não há mais a alma que anima. Têm tudo e mais que as outras, mas lhes falta o espírito fundamental: falta-lhe a paixão cooperacionista. É esse espírito, que leva a diminuir despesas, é a sua autonomia administrativa, comercial e financeira, que a alimenta de entusiasmo e de responsabilidade. É natural que tais sociedades exijam liberdade política. Têm por accionistas consumidores, directos ou indirectos, quer dos productos que fabricam, quer dos serviços que prestam. Têm elas as suas portas abertas a novos membros e dão retornos. Têm assim as características fundamentais das cooperativas, mas se distinguem dessas pelo facto de serem as cooperativas

sociedades de pessoas e as cooperacionais sociedades de pessoas e de capital. Não nega, já o dissemos, o cooperacionismo o valor das cooperativas. Ao contrário, as exalta e as considera sob muitos aspectos superiores, mas os factos, ultimamente verificados na Europa, mostram-nos que novas possibilidades surgem para a actualização da cooperação.

Novas sociedades sob direcção tripartida (consumidores, productores, Estado) podem atender com maior eficiência as necessidades públicas. Vejamos os grandes exemplos já conhecidos: "Le crédit communal de Belgique", "La société Nationale des Chemins de fer vicinaux", "La Société Nationale des Distributions d'Eaux", "La Société Nationale des Habitations et Logements à bon marché", etc., todas na Bélgica.

Na França temos: "La Compagnie nationale du Rhône", "L'Energie électrique de la Moyenne Dordogne" e outras; na Inglaterra, a "Metropolitan Water Board", a organização dos portos de Londres, Liverpool, Melbourne, Sydney, etc., a "London Passenger Transport Board", a famosa BBC de Londres, com suas 190 emissoras, as empresas de electricidade, as grandes companhias modernas de fornecimento de transporte, luz, etc., das cidades reconstruídas na Inglaterra e outras. Os exemplos mais interessantes são os dados pela Bélgica, cujas características, criadas pelo grande Frei Orban, ministro belga, trouxeram novas possibilidades. Um estudo dessas experiências coroadas de êxito nos mostraria que marchamos por um caminho novo, que perfeitamente evita os erros fundamentais dos liberais e dos marxistas, que não compreenderam que **o mecanismo da produção não forma uma integral com o mecanismo da distribuição das rendas**. Só as formas cooperacionais evitam as constantes tomadas de posição, que são frutos apenas de visões unilaterais dos factos económicos, e que ainda perduram nos estudos de economistas, que não procuram ver nada além dos esquemas que traçaram.

Quanto às normas de funcionamento dessas sociedades cooperacionais, como apresentam elas uma gama variada de múltiplas experiências, não é possível, naturalmente, aqui, dar um esboço. Um estudo, que já fizemos sobre as diversas modalidades, em face das experiências deste século até os nossos dias, nos leva a classificar cerca de 40 tipos de sociedades cooperacionais, que se revestem das formas variadas. E essa classificação é obtida considerando-se apenas as invariantes, e virtualizando os aspectos variantes que as tornariam ainda mais diferentes, as quais obedecem às influências locais e as coordenadas de cada função que possui suas peculiaridades.

Oportunamente, quando se torne necessário, faremos uma síntese das características, e procuraremos ver nessas diversas modalidades os aspectos invariantes, isto é, os que se repetem, e que lhes dão o verdadeiro cunho cooperacional.

PARA FINALIZAR

Surge ante os olhos dos amigos desta terra, que é preciso, de uma vez para sempre, acabar-se com essa aventura paleotécnica, que custou tanta desgraça ao nosso povo, que empobreceu o campo e não enriqueceu à miséria de uma das massas mais pobres do mundo. Penetramos em parte já na neotécnica por necessidade, por fatalidade histórica. Não sairemos da situação em que estamos, por nos faltar um acto de vontade, por um grande acto de querer. Essa é a nossa grande impossibilidade e também a nossa vergonha. Somos ainda incapazes de um grande querer colectivo. Deixaremos para trás os negros e sombrios dias da paleotécnica, ou pereceremos definitivamente como nação. Todas as condições históricas e económicas ainda nos permitem tal salto. Basta apenas afastarmos os obstáculos que ainda se

nos opõem. Se os homens responsáveis não o souberam fazer, então as massas desesperadas, encontrarão os recursos sangrentos do desespero!

Tudo nos indica o único caminho a seguir: o da cooperação. Essa palavra está nos lábios de todos os homens. E as grandes realizações cooperacionais no mundo estão realizando uma revolução silenciosa, uma revolução que não é percebida pelos que têm anteparos ante os olhos, uma revolução, a verdadeira revolução social, que combina harmonicamente o individual com o colectivo, uma revolução sem sangue, sem lágrimas e sem desesperos!

AS POSITIVIDADES DOS CICLOS CULTURAIS

98) É mister reconhecer a positividade:

- a) hierática;
- b) aristocrática;
- c) a empresarial utilitária;
- d) a do prestador de serviços.

O homem não pode alcançar a sua tranqüilidade, nem o fortalecimento de si mesmo, se não tiver e não viver essas condições fundamentais:

a) a crença (fé) em algo que o vincule ao superior, à fonte primeira de todas as coisas;

b) sem que tenha esperança nos valores mais altos, e uma fé robusta na sua dignidade e na prática de actos que o enobreçam (valorização do acto virtuoso);

c) sem que realize o domínio das coisas e as disponha em benefício de si mesmo, de modo ordenado técnica e cientificamente (prudência);

d) sem que preste serviços por amor ao bem de seu semelhante (caridade).

99) Só haverá uma sociedade humana bem organizada, onde houver respeito:

- a) ao mais alto, ao primeiro princípio de todas as coisas;
- b) à dignidade do homem como pessoa;
- c) ao conhecimento e à técnica para domínio das coisas;

d) ao que presta serviços a si e aos seus semelhantes.

100) O **kratos político** não pode pertencer, exclusiva ou preponderantemente, a um estamento, porque será inevitável a opressão sobre os outros.

101) Uma sociedade humana, perfeitamente organizada, será aquela que fôr misto de

a) teocracia, pelo respeito de todos aos valores transcendentais;

b) de aristocracia, pela escolha do melhor aos postos superiores;

c) de democracia, pela organização técnica, científica e pela colocação dos capazes nos postos econômicos e técnicos;

d) pelo respeito ao direito do que presta serviço.

Em suma, deverá ser um misto de

teocracia

aristocracia

democracia

socialismo libertário.

102) Para que uma sociedade humana atinja o máximo é mister que o **kratos político** se dissemine a todos (democracia directa).

Uma sociedade humana, para alcançar ao mais alto, deve ser, quanto ao **kratos político**,

pantarquista

ou seja, o poder deve ser **atribuído** a todos, ordenados segundo as suas aptidões.

Numa sociedade dessas:

a) todos são responsáveis;

b) a democracia deve ser directa;

c) a harmonização das funções deve ser feita segundo a normal estabelecida pela totalidade, e não a dada por um estamento;

d) todos devem ocupar cargos de responsabilidade variável, e deverão ser experimentados nos mesmos;

e) impedimento total de todo **carreirismo**;

f) aqueles aos quais são exigidas funções permanentes, como técnicos, cientistas, etc., não se lhes deve de modo algum atribuir o direito de legislar, mas apenas o de proporem normas a serem obedecidas, cuja promulgação deverá ser feita por assembleias, escolhidas desde a base, por um sistema de selecção espontaneamente popular, como o é a democracia directa;

g) a organização política da sociedade deve abranger a todos e deve partir desde a família, cujos delegados deverão representá-la nas assembleias de bairro;

h) as organizações de bairro deverão funcionar por comissões especializadas, segundo os ramos da administração e dos vários campos de estudo. Assim, deverá haver comissões económicas, sob os diversos aspectos, científicas, grupos de estudiosos de todos os problemas que deverão apresentar as suas sugestões às assembleias de bairro, nas quais tomarão parte e as quais, depois de devidamente esclarecidas, deverão julgar da oportunidade das mesmas e aprová-las ou reprová-las;

i) o deliberado será apresentado por meio de delegados a essas assembleias maiores, seguindo-se, assim, o mesmo caminho até à função federal;

j) nenhum delegado deverá ser nomeado para mais de duas assembleias, a fim de evitar-se o carreirismo político, e nenhum perceberá nada mais do que ganha em sua função social, além de uma ajuda de custas quanto à viagem e estada.

k) Os poderes deverão ser harmónicamente dispostos;

a) o **técnico**, ao qual cabe a formulação de planificações técnicas, no qual se acham os delegados escolhidos, através da selecção técnica desde os bairros ou pequenas colectividades, bem como pelas organizações de classes respectivas.

b) O **científico**, formado de delegados escolhidos do mesmo modo.

c) O **económico**, formado de delegados também do mesmo modo escolhido.

d) O **judiciário**, com delegados confirmados por eleição directa por seus pares, e vitalícios.

e) O **legislativo**, com delegados apenas eleitos pelo voto popular.

f) O **executivo** indirecto, será constituído por um conselho de homens de comprovada estatura moral, cuja presidência será provisória, de modo que todos passem pela mesma. Seus membros serão vitalícios, e não poderão ter idade inferior a 60 nem superior a 80 anos. Serão substituídos por selecção realizada desde os grupos fundamentais.

Os poderes técnicos, científico e económico poderão propor normas e leis, que serão aprovadas pelo legislativo e postas em vigor pelo executivo. Ao judiciário caberá as mesmas funções que se observam em todo o mundo.

103) Uma organização social pantarquista será para muitos impossível de ser alcançada, porque os interesses criados obstaculizam um evento dessa espécie. Sem dúvida que sabemos que é assim. Mas sabemos, também, que não sendo assim, o homem viverá sempre os mesmos ciclos, as mesmas odisséias, as mesmas contingências. Ou faremos a História, ou seremos feitos por ela. Cabe-nos escolher. Os que julgam que é impossível, que encolham os ombros e se afastem. Os que desejam combater pelo que é possível de realizar, e de certo modo já se realizou em países de maior progresso, como a Suíça, a Suécia, a Noruega,

etc., que não desanimem e ponham-se em luta. O imprevisto também acontece na História, apesar daqueles que, acovardados, não desejam lutar pelo melhor.

Muitos desfalecerão nessa luta, sem dúvida, como muitos, apesar das dificuldades, prosseguirão lutando. Não importa. O principal é saber-se que há homens que não trepidam em lutar por uma superação humana.

O seu esforço será o maior título de glória às gerações futuras. E temos certeza disso, pela simples razão seguinte: seguindo o rumo que ora percorremos, chegaremos, inevitavelmente, à mais destructiva das guerras, e talvez ao fim da humanidade. Se queremos evitar essa destruição, devemos lutar por essa superação.

Não precisamos convocar ninguém. Cada um, dentro de si, que examine e escolha o caminho que desejar seguir.

AS QUATRO VERDADES

104) Impõe-se a concreção dessas quatro verdades, depois de afastarmos tudo quanto elas têm de vicioso e de falso.

Sabemos que é difícil realizar essa concreção na prática, mas o caminho estará aplainado no momento que as realizemos, primeiramente, dentro de nós. Quando tenhamos compreendido que há uma verdade teocrática, uma aristocrática, uma empresarial e uma dos servidores, e que, da sua concreção, podemos estabelecer uma sociedade em permanente dinamismo, em que podemos realizar uma **revolução permanente**, no sentido mais positivo que podem ter essas palavras, estamos iniciando os primeiros passos para uma ressurreição. Não se trata de realizar um retôrno, mas de reunir simultâneamente o que se dá sucessivamente, e realizar a sucessão do que perdura na simultaneidade, porque a perduração finita é sempre a duração sucessiva de uma simultaneidade.

Se conrecionarmos o que há de positivo, alcançaremos a concreção das positivities. Então compreenderemos que não podemos deixar que permaneça separado o que nossa mente apenas isolou para a análise, e que não é mais possível iludirmo-nos com as abstracções que criam abismos.

Não podemos mais admitir que, quanto ao Estado, como a sociedade politicamente organizada, proclamem:

nós, os aristocratas, somos o Estado;

nós, os teocratas, somos o Estado;

nós, os empresários utilitários e realizadores econômicos, somos o Estado;

nós, os servidores, por intermédio de nossos guias, somos o Estado.

Mas, sim,

Todos nós somos o Estado.

O Estado é a reunião de todos nós, homens responsáveis, servidores do bem público, constructores do bem econômico, edificadores da dignidade e da superação humanas, que erguemos nossos olhos para a fonte suprema de todas as coisas, e possamos, então, dizer:

“Origem das origens, nós que de ti descendemos, a ti volvemos, levando a oferenda de nossa vida, a realização de nossas obras, todos unidos na boa vontade que constrói, com a paz em nossos corações e em nossas cidades e em nossos campo, cônscios de têmos cumprido nosso dever de homeni!”

É mister fazer a colheita das positivities. E há essa colheita, porque não podemos nos furtar a considerar a objectividade dos estamentos sociais, que possuem a sua fundamentalidade justa e segura.

Queremos fugir de tudo quanto secciona, parte, divide, separa abissalmente, do que estabelece diástemas não ultrapassáveis. Não há rupturas no ser, e o abismo é um equívoco, que nasce apenas na mente do que secciona, não na realidade das coisas. Estamos sempre mais próximos do que de nós se separa, e muito mais do que julgamos.

Devemos afastar de nós os **ismos**, sempre sinais de abstractismo vicioso.

Assim queremos o sentido da teocracia, o domínio das idéias superiores e transcendentais, não, porém, do **teocratismo**, do domínio que separa, que afasta, que cria diástemas insondáveis.

Queremos o princípio aristocrático, um amor do homem aos seus altos valores, à sua dignidade, à sua nobreza, não ao **aristocratismo**, que abre separações, e que termina por não realizar gestos dignos.

Queremos uma visão utilitária, de conquista do melhor bem-estar possível ao homem, sem cair no vício do **utilitarismo**, que a tudo dá um preço e transforma todos os bens em bens de mercado.

Queremos o amor e a honra de bem servir aos nossos semelhantes, não o **servilismo** que humilha e deprime. Queremos sentir a responsabilidade, que nos cabe, de contribuir ao bem social com o nosso esforço, realizando e produzindo bens que satisfaçam todas as necessidades de todos, não porém o **escravagismo**, a opressão, a incompreensão do que é justo receber em paga e da paga justa.

Queremos, em suma, unir as positivities, e afastar as deficiências. Há em todos os campos uma verdade, que deve ser exaltada, venerada e cumprida, como uma falsidade, que deve ser afastada e desprezada.

105) Demonstramos, de modo claro e definitivo, que os diversos estamentos exercem regimes de opressão, e de exploração, segundo diversos graus, sobre os estamentos inferiores, e obstaculizam o pleno desenvolvimento da criação e da capacidade humana. Mas, também, revelamos a causa desses desmandos e desses vícios: **o poder, o kratos político**.

Onde se instala o poder, atribuído a poucos, a maioria é oprimida, e só participam dos benefícios os usufrutuários do poder.

Nada tem manchado a História de páginas mais negras e de momentos mais trágicos e hediondos, que o **monopólio do poder**, a onipotência de alguns separados do conjunto da colectividade humana.

O monopólio de poder tem sido a causa, a força motriz, que tem impedido a união dos homens pelo amor, e os tem afastado pelo ódio.

O poder não pode pertencer a uns, mas a todos.

O Estado somos todos nós. Marchamos e devemos marchar para a pantarquia, para todo poder a todos.

O poder de todos, por todos pelo bem de todos.

Nada de representantes, mas delegados com funções delimitadas rigidamente, e móveis, constantemente móveis, contra todo carreirismo político, contra toda habitualidade do poder, corruptor de consciências.

Dêsse modo, afastaremos para sempre o perigo dos demagogos, dos cesariocratas. Quando um canalha vir ao povo e lhe disser que **precisa de todo o poder** para realizar o bem do povo, **esmagai o canalha!**

Ninguém, nem nenhum partido, dêsse que **partem** a sociedade, que **seccionam** as consciências, que afastam os homens uns dos outros, tem o direito a todo o poder. **O poder é de todos nós.**

Abramos as portas ao mérito, desde os simples núcleos de bairro. Que os verdadeiros valores possam erguer-se pela sua actuação, pela sua competência comprovada, sem necessidade da publicidade desenfreada, nem do apoio dos poderosos.

Quem pode admitir que um homem de dignidade vá para o meio das multidões para incensá-las, para bafejá-las de elogios, para atirar-lhes epítetos cheios de adulação, que estão nos lábios e não no cérebro e muito menos nos corações, para poder assumir postos de mando?

Abramos as portas aos homens dignos, permitamos que os mais nobres e mais justos possam prestar serviços ao bem público, sem necessidade de se humilharem na adulação das massas de eleitores.

Só a pantarquia, a democracia directa, poderá unir as consciências, evitar o viciamento do poder, afastar os ambiciosos, e revelar os melhores para as melhores funções.

A democracia directa é uma prática já comprovada em povos de alta cultura. Já mostrou quantos frutos benéficos pode dar, e como é fácil afastar os ambiciosos, os torpes, os patifes, os ladrões encasacados, os incompetentes, os débeis, cuja única inteligência é a astúcia.

É esse o único caminho que pode realizar plenamente o que de mais positivo tem o homem. Tudo o mais tem sido apenas brutalidade e sórdida mentira.

105) Lutemos, assim, por estes princípios básicos, fundamentais de nossa cultura, que poderão assegurar a plenitude constante do homem, a verdadeira revolução, a da humanidade, a **revolução permanente da ascensão humana:**

1) A transcendência do pensamento cristão.

2) A moral cristã sem os excessos da virtude viciosa, como bem mostrava Tomás de Aquino.

3) Amar o Ser Supremo acima de todas as coisas, porque está êle acima de todas as coisas, e aos nossos semelhantes como a nós mesmos, realizando o apoio-mútuo, a cooperação de todos em benefício de cada um e de todos.

4) A Liberdade plena de manifestação de todas as idéias que levem o homem ao mais alto, e tornem-no mais pujante, com o respeito ao direito de todos. E sobretudo permitir que as idéias positivas possam ter as mesmas condições e facilidades de veiculação como as têm as más e destructivas.

5) Valorização do que dignifica o homem, e luta contra tudo quanto explore a sua fraqueza moral, a sua morbi-
dez, a sua concuspcência.

6) Nobreza nas atitudes, nos gestos, nas palavras, no modo de proceder.

7) Lutar pelo bem estar em benefício de todos, iniciando-se pela luta enérgica contra a miséria e a ignorância.

8) Honrar a prestação de serviços e a retribuição justa, e o dever de todos de trabalhar pelo bem social.

9) Dar a toda riqueza uma função social, evitando que alguns enriqueçam à custa das carências alheias.

10) Dar responsabilidade a todos em benefício de todos, e que todos participem da actividade pública.

Este é o bom combate.

Para êle, convoquemos todos os bons guerreiros de um ideal humano superior.

A SUBLIMAÇÃO DAS POLARIDADES INEVITÁVEIS

A proporção que os fundamentos teocráticos sofrem as deformações que decorrem da acção corruptiva dos aristocratas, dos empresários utilitários e, sobretudo, dos cesariocratas, dos estatólatras impenitentes, a confusão nas idéias cresce na sociedade em questão.

Há sempre, no homem, uma grande opposição entre a sua sensibilidade e afectividade, de origem mais animais, e a intelectualidade que nêle se desenvolve aos poucos, a ponto de dar-lhe a ciência, o saber culto. São observáveis os seguintes aspectos:

a) o homem, considerado em sua formação biológica, é um animal, mas possuidor de uma intelectualidade, pela qual estruturou um pensamento culto, a ciência, a demonstração;

b) há manifestações inequívocas de um ímpeto para ascender na escala animal, pela incorporação definitiva na humanidade, e ímpetos de retorno às raízes animais, à sensibilidade, através da afectividade;

c) êsses retornos acompanham constantemente a vida humana, e tomam maior vulto em certos estágios do ciclo cultural. Têm sempre seus cultores, como se vê precisamente no movimento romântico, no ocidente e (em todos os movimentos análogos).

Pela delineação que acima fizemos, podemos estabelecer uma série de comentários oportunos, pois não só nos favorecem a melhor compreensão dos factos históricos co-

mo sobretudo nos auxiliam a ter uma visão mais nítida do momento que vivemos.

Podemos, assim, estabelecer algumas propriedades de cada aspecto extremo: o extremo animal e o extremo humano de sua influência na actividade e na criação humana.

EXTREMO ANIMAL

Valorização da sensibilidade e da afectividade.

Valorização dos instintos já perdidos, mas julgados recuperáveis.

Valorização da sem-razão, como vemos nos românticos, nos irracionaisistas, intuitivistas, etc.

Valorização da incoerência.

Valorização exclusiva da realidade, do nexos dos entes reais entre si, sem valorização dos nexos ideais.

Valorização da criação espontânea, da catharsis estética, do ímpeto criador.

Não é ao belo que se procura, mas à expressão com beleza, emotiva.

Valorização das emoções, das paixões, do *Pathos*.

ROMANTICISMO

A fidelidade a si mesmo é correspondente sempre aos impulsos à proporção que surgem.

EXTREMO HUMANO

A sensibilidade e a afectividade, embora de valor vital, são apenas pontos de partida para o conhecimento.

Os instintos são irrecuperáveis, e o homem tem de ascender, seguindo os rumos que lhe dão a inteligência e, sobretudo, a razão, rectamente conduzida.

Valorização da coerência, do nexos formal que há entre os factos; ou seja, valorização da idealidade da realidade.

Valorização dos nexos ideais.

Valorização da criação estética, conduzida pela intelectualidade.

A catharsis deve ser despojada dos excessos monstruosos, e atingir ao belo.

Valorização da Razão, da Vontade dominadora das paixões e das emoções; em suma, do *Logos*.

CLASSICISMO

A fidelidade a si mesmo consiste no conhecer-se a si mesmo, no perscrutar seus ímpetos, e saber como dirigi-los para a própria elevação.

Valorização do acto animal, sensível, das reacções da sensibilidade.

Nossa afectividade é valorizada ou não dos factos.

O oculto, o místico, o simbólico, o híbrido exaltam, estimulam a imaginação.

Opina-se aqui...

A felicidade humana alcança-se na fusão cósmico-animal.

A verdade é alcançada apenas pela experiência. Surge ela da captação imediata, intuitiva.

Valorização da *doxa*.

Nós somos o que somos.

A conquista da humanidade está em não falseá-la em suas origens.

Dionisismo.

O gênio é o criador espontâneo, e apenas isso.

A verdade expressa-se em beleza.

Devemos retornar às nossas origens genéricas.

O homem alcança o mais alto através de vivências afectivas e sensíveis.

Fusão (*yoga*) ou submissão (*islam*).

Valorização do acto humano e sua vitória sobre as emoções que a viciam.

Só a intelectualidade é capaz de apreciar justamente os valores.

Estimulam eles a mente na busca das razões ocultas, das causas desconhecidas, na formulação dos nexos.

Demonstra-se aqui...

A felicidade humana obtém-se pela tranqüilidade da mente ao alcançar a verdade.

A verdade é alcançada, partindo-se da experiência, mas obtida pela adequação dos conteúdos noemáticos aos factos.

Valorização da *episteme*.

Nós somos o que nós podemos fazer de nós.

A conquista da humanidade está em alcançarmos a sua superação pelo acto genuinamente humano.

Apolinismo.

O gênio é o criador, atendido e estimulado pelo trabalho perseverante e pela paciência sem fim.

A beleza expressa-se em verdade.

Devemos retornar às nossas origens transcendentais, através não do gênero (animalidade), mas da espécie (humanidade), pela racionalidade.

O mais alto é alcançado através de vivências intelectuais.

Separação, distinção. O cosmos é um espetáculo, que o homem supera.

Imediatismo.

O homem só se liberta pelo domínio das coisas.

A verdade é apenas a material.

Há beleza até no repugnante, no horrível.

A beleza está também na sensibilidade.

A verdade religiosa alcança-se pela fusão, pela ascese mística, pela estética do símbolo.

O aristocratismo está no *pathos*, no sentir distintamente a obrigação moral.

O cumprimento do dever é um ímpeto natural.

A virtude é emergente apenas.

Os homens nascem uns para conquistar o domínio. A vocação é tudo.

Somos o producto dos acontecimentos e das nossas circunstâncias.

Já nascemos feitos.

O guia popular é a expressão da vontade colectiva.

O santo expressa a sua tendência.

O líder é o que se põe à frente da massa, que nele vê a expressão do seu querer.

A vontade é a expressão de um ímpeto do querer.

Mediatismo.

O homem só se liberta pelo conhecimento que lhe dará o domínio pleno das coisas.

A verdade é a lógica, a ontológica.

Só há beleza no repugnante e no horrível, quando expressam a verdade ontológica.

Na sensibilidade não há beleza, mas apenas agradabilidade.

A verdade religiosa alcança-se pela visão transcendental, pela estética do simbolizado.

O aristocratismo está na consciência do laço livremente escolhido.

O cumprimento do dever decorre da consciência da obrigação.

A virtude é o producto de uma escolha dirigida habitualmente.

Os homens se fazem e podem dar a si mesmos uma direcção.

Somos capazes de dirigir nosso destino e desviarmo-nos das contingências circunstanciais.

Nós construímos a nós mesmos.

O guia (líder) popular é o que dá ao povo um ideal e uma meta.

O santo é o vitorioso sobre si mesmo.

O líder é aquêle que desperta na massa um novo querer, novos objectivos, e a orienta à conquista do desejado.

A vontade é a apetência ao bem.

A capacidade inteligível aflora da emergência.

O amor é espontâneo e irracional.

A inteligência é estimulada pelos seus objectos.

A beatitude alcança-se na fusão no Ser.

A capacidade inteligível é, sobretudo, o producto de uma longa aprendizagem e de uma cuidadosa selecção.

O amor é também um longo trabalho do querer.

A inteligência é e deve ser vigilante.

A beatitude obtém-se pela libertação de toda limitação.

Não é difícil, desde logo, que cada um sinta que participa de ambos extremos, e que alguns se sintam mais simpateticamente ligados a um que a outro. Mas, também, não será difícil compreender que assiste muito de verdade, tanto a um como a outro. E levada avante essa apreciação, logo se verificaria que ambos extremos têm muito de verdadeiro em suas afirmações, mas que pecam ao excluir ou ao desvalorizar as possibilidades do outro extremo. Uma visão concreta dos extremos seria, pois, a mais saía, e também a mais justa e a mais verdadeira, porque a posição concreta é a que concreciona positivamente em torno de razões; ou seja, toma o nexo de realidade entre as experiências e as liga ao nexo de idealidade, que há entre as razões (*eide*) que nos permitem compreender os factos.

Mas, o ser humano, historicamente, tem sido mais um fruto da paixão que da razão, é mais impulsionado pelas suas tendências simpatéticas e antipatéticas do que pela apreciação justa de quem consegue estar acima de seus ímpetos mais profundos.

Se passarmos os olhos pelos períodos e fases de todo ciclo cultural, veremos patentemente o constante choque dessas polarizações e das estratificações que elas realizam no homem. Há sempre duas maneiras fundamentais de considerar o homem, o cosmos e a História, que se opõem, que se obstinam, e que se refutam, uma com a eloquência do *Pathos*, a outra com a eloquência do *Logos*.

Uma usa a força da persuasão através da sedução dos argumentos afectivos, a outra a persuasão através do rigor dos argumentos lógicos.

A primeira influi nas mentes tendentemente estéticas, a outra nas mentes tendentemente racionais.

Há sempre, assim, na História, o entrechoque entre o dionisiaco da primeira contra o apolíneo da segunda, e a predominância de uma sobre a outra é apenas passageira, porque a alternância é constante, com seus fluxos e refluxos.

No entanto, o homem é esses extremos, e os vive, com eles **convive**. E em cada um há, também, a alternância dessas polarizações, num entrechoque criador, porque há sempre, no que o homem faz e realiza, o testemunho das suas duas raízes opostas. Assim, na abadia de Cluny, há a expressão do apolíneo na regularidade de suas linhas, mas há o **pathos** do hieratismo aristocrático na expressão da sua agressividade e da sua combatividade.

Em Notre Dame de Paris, para muitos, há a expressão vigilante da racionalidade, mas esquecem de ver a simbólica de uma afectividade e os ímpetos da imaginação, nas quimeras que expressam, desde o temor ao terror pânico, desde o belo ao horrível.

Temos que partir de algumas evidências, que não devem ser esquecidas:

1) é impossível ao homem o retorno à animalidade. Ademais, esta não lhe poderia trazer nenhum benefício. Tendo perdido os instintos principais, adormecidos ou não, as conquistas que o homem já realizou impedem-lhe que retorne pelo caminho do gênero.

2) A Técnica e a Ciência abriram ao homem novos caminhos, e a sua superação tem de seguir o roteiro da humanidade.

3) O acto humano é escalarmente alcançável, como já demonstramos, e a vigilância é o ponto de partida para as suas novas vitórias.

Conseqüentemente, fundando-nos na **realidade humana**, que é concreta, qualquer das duas polaridades extremam-se exageradamente. A posição humana mais consentânea com essa realidade é a consciência da conservação do que é dionisiaco em nós e do que é apolíneo; ou seja: a vitória do homem só pode realizar-se pela conquista constante do acto humano purificado de suas peias. As raízes genéricas oferecem os elementos experimentais, mas a intelectualidade terá de despojá-las das valorizações afectivas para alcançar uma plenitude capaz de dar um nexo de idealidade à realidade. O homem tem de afirmar-se pelo **Logos**, fundando-se no **Pathos**. Em suma, o **Logos** não é a exclusão do **Pathos**, mas a concreção deste que lhe dá os fundamentos reais, enquanto aquele capta os fundamentos (conexões) ideais.

É impossível o retorno e, ademais, seria uma capitulação, uma demissão da humanidade. A perfectibilidade da intelectualidade é evidente e representa um lance mais elevado no roteiro da evolução cósmica. Ademais, esta não implica na anulação da outra, mas um estágio mais elevado, porque permite a captação da realidade (como nexo das coisas reais), e da idealidade (como nexo das coisas ideais), e permite a concreção da idealidade da realidade e da realidade da idealidade, que consistiriam, pois, no nexo ideal das coisas reais, e no nexo real das coisas ideais.

A vitória humana só pode caber, agora, à filosofia concreta, e só ela pode oferecer ao homem um caminho de superação. São inúteis e fadadas ao erro e ao malôgro todas as tentativas contrárias.

Como há em todas as épocas humanas a presença de valorizações, tanto de um pólo como de outro, podemos, em

nossa época, visualizar, cuidadosamente, o que há de acen-
tuações de um lado e outro, para que encontremos soluções
que nos sejam realmente benéficas.

Sem dúvida, nossa época, devido à grande sementeira
de idéias falsas e prejudiciais, que avassalaram a filosofia
moderna, que perdeu o seu contacto genuinamente apolí-
neo, transformando-se apenas num vicioso especular em
tôrno dos dois pólos extremos, podemos desde logo notar
a presença persistente de inúmeras atitudes falsas e con-
trárias ao interesse humano e, pervertidoras, acarretando
graves conseqüências.

Vejamos, primeiramente, alguns exemplos: É muito
mais fácil pensar incoerentemente que coerentemente. Para
a primeira maneira de pensar basta apenas expressar sim-
pateticamente o que é sentido. A coerência é apresentada
como algo duvidoso, suspeito, inconveniente. Manter-se
dentro de uma visão concreta de onticidade, de ontologicidade
e de logicidade é mais difícil, que manter-se num pen-
samento vário, contraditório, incongruente.

Inegavelmente, é impossível retornarmos à animalida-
de, mas também é difícil alcançarmos a plenitude do acto
humano. Como estamos no meio do caminho, vivemos a
intranqüilidade que os dois extremos actualizam dentro de
nós, e nos é fácil compreender as razões de nossa inquieta-
ção, de nossa angústia, de nosso balancear e também do
desespêro, que se apossa de mentes mais fracas e em geral
deficitárias.

O homem moderno está, sem dúvida, desafiado. É
êsse desafio provocará uma resposta, que será a aceitação
do combate ou a fuga precipitada. Contudo, a fuga só po-
derá dar-se por uma demissão da humanidade. Não há
mais recursos dentro de nós para volvermos às cavernas,
às selvas, ao primitivismo. Necessitaríamos destruir tudo

quanto a Técnica, a Ciência e a Filosofia positiva construí-
ram. Talvez em muitos ímpetos de desagregação que hoje
se manifestam, e até no poder humano de desintegrar as
coisas, esteja um testemunho simbólico de seu desejo de
rompimento de uma unidade, que não apetece. Mas, há,
por sua vez, um desejo de integração, de superação das
meras agregações, um desejo de realizar uma unidade, que
transcenda aos elementos componentes, um ímpeto para
alcançar uma nova tensão superadora, uma unidade de sim-
plicidade nova.

Mas êsse desafio não é só feito ao homem como colec-
tividade, mas a cada um de nós como indivíduo. E tere-
mos, quer queiramos ou não, de tomar uma posição. Será
impossível permanecer na indiferença, porque onde entra a
vontade não há indiferenças.

Alguns não quererão tomar consciência do desafio.
Outros, acovardados ante êle, entregar-se-ão a um nihilismo
passivo negativo, e passarão como exemplos da covardia
humana. Outros, porém, erguerão o peito, e reunirão suas
fôrças para aceitar o combate.

Nós queremos nos dirigir a êstes, e apenas a êstes, aos
que não se acovardam, aos que não desfalecem, aos que
sentem crescer em si mesmos o orgulho de serem desafiados
para o mais ingente dos combates, aos que não temem os
golpes do provocador.

Os que se abismam, impotentes e acovardados, ante o
temor do combate, que se afastem de nós, que passem para
o outro lado, que se deixem arrastar pela corrente como fô-
lhas sôltas ao sabor das fôrças desencadeadas. Os que de-
sejam combater pela superação humana, que sigam ao
nosso lado, que conosco se unam para o combate, e que
tenham a certeza de que lutarão pelo homem, mas pelo ho-
mem que afirma a si mesmo naquilo que deve ser seu ga-
lardão de honra, a racionalidade superior, a racionalidade
concreta.

Será esta que lhe permitirá, no estudo da História, visualizar os meios de vencer as contingências que surgem aos olhos de muitos como uma necessidade imprescriptível, e que desejam convencer-nos de que seremos apenas, e sempre, o producto dos acontecimentos.

Conhecendo, como o fizemos, o que gera os acontecimentos e sabendo que dispomos de meios para desviar os óbices e dirigir a nós mesmos, estamos já aptos a realizar a grande e a maior façanha do homem: a conquista da sua liberdade, que será o poder capaz de forjar o seu destino com as próprias mãos num acto de vontade, num acto plenamente humano.

A GRANDE DECISÃO

A cosmovisão da época hierática afirma sempre a transcendentalidade, a nossa ligação a um ser supernatural, do qual proviemos. Diz-se supernatural ao que ultrapassa a natureza das coisas contingentes e limitadas. Ora, o Ser Primeiro e Supremo não pode ser um ente limitado por outro, pois do contrário afirmaríamos o dualismo de dois seres primeiros e fontes de todos os outros, o que leva a absurdos insuplantáveis. É verdade que a cultura persa deixou transparecer nos conceitos de Ormuzd e Ahriman, um dualismo principal, contudo, não iremos, aqui, discutir este ponto, mas apenas o que diz respeito à nossa cultura ocidental, em que Deus UM é a fonte primeira e única de todos os entes, pois a Trindade cristã apenas afirma os três papéis supremos da Divindade, e não propriamente três deuses.

A Religião realiza o religamento do homem ao Criador; ou seja, graças ao acto humano, ao conhecimento ou à fé, o homem torna-se a ligar com a fonte de sua existência e de tudo quanto compõe o seu mundo. A Religião é, assim, a aceitação de um princípio sobrenatural, acima da natureza das coisas finitas e contingentes, porque a natureza desse Ser Supremo não é contingente, mas necessária, pois sem ele nada poderia ter uma razão de ser, e é ele a razão primeira de tudo quanto é, e, como é simples, pois não é composto de outros seres, sua natureza é de máxima sim-

plicidade e de máxima potência, o que ultrapassa a natureza das coisas finitas, compostas e limitadas. É, assim, uma super-natureza, se é sobrenatural, capaz de realizar o que nenhum ser natural finito é capaz de fazer, porque cada um realiza dentro dos limites da sua natureza limitada, enquanto ele realiza segundo a sua natureza infinita. Por isso, ele pode realizar o que ultrapassa a natureza de uma coisa. E se nas coisas houver uma perfeição, que ultrapasse a sua natureza, ela deve ter vindo do ser primeiro, porque, do contrário, teria vindo do nada, o que é absurdo.

O fundamento filosófico da cosmovisão de nossa cultura é este. Contudo, há os que não podem alcançá-lo, que se deixam arrastar pela dúvida, pela descrença, ou que, condenados a permanecer na ignorância, não são capazes, por fraqueza mental, de atingi-lo. A dúvida os assalta, a descrença os abisma, a ignorância os aniquila. Nenhuma filosofia de descrença conseguiu resolver qualquer problema filosófico e, aporéticamente, ela cria maiores dificuldades teóricas. Podemos, sem dúvida, julgar do valor de uma filosofia pela quantidade de aporias que ela apresenta. A melhor maneira de filosofar é aquela que menos dificuldade oferece. Mas tal não se consegue pelo primarismo de uma causa única, que explica tudo sem explicar devidamente nada. É tão ridículo explicar tudo, dizendo que "Deus quis", que "Deus fez", como dizendo "são coisas da natureza", "caprichos da natureza", "manifestações da matéria", "productos da energia", "realizações do élan vital", "projectões da estrutura econômica", "projectões dos complexos", etc., quando a heterogeneidade dos factos exige uma heterogeneidade de causas, de factores, de condições. Explicar não é reduzir a uma solução só, mas analisar a causas, que cooperam para determinar um evento. A solução fácil peca por abstractismo e por primarismo, porque não basta dizer que tudo quanto acontece na História foi a manifestação da "vontade de Deus", porque se realmente nada há sem a cooperação fundamental do Ser Primeiro e Supremo,

os factos heterogêneos, que sucedem, são productos próximos de inúmeras causas, de diversos factores, de muitas condições, que cooperam para que sucedam.

Nada conseguiu de melhor o homem ocidental, a desligar-se da Fonte da Vida. Não obteve nada de melhor com a descrença. Abismando-se na descrença, não pode nela conter-se, porque se tornou todo angústia, desespero, náusea, mágoa, nostalgia. Basta olharmos o espectáculo dos descrentes, suas palavras, suas queixas, seu desespero, sua intranquilidade, sua morbidez, sua damnção. E tudo miséria, tudo trevas, tudo abismos, tudo mau cheiro. Não há luz que brilhe, mas trevas que tudo encobrem, não há o ar fresco e sadio das montanhas, mas o fétido hálito dos pântanos.

O homem descrente já cansou de descrever. Seu desespero é cansaço, sua angústia é lassidão, sua náusea é derrota.

Não é possível que avancemos, não é possível que nos integremos num estágio mais alto, sem que nos religuemos outra vez à Fonte de nossa vida, à razão primeira e última de sermos. Que penetrem dentro de si mesmos, que tenham fortes narinas e bons estômagos para poderem respirar por entre o nauseabundo vapor que se desprende deles mesmos, para que, afinal, vendo a miséria que os avassala, o inferno que os envolve, possam outra vez correrem em busca do ponto de partida, clamando: quero luz, quero ar puro!

Estamos no momento da Grande Decisão. E o primeiro passo é afirmarmos outra vez o hierático em nós. Sem essa afirmação, nos abismaremos na decadência e na derrocada final.

Estamos outra vez desafiados. Ou voltamos a crer em algo que nos ultrapassa, ou nos afogaremos no pântano da

descrença, na náusea de nós mesmos, no suicídio das nossas melhores esperanças.

Se queremos vencer a decadência, temos outra vez de volver à fé, mas a fé agora robustecida pela demonstração poderosa de uma filosofia concreta, de uma filosofia que não cavila, que não aceita compromissos com falsos postulados, de uma filosofia que se fundamente em argumentos apodícticos e sólidos. Então, outra vez, a luz meridiana há de brilhar dentro de nós para iluminar tôdas as coisas.

* * *

Esta é a verdade que há na teocracia, na hierocracia e na aretocracia.

Mas ao lado dessa verdade, há ainda o erro, há ainda as formas defeituosas, culpadas dos desregramentos. O homem de hoje já se familiarizou com o conhecimento. Desde a escola já participa de um saber culto, fundado em observações e em experiências. Sua linguagem não é mais a simbólica, e não alcança a verdade através das analogias, mas através da demonstração lógica directa. Como pretender avivar convicções com velhos símbolos, que não têm mais significação nem para quem os apresenta?

Vamos, hieráticos, teocráticos e aretocráticos, é mister outra campanha, outras vozes, outras razões, outros símbolos, outros ritos, outras cerimônias. É preciso agora despertar a razão, e abrir-lhe as portas que levarão ao mais profundo. A religião não é apenas algo que pertence ao coração, mas que também pertence ao cérebro. Já falamos muito ao coração, falemos agora ao cérebro, e ao juntarmos as duas linguagens, seremos melhor compreendidos. Sabem muito bem os homens que seguem a religião cristã, pelo menos os que estão em mais alto estágio intelectual, que a filosofia cristã tem mais bases e é mais sólida que qualquer outra, e que apresenta argumentos irretorquíveis,

e é capaz de anular, de esfarelar, de tornar em pó todos os argumentos que manejam os apóstolos da descrença.

Aceitemos o debate, desafieemos os falsos filósofos, mostremos à calva a sua ignorância, polemizemos com eles, mostremos a inanidade de suas doutrinas, a vacuidade de suas idéias, a inconsistência de seus argumentos.

Marchemos para o bom combate, o combate em favor de nossa cultura, contra os que desejam destruí-la. Denunciemos as forças ocultas que trabalham nas sombras, desejosas de destruir o que de mais alto realizou o homem.

Mas com coragem, com decisão, com bravura. O momento não é para tíbios, tímidos, acovardados, vencidos, mas para bravos, decididos, valentes, audaciosos no sentido positivo do termo.

Lancemos a luva aos nossos adversários e se não vierem para o campo de combate que lhes oferecemos, vamos às suas tocas para os arrancarmos de lá, e vencê-los no mais belo dos combates, na mais sublime de tôdas as guerras: a guerra dos guerreiros do conhecimento contra os falsos sábios, os fariseus da nossa cultura!

* * *

Mas também há outra verdade, que é mister erguer bem alto. O homem nada é sem princípios éticos. Sem um valor aristocrático, sem um sentir da sua grandeza moral é apenas um fantasma de homem, um animal disfarçado de gente.

Não é possível que qualquer energúmeno levante a voz para acusar a dignidade humana, afrontar a moral, manchar a ética e proclamar a grandeza de suas imundas atitudes. Não é possível que deixemos à solta aqueles que mancham o nome sagrado da família, que a transformam apenas na promiscuidade, animais cúpidos, aguilhoados pelas paixões

mais vorazes, que afrontam os costumes com suas obscenas atitudes, que lançam sobre os que têm vergonha na cara a peçonha da sua covardia moral.

O homem é um ser que se supera e deve superar-se. É um ser que deve escolher o caminho da Humanidade e vencer as suas fraquezas, realizar-se na plenitude de si mesmo. O homem tem em si um brio, e ninguém tem o direito de destruí-lo ou viciá-lo. Seremos cada vez melhores tem de ser o ideal humano, porque nada melhor lhe corresponde de que isso. Como admitir-se que homens de proceder imundo sujem o nome da aristocracia com os seus infames doestos? Aristocracia não é a dos almanaques, não é a das árvores genealógicas, mas a das atitudes, de alma viril e digna. Essa aristocracia houve e sempre haverá, e não é admissível que imundos morais lancem sobre ela a ofensa infame.

Cada um de nós deve fazer um exame de consciência. Buscar dentro de si o que realmente tem valor, o que realmente é digno de ousarmos como seres humanos. É mister que outra vez valorizemos o melhor em todos os nossos actos, em todos os nossos momentos. Devemos ter o amor de sermos sempre cada vez melhores, de fazer cada vez melhor o que fazemos hoje, e superarmos amanhã a nós mesmos. Devemos amar o nosso amanhã, que deve ser a superação de nosso hoje. Devemos erguer-nos acima de nós mesmos, e afirmarmos que não somos coisas, mas homens, que não somos apenas accidentes no caminho da vida, mas pessoas, cuja vida deve ser um exemplo para os outros e cujos gestos devem ser o nosso galardão.

Negar a verdade aristocrática é negar o homem, é enlhecê-lo, é lançá-lo no pântano fétido. Sejam sempre superiores a nós mesmos, ou, então, melhor fôra não termos nascido. Ou nos superamos ou nos demitiremos da humanidade. Basta de valorizações de patifes, de canalhas, de especulatórios, de covardes morais, de criminosos assanha-

dos. Basta de baixarmos os nossos olhos para essas excrescências da nossa sub-humanidade. Ergamos nossos olhos para as grandes acções, imitemos aquêles que se elevaram entre os homens, tomemos como exemplos os vitoriosos de si mesmos, os grandes, os virtuosos, os fortes, os que não trepidam em combater o mal em si e nos outros, os que souberam levar bem alto o estandarte da honra (da honra, senhores, dessa palavra tão pouco ouvida, dessa palavra que já silenciou em tantos lábios e em tantos corações) que os levaram ao mais alto, aos picos mais altos das montanhas, que devem ser a moradia dos homens de pensamento elevado e de querer forte!

* * *

Esta é outra verdade que não podemos esquecer: A Grande Decisão se aproxima e a renovação moral será realizada ou nos aniquilaremos na decadência imunda, na demissão de nós mesmos.

Aceitemos aqui também o bom combate. Temos razões sólidas, argumentos irretorquíveis para provar a validade da ética cristã; temos argumentos capazes de rebater a tódas as infâmias e a denunciar tódas as covardias morais. Marchemos para o combate, desafieemos nossos inimigos para o campo de batalha e se não quiserem vir, vamos às suas tocas para os arrancarmos de lá e vencê-los no mais belo dos combates, na mais sublime de tódas as guerras: a guerra dos guerreiros do conhecimento contra os falsos sábios, o fariseus da nossa cultura!

* * *

Mas há uma terceira verdade que sempre persistirá. Somos homens, e como tais temos necessidades a aplacar, de arrancar da natureza os bens que necessitamos para er-

guerem nossas forças e dar-nos o conforto justo que merecemos.

Temos de ser práticos e activos na realização d'esses bens, na produção do que carecemos. Mas é mister denunciar as mentiras que perturbam o progresso humano, e ameaçam afundar-nos numa brutalidade sem precedentes na História. É mister denunciar as falsas doutrinas sociais, o "socialismo" de mentira, o socialismo que é miséria e indignidade, que pretende transformar os homens em peças de máquinas, em números abstractos, em instrumentos de trabalho, que os utiliza e os desgasta e não os eleva, para servirem à satisfação do apetite de mando de cesariocratas caricatos, de falsos messias, de falsos guias, de falsos líderes, que apenas são aproveitadores das misérias humanas, fomentadores de ressentimentos, falsos analistas das verdades económicas, deturpadores de factos e de intenções, com o intuito de algemar todos os homens à mais cruel das escravidões, que até os senhores escraviza.

Tôda essa mentira deve ser denunciada, e com coragem. Devemos ir à luta e mostrar a inanidade das afirmativas, a improcedência dos argumentos, a repugnância que oferecem suas teses, e demonstrar com argumentos sólidos e definitivos a falsidade de seus postulados.

A Grande Decisão exige de nós essa atitude, espera de nós essa acção. Deixemos de lado os covardes, que tremem ante o horror que os adversários inculcam, e os desafiemos para o campo de combate que lhes oferecemos, e se não o aceitarem, vamos às suas tocas para os arrancarmos de lá e vencê-los no mais belo dos combates, na mais sublime de todas as guerras: a guerra dos guerreiros do conhecimento contra os falsos sábios, contra os fariseus da nossa cultura!

* * *

Mas também há outra verdade, a verdade da caridade cristã, o amor ao bem de nossos semelhantes, esse amor

que eleva o homem acima da animalidade, que leva a olhar o semelhante como amigo, como do mesmo sangue, de uma progénie que vem do mais alto, que irmana os corações. Essa verdade é grandeza de servir, a grandeza de prestar auxílio ao que dêle necessita, de estirar o braço ao que cai, de animar ao que desfalece, de curar as chagas do ferido, de aliviar o pêso que lhe dobra as costas, de animá-lo nos momentos de desfalecimento, de ajudá-lo a erguer o edificio que constrói, de acompanhá-lo na obra que realiza, de unir esforços aos seus esforços, no apoio mútuo que tende a realizar o melhor e construir o de que todos necessitamos para anular a nossa miséria.

E elevemos bem alto a sublimidade do que presta serviços, do que ajuda ao próximo, do que mutuamente se apóia para realizar a obra social.

E elevemos bem alto essas virtudes, que muitos querem denegrir, querem desmerecer, querem aviltar.

Com coragem e decisão, lutaremos por esta quarta verdade. Possuímos meios de mostrar a validez de nossas teses e a inanidade dos postulados dos que pervertem o esforço humano, e querem dar-lhe um sentido que falseia a sua justa intenção.

Lancemos a luva aos nossos adversários, e se não vierem para o campo de combate que lhes oferecemos, vamos às suas tocas, para os arrancarmos de lá, e vencê-los no mais belo dos combates, na mais sublime de todas as guerras: a guerra dos guerreiros do conhecimento contra os falsos sábios, os fariseus da nossa cultura!

* * *

São essenciais essas quatro verdades se queremos conter a decadência e se queremos outra vez ascender, se queremos salvar o que de maior o homem realizou e não perecermos na mais hedionda e infame das derrocadas, ou afo-

garmo-nos no pântano fétido. Elevemos ao mais alto o estandarte de nossa luta, aos picos das montanhas, que são a morada das almas fortes, dos homens de boa vontade, dos que têm dentro de si a consciência de sua dignidade e têm vergonha à flor de sua face.

* * *

Façamos o cantochão do cesariocrata, dessa figura sinistra, que espreita em todos os desvãos da História os momentos de desfalecimento e de confusão humana, exploradores de todos os ressentimentos, aproveitadores de tôdas as misérias, de tôdas as ausências, de tôdas as angústias, e que pregam aos homens a submissão ao poder absoluto, ao Estado todo-poderoso, ao Moloque de nossa época, ao monstro de tôdas as indignidades, a êsse falso monstro que morde com dentes falsos, que tem olhos falsos, garras falsas e intenções sinistras.

Denunciemos todos êsses novos carrascos, todos êsses assanhados de sangue e de cupidez, que desejam criar novas e poderosas algemas para destruir no homem o que de mais alto êle tem, o seu maior galardão: a liberdade.

Fechemos suas bocarras imundas de fétido hálito, mostremos a insanidade e a inanidade de seus postulados, a falsidade de suas teses.

Combatamo-los com coragem e decisão. Lancemos também a êles a nossa luva, e se não vierem para o campo de combate que lhes oferecemos, vamos às suas imundas tocas para os arrancarmos de lá, e vencê-los no mais belo dos combates, na mais sublime de tôdas as guerras: a guerra dos guerreiros do conhecimento contra os falsos sábios, os fariseus de nossa cultura!

E os atiremos, afinal, ao pântano fétido de onde pontificam, para que de lá não saiam, e não tentem outra vez cuspir nas estrêlas e tentar borrifar de lama o que está no

pico das montanhas, que é a morada dos mais dignos, dos homens de alma forte e de coração bom, cuja vontade os aproxima de todos os seus irmãos para um abraço de amor, e que trazem no rosto um sorriso luminoso que desfaz para sempre tôdas as trevas.

* * *

A Grande Decisão chegou. Estais convocados, todos. É inútil esperar. Tereis de escolher entre o bom combate ou a derrota ignominiosa. Escolhei. Mas lembrai-vos que a responsabilidade de vossa escolha é apenas vossa, e de mais ninguém.

7242